



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
POLÍTICA-EDUCACIONAL

CRISTIANO ZENAIDE PAIVA

**FORMAÇÃO SINDICAL DE SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DAS
UNIVERSIDADES PÚBLICAS: CASO DA ESCOLA DO SINTESPB**

João Pessoa
2017

CRISTIANO ZENAIDE PAIVA

**FORMAÇÃO SINDICAL DE SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DAS
UNIVERSIDADES PÚBLICAS: CASO DA ESCOLA DO SINTESPB**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção
do título de Mestre em Educação pelo Centro de
Educação da Universidade Federal da Paraíba. Área
de Concentração: Política Educacional.

Orientador: Prof. Dr. Wilson Honorato Aragão

João Pessoa
2017

P149f Paiva, Cristiano Zenaide.

Formação sindical de servidores técnico-administrativos das universidades públicas: caso da escola do SINTESPB / Cristiano Zenaide Paiva. – João Pessoa, 2017.

99f.: il.

Orientação: Wilson Honorato Aragão.

Dissertação (Mestrado) Política Educacional– UFPB/PPGE.

1. Educação sindical. 2. Formação sindical – Técnicos administrativos.
3. Escola sindical – Formação. I Título.

UFPB/BC

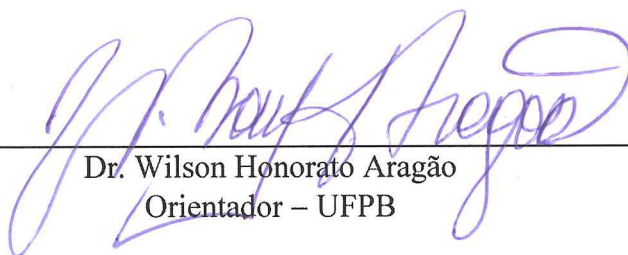
**FORMAÇÃO SINDICAL DE SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DAS
UNIVERSIDADES PÚBLICAS: CASO DA ESCOLA DO SINTESP**

CRISTIANO ZENAIDE PAIVA

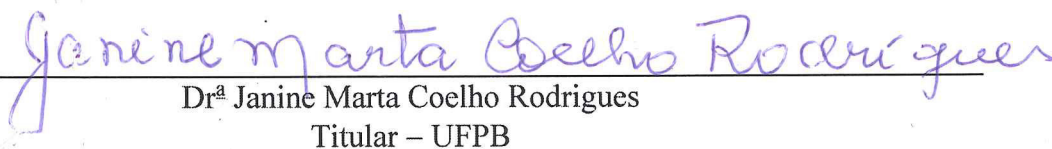
Dissertação apresentada como requisito para obtenção do
título de Mestre em Educação pelo Centro de Educação da
Universidade Federal da Paraíba. Área de Concentração:
Política Educacional.

Dissertação defendida e aprovada em: ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA:



Dr. Wilson Honorato Aragão
Orientador – UFPB



Dr.ª Janine Marta Coelho Rodrigues
Titular – UFPB

Dr.ª Maria das Graças Gonçalves Vieira Guerra
Titular – UFPB

A todos os sindicalistas que lutam em
defesa do socialismo, conscientes da
necessidade de uma sociedade justa e
igualitária.

AGRADECIMENTOS

A meus pais

À minha companheira Francis

A meus filhos e netos, Cristiano Jr, Giordana Bruna, Rodrigo, Gabriel e Pablo

Ao Professor Wilson Honorato Aragão e a Profa. Janine Rodrigues

Aos colegas de turma

A toda direção do SINTESPB, em particular à Presidente Marizete Figueiredo, e aos diretores de educação: Mafaldo e Rosa.

Às Dirigentes da FASUBRA, em particular; Ângela, Euridice e Marcelino

Aos dirigentes da CTB e da CUT.

A todos e todas que contribuíram direta e indiretamente para a realização desta dissertação.

O universo não é uma ideia minha.
A minha ideia do universo é que é uma ideia minha.
A noite não anoitece pelos meus olhos.
A minha ideia da noite é que anoitece por meus olhos.
Fora de pensar e de haver quaisquer pensamentos
A noite anoitece concretamente.
E o fulgor das estrelas existe como se tivesse peso.
(Fernando Pessoa, Poemas Inconjuntos)

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo narrar o complexo debate para construir uma escola sindical no Sindicato dos Servidores Técnico-administrativo da Universidade Federal da Paraíba (SINTESPB). Utilizando o método participativo de Paulo Freire, abordando o tema da educação sindical de servidores das universidades, a partir da defasagem escolar da militância sobre temas que possam elevar seus conhecimentos para capacitá-los com vistas à luta contra a ofensiva capitalista. Baseada em coletânea de fontes bibliográficas que registram a história do movimento sindical, desde o nascedouro das primeiras organizações operárias até a recente história do sindicalismo de servidores públicos no Brasil e da FASUBRA-Sindical, que organiza sindicalmente os servidores das universidades brasileiras. A formação sindical surge com o sindicalismo em meados do século XIX, com a grande contribuição das correntes sindicais entre as quais o marxismo, o anarquismo, sociais democratas, Lassalianos, Proudonianos e tantos outros. Já no século XX, as contribuições de Lenin, Losovsky, Gramsci, Demerval Saviani, Paulo Freire, Bonicuore entre outros, e desenvolve-se com as lutas dos trabalhadores, das centrais sindicais internacional e nacional. A busca de uma escola que pode tornar-se uma grande alavanca no processo de aquisição de conhecimentos, no desenvolvimento da consciência em si, para uma consciência para si. Esta dissertação tem o objetivo de propor a formação de uma escola sindical para elevar o nível de consciência classista dos servidores no processo de emponderamento e capacitação de sua inserção nas lutas sociais e sindicais, para superar o problema da baixa escolarização sindical. O método narrativo é descrito historicizando a luta de classe empreendida pela federação sindical em sua existência de quase 39 anos de vida. Debatendo as lutas dos trabalhadores a defesa dos servidores públicos Técnico-administrativos, a defesa da universidade pública e gratuita, políticas públicas entre tantas batalhas por melhores condições de vida e trabalho. Debatendo as concepções sobre a formação sindical, estimulando o desafio em um contexto de elevada complexidade, para estruturar um programa para orientar a formação nesta escola sindical classista, instrumento político que poderá cumprir os resultados esperados por meio da elevação do nível de consciência política e a capacitação para enfrentar as transformações no mundo do trabalho. no rumo da luta pela nova sociedade, socialista.

Palavras-chave: Escola Sindical dos Servidores Técnico-administrativos das Universidade Federal da Paraíba (SINTESPB) Luta de classes, correntes de opinião, socialismo. Servidores públicos, Técnico-administrativos. Formação sindical.

SUMMARY

This dissertation aims to narrate the complex debate to build a trade union school at the Technical and Administrative Servers Union of the Federal University of Paraíba (SINTESPB). Using the participatory method of Paulo Freire, addressing the issue of union education of university servers, from the school's lag of the militancy on subjects that can raise their knowledge to enable them to fight against the capitalist offensive. Based on a collection of bibliographic sources that record the history of the trade union movement, from the birth of the first workers' organizations to the recent history of unionism of public servers in Brazil and of FASUBRA-Union, which organizes trade unions for the servers of Brazilian universities. Union qualification emerged with trade unionism in the mid-nineteenth century, with the great contribution of trade unions currents, among them Marxism, Anarchism, Social Democrats, Lassalians, Proudonians, and many others. In the twentieth century, contributions by Lenin, Losovsky, Gramsci, Demeval Saviani, Paulo Freire, Bonicuore among others, and developed with the struggles of workers, international and national trade union centrals. The search for a school that can become a great lever in the process of acquiring knowledge, in the development of the consciousness itself, for a self-awareness. This dissertation aims to propose the creation of a union school to raise the level of class consciousness of the servers in the process of empowerment and training of their insertion in the social and union struggles, to overcome the problem of low schooling union. Writing in the narrative method, historicizing the class struggle undertaken by the union federation in its existence of almost 40 years of life. Discussing workers struggles to defend the technical-administrative public servers, the defense of the public and free university, public policies among other battles for better living and working conditions. Debating the conceptions about union qualification stimulating the challenge in high complexity context, to structure a program to guide the qualification in this class union school, a political instrument that can fulfill the expected results by raising the level of political consciousness and the capacity to face the transformations in the work world. Towards the struggle for the new socialist society.

Keywords: Union School, Class struggle, currents of opinion, socialism. Public servers, Technical-administrative. Union qualification.

LISTA DE SIGLAS

AFUFPB – Associação dos Servidores da Universidade Federal da Paraíba

AFUFES/ES – Associação dos Servidores da Universidade Federal do Espírito Santo

AFEPAM – Associação dos Servidores da Faculdade de Medicina de São Paulo

AFLCIO – American Federation of Labor and Congress of Industrial Organizations

ASSUFEP – Associação dos Servidores da Universidade Federal da Paraíba

ASSUFBA – Associação dos Servidores da Universidade Federal da Bahia

ASSUFENG – Associação dos Servidores da Universidade Federal de Minas Gerais

ASUFSCAR – Associação dos Servidores da Universidade de São Carlos

ASUFF/RJ – Associação dos Servidores da Universidade Federal Fluminense

AFUFES/ES – Associação dos Servidores da universidade Federal do Espírito Santo

ASUFAL – Associação dos Servidores da Universidade Federal de Alagoas

ASUFER/PE – Associação dos Servidores da Universidade Federal Rural de Pernambuco

ASUFPAR/PR - Associação dos Servidores da Universidade Federal do Paraná

ASUFERJ – Associação dos Servidores da Universidade Federal do Rio de Janeiro

ASUF/PI – Associação dos Servidores da Universidade Federal do Piauí.

ASSAUAM/AM – Associação dos Servidores da Universidade Federal da Amazônia

ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

BRICS – Brasil, Rússia, Índia e China

CONCLAT – Congresso das Classes Trabalhadoras

CONCLAT – Conferência Nacional da Classe Trabalhadora

CTB – Central das Classes Trabalhadoras

CUT- Central Única dos Trabalhadores

CGT – Central Geral dos Trabalhadores

CSB - Central Sindical Brasileira

CSP – Central Sindical Popular com Luta

CGTB – Central Geral dos Trabalhadores do Brasil

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

GT – Grupo de Trabalho

CONFASUBRA – Congresso da Federação dos Servidores das Universidades Brasileiras

CONAM – Confederação Nacional das Associações de Moradores

DEM – Democratas

EUA – Estados Unidos das Americas

FASUBRA – Federação dos Servidores das Universidades Brasileiras

FMI – Fundo Monetário Internacional

FEM – Forum Economico Mundial

FS – Força Sindical

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FSM Frente Sindical Mundial

IC – Intersindical Central

MEC – Ministerio da Educação

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

NCST – Nova Central Sindical dos Trabalhadores

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OMC – Organização Mundial do Comercio

PT – Partido dos Trabalhadores

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PMDB - Partido do Movimento Democratico Brasileiro

PP – Partido Popular

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PUCREC – Plano Único de Remuneração de Cargos

SINTESPB – Sindicato dos Trabalhadores de Ensino Superior da Paraíba

GERES – Grupo de Estudos de Reforma da Educação Superior

UNE – União Nacional dos Estudantes

UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

UGT – União Geral dos Trabalhadores

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

TUC – Trade Union Congress

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
OBJETIVO	12
PROBLEMA	12

CAPITULO I

CONTEXTO GERAL	13
-----------------------------	-----------

CAPITULO II

ESCOLAS DE SOCIALISMO	17
2.1 FASUBRA-SINDICAL: UMA HISTÓRIA DE LUTA DE CLASSE	36
2.2 CONSTRUINDO UMA ESCOLA SINDICAL CLASSISTA	44
2.3 APRENDIZADO E ESCOLARIZAÇÃO NA FORMAÇÃO SINDICAL	45

CAPÍTULO III

O CAPITALISMO NO SÉCULO XXI E O MOVIMENTO SINDICAL	68
---	-----------

CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
-----------------------------------	-----------

REFERÊNCIAS

APÊNDICE

ANEXOS

INTRODUÇÃO

Desenvolvemos neste trabalho a narração de uma experiência de formação sindical realizada entre 2016-2017 no Sindicato de Servidores Técnico-Administrativos da Universidade Federal da Paraíba- SINTESPB, a partir de uma vivência de três semestres de trabalho de escolarização no método Paulo Freire, Três Módulos de Curso de Formação em vinte e quatro ciclos de cultura, associando conhecimentos diversos relacionados ao mundo do trabalho, da defesa da universidade e da história do sindicalismo em geral e em particular, da Federação dos Servidores das Universidades Brasileiras FASUBRA – Sindical.

O procedimento metodológico que utilizamos desde o início das atividades foi desenvolvido em etapas: O primeiro Módulo tratou sobre o método Paulo Freire, em Pedagogia da Autonomia e Pedagogia do Oprimido, movimento sindical brasileiro; a formação da Central Única dos Trabalhadores, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) e Força Sindical. Utilizamos textos dos seguintes autores: Democracia e Universidade século XXI com Boaventura de Sousa Santos, "Universidade e mercado mundial da educação"; Correia Lima, "História do Movimento Sindical" em Losovsky e "Crise do Governo da Presidente Dilma" no período de maio a julho de 2016, de vários autores. Essas reuniões iniciaram-se na Biblioteca Central da UFPB e, em um segundo momento, na sede do SINTESPB, todas as sextas a partir das 14h às 17h. Ao todo, realizamos três Módulos, vinte e quatro ciclos de cultura. Cinco ciclos no Primeiro Módulo, oito ciclos no segundo, e onze no terceiro. Para além das consultas das referências, no campo marxista, da história do sindicalismo no Brasil e no mundo, de autores clássicos, Boaventura de Sousa Santos, Karl Marx, Gramsci, Lenin, Nadesda Kruspikaia, Paulo Freire, Demerval Saviani, Nereida Saviani, Augusto Bonicuore. Os autores mais estudados foram Paulo Freire e Demerval Saviani.

Desenvolvemos o segundo Módulo no período de julho a outubro de 2016, iniciamos com o tema sobre "Uma ponte para o Futuro" Programa do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Uma palestra com Waldir Porfírio, membro da Comissão Estadual dos Direitos Humanos. Na sequência, tratamos dos métodos de escolarização de Paulo Freire e Demerval Saviani, os temas sobre história do sindicalismo, universidade, globalização e questões conjunturais de impactos das reformas do Governo Temer.

O Terceiro Módulo que realizamos deu continuidade ao debate sobre escola sindical e métodos de Paulo Freire e Demerval Saviani, face à ofensiva do governo Temer, foi-se emponderando os temas das reformas, principalmente as Reformas trabalhista e previdenciária,

história da Federação dos Servidores das Universidades Brasileiras por meio de uma narrativa realizada pelo sujeito que viveu a história do desenho da escola de servidores do Sindicato de Servidores da UFPB (SINTESPB) e nesta oportunidade, publiciza a importância deste resgate histórico.

OBJETIVO

O objetivo geral deste trabalho é construir uma proposta de escola sindical no SINTESPB. A mesma ganha força a partir do atual mandato da direção sindical. (Gestão 2015 – 2018), comandada pela presidente Marisete Figueiredo, que autorizou todo o processo em caráter propositivo até o término de seu mandato. O método narrativo foi escolhido por melhor esclarecer o ocorrido no processo de debate para a construção da referida escola.

PROBLEMA

A premissa norteadora foi considerada pela direção do sindicato, um imenso déficit acumulado, na base da categoria, na formação sindical, do conjunto de militantes sindicais com pouco aprendizado teórico, com pouco conhecimento sobre os temas complexos sobre análises de conjuntura, história das ideias do mundo do trabalho e do sindicalismo que, de certa forma, resulta em um problema na construção de estratégias para enfrentar o capital. Sem conhecimento teórico crítico, as dificuldades se avolumam, acumuladas obstam formas de obter sucesso nos embates contra a opressão nas relações de trabalho e na defesa das conquistas dos trabalhadores. Às vezes, desviando as atividades sindicais para o lazer e outras atividades que não fortalecem a luta sindical.

Para tanto, objetivamos, através dos diversos encontros de “cultura” agendados pela direção do sindicato, por meio da direção de formação, tendo à frente os diretores João Batista Mafaldo Júnior e Rosa Virgínia de Oliveira, bem como de uma equipe que assumiu a tarefa da construção da escola sindical do SINTESPB. Esta equipe debateu a construção de uma escola sindical no sindicato (SINTESPB) no período de 2016-2017. E toda uma agenda desenvolvida de formação sindical foi elaborado pelo coletivo sindical com aprovação da direção do sindicato, com apoio da CTB e da CUT. Se gestou um procedimento de desenvolver a prática de ensino aprendizagem no contexto do sindicalismo avançado, classista e propositivo, centrado nas categorias trabalho e liberdade de inspiração marxista – paulofreireana.

CAPITULO I

CONTEXTO GERAL

O debate sobre a análise de conjuntura, enfatizado nos ciclos de cultura foi a transição da globalização neoliberal para a direita liderada pelo Presidente Norte Americano Donald Trump, pela nova geopolítica, com papel destacado pelos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), separação da Inglaterra da Comunidade Económica Europeia, já as principais questões que surgem neste momento sobre a Brexit – termo criado com a junção das palavras em inglês Britain (Grã-Bretanha) e exit (saída).no campo da política mais geral, no campo da ciência os impactos da 4ª revolução técnico-científica, da precarização das relações de trabalho. Na economia, a grande concentração de renda que já em 2014, estimava que 8 pessoas dominavam mais de 1/3 da economia mundial. (OXFAM. 2014. FEM- Alemanha.). Degradação do padrão de vida da classe trabalhadora em todo o mundo.

A direção do SINTESPB entidade que representa servidores da UFPB, UFCG, UEPB, autorizou um processo de debate sobre a possibilidade de construção de uma “escola sindical” no ano de 2016, em função de estabelecer um processo de formação mais permanente, para auxiliar os quadros do movimento sindical e formar novas lideranças e sindicalistas de base. Escolheu a diretoria de educação, representada por Mafaldo e Rosa Virgínia, compondo uma comissão de apoio, tendo o mestrando em Política Educacional um dos componentes do grupo de trabalho.

Iniciamos o GT com um debate sobre o conteúdo, método e sugestões para a formação sindical do sindicato. Realizamos 24 reuniões e atividades, buscando consolidar um projeto de escola, e uma das estratégias foi escolher autores de referência, conhecidos nos movimentos sociais e sindicais, para ilustrar as referências bibliográficas.

Desenvolvemos várias atividades, a saber: reuniões de planejamento, leitura de textos, seminários, minicursos, palestras, tratando de conteúdos, contemporâneos e de clássicos pesquisados e disponibilizados pela academia, pelas centrais sindicais CUT e CTB e pelo próprio sindicato. Autores de referência ao debate sobre universidade, luta de classes, sindicalismo, história do sindicalismo, entre outros. Autores diversos, com conteúdos diversos, foram tratados temas sobre: o trabalho e a exploração do homem pelo homem, a mercadoria educação e sua alienação; o desenvolvimento de um processo de ensino e aprendizagem que desvendasse a alienação e a falta de pertencimento sobre a sociedade e o ambiente da ação sindical: Origens e História do Movimento Sindical; História da AFUFPB, SINTESPB,

FASUBRA. Centrais sindicais, Novo Sindicalismo e textos de “análises de conjuntura” crise do período Lula/Dilma. Centrais Movimento sindical e perspectivas: Concepções e o Sindicalismo Classista. Metodologia Freireana. Metodologia Histórico Crítica Marxiana. A construção da escola e de uma nova prática sindical.

Em 2016, vivenciamos o debate e o processo introdutório da formação sindical já no contexto do desafio de formação da escola sindical junto ao Sindicato dos Servidores Técnico-Administrativos da Universidade Federal da Paraíba (SINTESPB), uma proposta - texto, circulou na comunidade universitária, endereçada ao conjunto da direção sindical com temas de interesses, entre o conjunto da direção sindical, com ampla divulgação em assembleias e reuniões de diretoria, permeando pelas correntes de opinião no movimento na UFPB, trabalho que redundou na delegação da Diretoria de Educação, assessorada por um GT (grupo de trabalho para elaborar uma proposta de escola), a tarefa de encaminhamento de um conjunto de módulos (Ciclos de debates), e desta forma foi encaminhado a primeira etapa do curso de formação sindical, a título de aprofundamento do tema e da proposta, que inicialmente contou com a participação de dirigentes sindicais e pessoas interessadas no assunto.

No Capítulo II, Em Escolas de Socialismo, estudamos o surgimento do capitalismo, início da revolução industrial da superação do capitalismo mercantil e comercial, industrial e imperialismo, fase superior do capitalismo, Globalização neoliberal o desenvolvimento das contradições insolúveis nas relações de trabalho, sob regime assalariado. Aqui destacamos as primeiras formações escolares de trabalhadores, tendo como referência principal escolas marxistas. No Capítulo II, sub título 2.1 – História da Fasubra: Uma história da luta de classes, demonstrando as mudanças forjadas pela luta que mudaram o perfil de uma instituição do tipo “clubes recreativos”. Em uma entidade sindical classista e combativa no sub título 2.2 – Construindo uma Escola Sindical Classista, historicizando a evolução das concepções ideológicas das correntes de opinião do sindicalismo, com base na teoria da luta de classes marxista, desenvolvem-se as concepções classista que orientam o conjunto dos trabalhadores na percepção da exploração sobre o trabalho assalariado e táticas de enfrentamento ao capital. – Foi considerado no sub título 2.3 o conjunto de ações, atividades e participações que no dia a dia, vamos vivenciando na vida sindical e de militância política traduzido no aprendizado e escolarização na formação sindical. O aprendizado vai moldando uma visão de mundo, formando opinião, acumulando saberes que contribuem com a capacitação do indivíduo para as suas “práticas” seu ativismo. Entretanto, o conhecimento adquirido é um conhecimento assistemático, disperso, desorganizado que contribui para uma formação deficiente, inapropriada para nortear o saber político na orientação militante. O saber necessário é o saber

científico, elaborado, estudado, aquele capaz de abstrair a realidade, de assimilar novo conhecimento, a partir do entendimento da realidade (SAVIANI) o concreto pensado, a partir da realidade concreta se abstrair o concreto pensado. Daí a necessidade de abstrair o senso comum e desenvolver o pensamento filosófico. Temos o aprendizado como uma experiência concreta e o processo de escolarização como uma metodologia de aquisição de conhecimentos necessários, sistematizados e estudados como processo de realização do concreto pensado.

No Capítulo III, O capitalismo do século XXI e o movimento sindical, ressaltamos as transformações ocorridas no mundo, com a 4ª revolução técnico-científica, as modificações ao longo do século XX, as mudanças trabalhistas e a aliança centro esquerda da 3ª via, a situação de inquietação e insegurança a nível mundial. No item 2 – sobre o aprendizado e escolarização na formação sindical, tratou-se das contribuições da fenomenologia em Freire no aspecto da política pedagógica marxista em Saviani.

Ainda no Capítulo III, em – Contextos nos primeiros anos do século XXI – O progresso do capitalismo, neste caso, representou um retrocesso na condição social dos operários por todo o mundo. Um retrocesso jamais imaginado pelos líderes sindicais socialdemocratas nas décadas passadas. Imaginava-se que os “anos gloriosos” do pós-guerra, continuariam sendo eternamente gloriosos.

E como Conclusões finais – A formação sindical contemporânea não pode afastar-se da centralidade do estudo sobre a categoria trabalho, sobre a defesa intransigente do ensino público e gratuito para todos e das práxis, ou seja, uma fusão de conhecimentos essenciais ao processo de desenvolvimento humano. O sindicato tem seu papel histórico já definido na concepção marxista. É escola de socialismo, espaço de guerrilhas anticapitalistas, lugar do aprendizado político ideológico da formação da nova sociedade pós capitalistas, uma sociedade socialista, uma sociedade sem classes

O aumento da capacidade do Estado Brasileiro em oferecer serviços públicos de qualidade, deve muito à democratização das relações de trabalho, que evoluiu na administração pública federal com a instauração da Mesa Nacional de Negociação Permanente em 2003, coordenado pelo Governo Lula.

O Grupo de Trabalho teve a participação dos seguintes componentes: João Batista Mafaldo Júnior, Rosa Virginia de Oliveira, José Rômulo B. Xavier, Rosane Maria Freitas Maia, Ana Maria Ferraz, Maria Laíse de Medeiros, Vicente Bernardo, Maria José Rosado, Maria de Lourdes Teixeira, Antônio Francisco Oliveira, Marizete Figueiredo, Severino Ramos, Henrique, Clodoaldo e Cristiano Zenaide Paiva. A todos e todas, agradeço a valiosa contribuição, sugestões e divergências que valorizou o debate interno e assegurou a natureza

plural e independente do ciclo de cultura paulofreireano. Obviamente, coube a mim a tarefa da dissertar, deste registrar. Não poderia deixar de agradecer aos que participaram dos debates nos ciclos de cultura. Obviamente, os erros são todos de nossa responsabilidade.

CAPITULO II

ESCOLAS DE SOCIALISMO

O sindicalismo surge no capitalismo, no decurso da revolução industrial, na superação do capitalismo mercantil e comercial na Europa, a partir do século XVIII. Inicialmente na Inglaterra, ampliando-se para França, Alemanha, Espanha, Itália, entre outros. Nele se desenvolvem contradições insolúveis nas relações de trabalho sob regime assalariado. A classe trabalhadora, por meio da venda de sua força de trabalho, aliena-se da riqueza material produzida, concentrando a riqueza nas mãos da classe burguesa. Na alienação do trabalho, da exploração do trabalho pelo capital, do homem pelo homem. Por meio da exploração da taxa de mais valia. Somatório de taxas que se decompõe do salário não pago. (Juros e lucros,). (MARX, p.1513, 1985). Esta contradição que reúne o instituto da propriedade privada e da mais valia na compra da força de trabalho, com o objetivo de produzir mercadorias, divide a sociedade em classes sociais, concentrando riquezas onde a classe que produz a riqueza, fica alienada dela em função da venda de sua força de trabalho. A riqueza cada vez mais concentrada, apropriada pela burguesia, acumulando-se nas mãos das classes abastadas, tendo sua produção cada vez mais socializada, no processo produtivo. Nas mãos das classes trabalhadoras cada vez mais pauperizadas.

A partir dessa contradição central, que se traduz em intensas disputas políticas, econômicas, territoriais e geopolíticas, um conjunto de outras contradições se apoderam entre os agentes. Formando as relações sociais da sociedade burguesa, capitalista, geradoras de outras tantas contradições que levam a divisão a propriedade dos meios de produção, o empobrecimento, o enriquecimento, guerras, crises, enfim a luta de classes.

O sistema capitalista é gerador de crises em diversas e sucessivas gerações renova suas amplitudes e características. No atual cenário de profunda crise mundial, o sindicalismo reage na diversidade e tem uma significativa presença no plano mundial, as maiores centrais sindicais do mundo localizadas justamente, nos EUA, Europa e Japão coração da atual Globalização Neoliberal. Se é no centro da acumulação capitalista é nas contradições da luta de classes, que se desenvolvem os sindicatos contrapondo o modelo proposto de exploração sobre o trabalho. Com longas tradições de luta, mais em um cenário complexo, em grau de dificuldades nas ações concretas de enfrentamento ao capital. Centrais sindicais com históricos de solidariedade e de luta algumas delas, mas de colaboração com a burguesia em suas estratégias regionais. Atualmente temos uma divisão mundial em dois campos ideológicos, por um lado a American

Federation of Labor and Congress of Industrial Organizations (AFL CIO) representando o campo do sindicalismo livre pro neoliberal e de outro a Frente Sindical Mundial (FSM) representando o campo socialista.

No Brasil, o movimento sindical tem formado já, mais de uma dezena de centrais sindicais, tendo a Liderança pelo menos de cinco centrais, CUT, CTB, Intersindical Central, Força Sindical, UGT, CSB. CSP- Conlutas, CGTB, NCST, Intersindical.

Tabela 01 – Filiações das Centrais sindicais brasileiras em 2016

CENTRAL SINDICAL	Ranking Global	Ranking Nacional ¹
CUT	259.314	9.002
CTB	417.904	19.788
Intersindical Central	993.738	39.803
Força Sindical	1.269.943	46.033
UGT	3.097.208	51.762
CSB	3.253.292	83.742
CSP-Conlutas	3.412.136	142.534
CGTB	4.837.740	Sem dados
NCST	8.877.778	Sem dados
Intersindical	22.213.658	Sem dados

1 Fonte: <http://www.alexa.com/siteinfo>. Dados aferidos em dezembro de 2016

O Governo Temer, na trama da implantação do programa ultraneo liberal tem atraído um setor sindical motivado pela colaboração ao neoliberalismo, desde o nascedouro. As centrais; Força Sindical, UGT e CSB, se apropriam da divisão política no movimento sindical, para avançar nas reformas neoliberais retrógradas, ao ponto de aprovar a Reforma Trabalhista em 2017, um ano após a tomada do poder pelas forças ultraneo liberais. Derrotando as centrais que estão em oposição às centrais sindicais governistas, que defendem as reformas cuja centralidade é a prevalência do negociado sob o legislado, onde os direitos trabalhistas e sindicais não têm mais proteção legal. Fim do direito do trabalho, da CLT. Das leis que regulam as relações de trabalho. Agora precarizados. O legislado perde força para o acordado. Esta profunda reforma, alterar ainda mais as relações sindicais, a disputa ideológica, e a divisão do movimento sindical. Enfraquecidos, aumenta o campo da exploração do trabalho, e os sindicatos vão perdendo cada vez mais sua força, junto aos trabalhadores, e deixa de ter força junto a sociedade, para bancar conquistas sociais elevadas.

O sindicalismo, ao longo da história, foi cedendo espaço para a classe patronal, ao ponto de perder a perspectiva de se transformar em sindicatos revolucionários, capazes de transformar a sociedade capitalista, avançar para a construção de uma sociedade socialista, socialmente mais

justa. Cede cada vez mais ao poder do capital. Vários fatores contribuíram para o processo de persuasão e dominação do capital sobre o trabalho, além do aparelho de Estado e dos elementos simbólicos, a teoria administrativa tem incorporado a estratégia da dominação. Em fins do século XIX com as obras de Marx Weber sobre a Burocracia em seguida as escolas clássicas e de relações humanas em reação lógica a um sistema excessivamente mecanizado positivista deu origem a duas concepções ou escolas, sistematizadas em: Teorias Clássicas e Científicas e Escola de Relações Humanas, seguindo o desenvolvimento das ciências comportamentais, especialmente antropológicas, psicológica e sociológica.

É que vemos com o Behaviorismo ou Teoria Comportamental buscando compreender melhor os princípios de Burocracia, tal como surgiu. Paralelamente, o Estruturalismo se propôs resolver os conflitos existentes entre a Teoria Clássica, a Teoria das Relações Humanas e Burocracia (FERREIRA, 1997, p. 34).

Em seguida, a Teoria dos Sistemas busca uma síntese e integração das duas teorias precedentes, através da aplicação de conceitos da Teoria Geral de Sistemas à administração, surgimento do Desenvolvimento Organizacional como resposta à necessidade de adequação ambiental interna dos recursos humanos.

A partir dos anos 50, as Teorias de Gestão, Abordagem Contingencial, Administração por objetivos, com uma tônica de deslocamento da margem de lucros e de redução de despesas para os resultados, pondo por terra os tradicionais planejamentos de médio e longo prazos, dado à aceleração de mudanças principalmente originárias da revolução tecnológica do pós-guerra. Surgia nos anos 90 a Administração Estratégica.

Nas empresas modernas surge a Administração Participativa por força das novas mudanças e da intensificação das comunicações visando à parceria com os recursos humanos, o parceiro ideal para o desenvolvimento da organização.

O Japão recuperou sua economia no pós-guerra, transformando a organização do trabalho, influenciando o resto do mundo, causando significativas mudanças na forma de administrar introduzindo o *Benchmarking* (copiar de quem sabe fazer bem ou melhor) absorvido por todos os outros setores empresariais, com uma colaboração especial dos recursos humanos parceiros.

No Brasil contemporâneo, com a evolução das Teorias Administrativas e Modernas de Gestão, em transição ao neoliberalismo, tivemos uma sequência de reformas, a partir do fim da Ditadura Militar, mas se destacando pela pujança intelectual a reforma Bresser Pereira no

primeiro governo de FHC, tendo como inspiração e referência as teses de “Terceira Via”¹ de origem Inglesa, do papel do Estado na gestão do modelo neoliberal.

Contextualizado, Bresser justifica “De um lado, teríamos o setor estatal; do outro, as famílias e as empresas, o setor privado: o estatal identificado com o público, o privado, com o mercado. “Seguindo, ele reconhece”, ... “Esta simplificação é perigosa, porque o privado não pode ser reduzido ao mercado, nem o público ao estatal. Entre o público e o estatal existem dois setores sociais cada vez mais amplos e ativos: o corporativo, formado pelas entidades representativas de interesses, e o público não-estatal, constituído por entidades também sem fins lucrativos, mas que ao invés de defenderem interesses particulares, afirmam o interesse público...” para a produção de serviços sociais e científicos, existe a alternativa ao Estado, de organizações de serviços públicas não estatais. O público é definido como o que é de todos e para todos, o privado como que serve aos interesses das famílias e das empresas. Entre a propriedade estatal e a privada, além das propriedades corporativas existe a possibilidade de dois tipos de entidades públicas não-estatais: as organizações de serviço, como escolas, hospitais, centro de pesquisas, que não servem aos interesses de nenhum grupo determinado de pessoas e empresas, mas são públicas, voltadas para o interesse público” (BRESSER, p. 21, 1999).

Esse campo de conhecimento “reformas administrativas” sobre a reforma de estado, deve ser desenvolvido com toda prioridade possível, pelo movimento sindical, destes estudos derivam não só os elementos componentes da superestrutura jurídica, organizativa do Estado, bem como das relações sociais trabalhistas que corresponde aos interesses classistas, objeto prioritário da atividade sindical.

A educação pública passou para o ambiente de Organizações Sociais, o conjunto das universidades, o ensino tecnológico, são excluídos da classificação de núcleo estratégico e das carreiras típicas de Estado.

Na Nova República, se o ambiente pós regime militar, favoreceu para colaboração de classes, no ambiente universitário na perspectiva da Nova Constituição Federal e de avanços no fortalecimento do Sistema de Ensino Superior, não cabia a proposta do PMDB o seu projeto de privatização, daí a resistência da comunidade universitária impedindo a implantação do

¹A **terceira via** é uma corrente que surge no distributismo e mais tarde na ideologia socialdemocrata, porém, é também promovida por alguns partidários do liberalismo social. Tenta reconciliar os posicionamentos econômicos tradicionalmente associados à direita e à esquerda, adotando uma política econômica ortodoxa e políticas sociais progressistas. Ela não é necessariamente uma alternativa à dicotomia política entre esquerda e direita, mas sim uma alternativa às propostas econômicas do liberalismo econômico e do socialismo.

ensino pago e formas de financiamento das universidades pelo mercado previsto no (Projeto GERES – MEC, 1986). A Constituição reforçou o caráter público e gratuito do Sistema de Ensino Superior Público, assegurou o direito a sindicalização e de greve para o conjunto dos servidores públicos. Mas não definiu a mediação de conflitos por meio do direito a negociação, porém, assegurou o direito a um Regime Jurídico Único e planos de carreira e reajustes salariais.

A estratégia sindical de servidores era de resistência e de proposição, fases que em determinados momentos transitava para a colaboração de classes, sem tangenciar-se da luta democrática, a exemplo do Impeachment de Collor. A agenda propositiva ganhou força com a entrada de Walter Barreli no Ministério do Trabalho no governo de Itamar Franco, ex-dirigente do DIEESE e ex-assessor de sindicatos em São Paulo. Renovando as esperanças com o poder central iniciou um amplo debate sobre mudança no mundo do trabalho, na visão do PSDB paulista. Que derivou para novas relações de trabalho, estimulando a CUT, até a desenvolver propostas sobre “Novas Relações Democráticas de Trabalho” e exigir agenda com as centrais sindicais.

Contraditoriamente ao movimento sindical revolucionário e ao marxismo do século XIX, que a luta pelo socialismo implicava o dismantelamento do Estado burguês, o movimento sindical contemporâneo tem contribuído para protagonizar a construção da superestrutura jurídica a conformação do Estado burguês. A estratégia anarcosindicalista, perde força nos anos 20 do século passado, Comunistas, socialistas e trabalhistas protagonizam as lutas trabalhistas, sindicais e democráticas, durante o século XX até os anos 60, perdendo esta condição com o Golpe Militar de 1964, quando são perseguidos, cassados e impedidos de agirem politicamente. O movimento sindical ressurge no final dos anos 70, protagonizando o “Novo sindicalismo” conjuntamente com o sindicalismo tradicional, oriundo das estruturas favorecidas de um lado e resistentes de outro lado ao Regime Militar.

Com a oportunidade do fim do Regime Militar, o movimento sindical, protagoniza o processo de democratização nas ações da nova Constituição Federal em 1988, e nos desdobramentos infraconstitucionais, entre eles o Regime Jurídico Único, conquistado ainda no governo Collor.

A ofensiva neoliberal se consolida com FHC, a partir de então, inicia-se um processo de regressão nas relações democráticas conquistadas no governo de Itamar Franco, fazendo com que a opção do movimento sindical de servidores públicos, mantivesse a estratégia de resistir propondo avanços nos marcos regulatórios em defesa de novas relações de trabalho, garantias da gratuidade no ensino público, em defesa do sistema da autonomia universitária, entre outras lutas.

Pela estratégia dos dois governos de FHC, o movimento sindical de servidores perpassou no campo da resistência, em luta sem mediação de conflitos, a não ser em greves e protestos.

Com a vitória de Lula, volta a esperança e estas se traduziram em resistências e proposições: Todas as fases e transformações até então operadas, com proposições reformistas, de colaboração e de resistência, traduziu-se em ganhos negociais, na elaboração de tabelas salariais com reposição de ganhos, de 55 tabelas no serviço público, foram construídas mais de 110 novas tabelas. Relações democráticas com avanços e recuos. Entretanto, as resoluções da Mesa Nacional de Negociação e do Fórum Nacional do Trabalho no governo Lula, não foram adiante em função de divergências entre o governo e entre os trabalhadores, indo por água abaixo, vácuo aberto, legado ao golpista Temer, que se apoderou da fase profundamente defensiva do movimento sindical com reformas regressivas, na contramão dos interesses sindicais e dos trabalhadores e trabalhadoras. Impondo sua agenda ultra neoliberal de dismantelo total da justiça do trabalho, da legislação trabalhista e dos direitos sindicais.

Após a aprovação da Reforma Trabalhista, (2016) em um lance de oportunidade operou-se na Câmara de Deputados a aprovação do projeto de Negociação Coletiva votada na Câmara e no Senado em 2017, podendo ainda neste mesmo ano ser promulgada pelo Presidente Temer. Esta ação conjunta com apoio do movimento sindical de servidores públicos, resume-se numa busca de ressignificar o movimento sindical de resistência e de confrontação vigente oportunizando neste contexto a mediação de conflitos por meio da negociação coletiva direta.

Entretanto, há de se destacar, uma das crises recorrentes no movimento sindical brasileiro é ter sido igualado com o processo democrático burguês, neutralizando o poder das amplas camadas da população. Crítica desenvolvida pelo Papa Francisco, sobre o descaso com as lutas sociais de combate à pobreza e a solidariedade humana. (Vermelho. Com.br. Papa Francisco, 2017) Reproduzindo a cultura do sindicalismo europeu do pós-guerra, perdendo o poder de mobilização e o apoio das amplas massas. O sistema tripartite, protecionista, sob o guarda-chuva da OIT, distante da formação política sindical proletária e revolucionária, mais distante ainda da escola de socialismo revolucionário socialista. Afastado destes objetivos estratégicos, o movimento sindical se distancia da possibilidade de cumprir papel em transformar a sociedade qualitativamente, perdendo a oportunidade de ressignificar a luta sindical em transformações mais radicais na luta contra o capitalismo e sua superação pela sociedade socialista. Não tendo nenhum valor para os trabalhadores, a não ser reproduzir a exploração capitalista, implantar a desunião, e a colaboração de classes, a rendição.

O “novo sindicalismo” surgiu no Brasil nos fins dos anos 70, após cerca de 15 anos de controle e repressão estatal às organizações dos trabalhadores. As greves de 1978, realizadas pelos operários metalúrgicos da região do ABC de São Paulo, esse novo protagonismo foi tomando uma projeção nacional, disseminando ideias novas do setor mais dinâmico da economia nacional. O número de greves e de grevistas cresceu significativamente, iniciou um processo de renovação de lideranças sindicais com ideias de uma participação mais ativa o cenário político nacional impulsionando o movimento sindical como um todo.

As novas lideranças buscavam se diferenciar das lideranças sindicais, que legavam o passado trabalhista, comunista e conservador dos trabalhadores, considerando-se autênticos com uma plataforma mudancista que traziam uma nova concepção da ação sindical, procurando consolidar lideranças na base, tornando-se uma força motriz com ações de transformação não só da cultura sindical, fundadas em propostas renovadores nas leis trabalhistas, pregavam o fim da CLT, da Unicidade sindical, do sindicalismo despolitizado com reivindicações sociais e políticas das demandas econômicas, criticando a cultura da gestão no chão de fábrica, combatendo o despotismo gerencial e as relações discriminatórias, para Wilma Mangabeira “ Ainda que os temas e os problemas políticos do desenvolvimento nacional não abandonados, as iniciativas da nova liderança contrastavam com as posições que os líderes do passado defendiam. Estes últimos defendiam a separar as reivindicações sociais e políticas das demandas “econômicas”, relegando a segundo plano problemas e as relações discriminatórias e antidemocráticas entre gerentes e trabalhadores.” Uma característica do novo sindicalismo foi exatamente buscar a integração das demandas econômicas, sociais e políticas, voltando-se para os problemas criados no próprio coração do sistema produtivo. – As condições de trabalho, a democratização das relações de trabalho, a democratização das relações entre a gerencia e os trabalhadores e o controle do trabalho. Ao mesmo tempo da legislação trabalhista corporativa e as políticas salariais impostas pelo governo.

O sindicato, no “novo sindicalismo”, tinha como meta estreitar os laços entre os dois planos do ativismo industrial – o sindicato e a fábrica.

A disputa pela hegemonia do movimento sindical nas referências de Aragão (2007),² na obra “As contradições do cotidiano de um dirigente sindical” de 2007. Formou dois blocos denominados de unidade sindical de um lado e do outro o grupo do novo sindicalismo que se conformaram em divergências da Iª CONCLAT (1981), (Congresso) divergências que a CONCLAT de 1983(Conferência), já expressou a fundação da CUT, com a ausência do setor

²ARAGÃO, Wilson Honorato. Dirigente da CUT no final dos anos 80.

da unidade sindical. As contradições não se resumiam apenas aos procedimentos da fundação da CUT, estavam em jogo concepções sobre: a) Greve Geral; b) A criação da CUT; c) O controle do movimento dos trabalhadores (ARAGÃO, 2007, p. 48).

Aragão, compara com entusiasmo as diferenças das composições de classe que os polos citados expressavam. Comparando os eventos que deu origem a divisão do movimento sindical por meio dos delegados do Iº CONCLAT (Congresso das Classes Trabalhadora, 1981) unitário e do Iº CONCLAT (Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, 1983) novo sindicalismo. “Diminuiu o número de delegados nas instâncias superiores, tais como: federações e confederações urbanas e rurais, e aumentando o número de delegados eleitos na base. Tendo uma maior predominância de delegados rurais, operários e servidores públicos. Exatamente os setores que primeiro aprenderam, com os metalúrgicos do ABC, a lição número 1 da futura CUT: “Sindicato é pra lutar” (ARAGÃO, 2007, p. 52).

No atual contexto de resistência em 2017, ao ultra neoliberalismo, todas as forças do movimento sindical estão unidas em uma frente de centrais sindicais contra a agenda do governo Temer, com propostas da CTB, e outras centrais de realização de uma nova CONCLAT, para ajustar a tática e a estratégia de enfrentamento ao Governo Temer. A resistência neste campo unifica partidos e movimentos sociais em duas frentes: “Frente Brasil Popular” e “Frente Povo sem Medo”

Historicamente, o movimento sindical jogou papel fundamental para o enfrentamento ao capital, entre as primeiras correntes de opinião, encontramos no marxismo o extrato mais perfeito de sua história de resistência e luta dos trabalhadores, na defesa dos sindicatos e dos princípios necessários para avanço de suas lutas. Além de preparar as alternativas de superação a exploração do trabalho, tem como perspectiva, a construção da nova sociedade socialista.

“Inicialmente, a organização dos trabalhadores surge em forma de mutualidade (França), enquanto em outros países (Inglaterra), fomentavam greves econômicas e incentivam à luta pelo direito de sufrágio” (LOSOVSKY, 1989. p. 5). Para Marx, significavam formas embrionárias de organização, com caráter ideológico reveladoras de sua origem. “Vagidos infantis da classe operária, formas primitivas do movimento, centro organizadores, ainda dispersos e em concorrência mútua, mas que começaram a atuar conjuntamente, transformando a classe operária em uma força independente” (LOSOVSKY, 1989, p. 04).

“Engels e Marx, insistem frequentemente na doutrina de que os sindicatos são escolas de solidariedade, escolas de socialismo. No período que transcorre a grande ascensão mundial do movimento operário e sindical” (LOSOVSKY, 1989, p. 04). Por ocasião da Iª Internacional (1864), a defesa dos sindicatos partia da ideia de “escolas de socialismo” onde os trabalhadores,

a classe operária, o proletariado, ganhava noções da luta de classes, e da necessidade de se defender dos ataques do capital.

É Marx, o autor da resolução adotada no Congresso da 1ª Internacional, celebrada em 1866 em Genebra, sobre “O passado, presente e futuro dos sindicatos”. Qual foi então o passado dos sindicatos?

O capital é poder social concentrado, enquanto que o proletariado dispõe unicamente de sua força de trabalho. O ajuste entre o capital e o trabalho não pode, pois; apoiar-se em condições legítimas. Sofre da mesma desproporção o próprio sentido de justiça de uma sociedade que coloca a posse dos meios materiais de vida e de produção de um lado, e a força produtiva vivente de outro.

A única força social do lado proletário, é a sua massa. Mas a força da massa dissolve-se quando há desunião. A separação entre os proletários é o produto e o resultado da inevitável concorrência entre eles próprios. Os sindicatos nascem precisamente do impulso espontâneo dos operários, tendendo a eliminar, ou pelo menos reduzir esta concorrência, a fim de que possam conseguir, nos contratos, condições que os coloquem um pouco acima da situação de simples escravos.

O fim imediato dos sindicatos concentra-se nas exigências diárias, nos meios de resistências

Às incessantes investidas do capital, em uma palavra, na questão do salário e da jornada. Esta atividade não só se justifica, como é necessária.

É imprescindível enquanto perdurar o modo atual de produção. É preciso difundi-la, fundando e organizando sindicatos em todos os países.

Por outro lado, os sindicatos, sem pressenti-lo, tornaram-se o eixo da organização da classe proletária, assim como as municipalidades e as paróquias medievais o foram para a burguesia. Se os sindicatos são indispensáveis às guerrilhas quotidianas entre capital e trabalho, não o são menos importantes como um meio organizado para abolição do próprio sistema do trabalho assalariado (LOSOVSKY, 1989, p. 07).

A contribuição do marxismo foi além da percepção do papel estratégico dos movimentos sociais e em particular o sindical. Marx comparava;” que ele não via nos sindicatos somente organizações puramente econômicas, já que as municipalidades e paróquias medievais serviram à burguesia como instrumento de luta contra o feudalismo, e arma de luta política contra o sistema medieval.” Mais além, os sindicatos assumem maior importância como fatores de organização para a supressão do próprio sistema de trabalho assalariado. Para Losovsky, isto confirma que Marx atribuiu grande importância política aos sindicatos, e que não encarava, de modo algum, como organizações apolíticas e neutras. Toda vez que os sindicatos se

enclausuravam nas estreitas fronteiras do corporativismo, Marx intervinha para açoitá-los com veemência.

O próprio Congresso de Genebra, da 1ª Internacional (1864), traçou uma característica do movimento sindical da época. Na segunda parte da mesma resolução, lemos sob o título “Condições atuais”:

... Até o presente, os sindicatos atenderam com demasiada exclusividade às lutas locais e imediatas contra o capital. Todavia, não se compenetraram totalmente de sua força para atacar o sistema de escravidão do salariedade e o modo de produção atual. Nesse caso, mantiveram-se demasiadamente afastados dos movimentos gerais, sociais e políticos. Sem dúvida, nestes últimos tempos, mostram terem-se apropriado, relativamente, da consciência de sua grande tarefa histórica. É o que se pode deduzir dos exemplos de sua participação nos recentes movimentos políticos da Inglaterra, da mais elevada concepção de seus desígnios nos Estados Unidos, e da resolução adotada pela última grande conferência de delegados das trade-unionistas em Sheffield. A resolução assim reza: “Esta conferência reconhece todo o valor dos esforços da Associação Internacional, para unir os operários de todos os países numa fraternal união comum, e recomenda com todo interesse às diferentes organizações representadas na conferência, que se filiam à Associação, porque está convicta de que esta é necessária ao progresso e bem-estar de todo o proletário (MARX, p. 7).

Em relação ao futuro do movimento sindical, Marx, expressou na resolução:

... Além de seus fins primitivos, os sindicatos devem aprender desde já a atuar de maneira mais consciente, como eixos da organização da classe proletária, pelo interesse superior de sua emancipação total. Deverão apoiar todo o movimento político ou social que se encaminhe diretamente a este fim. Conquanto se considerem como vanguarda e representação de todo o proletariado, e ajam de acordo com esta significação, devem procurar atrair os que se encontram fora dos sindicatos. Devem ocupar-se cuidadosamente das classes trabalhadoras mal remuneradas, os trabalhadores agrícolas, por exemplo, a quem circunstâncias particularmente desfavoráveis privaram de suas forças de resistência. Devem levar ao mundo a convicção de que seus esforços, longe de serem egoístas e ambiciosos, alcançarão finalmente a emancipação das massas oprimidas (MARX, p. 8).

A visão marxista, brevemente traçada, já na 1ª Internacional, demonstrava a necessidade de unir forças mesmo contraditórias, em consensos digamos bem articulados. Pois neste período, já existia uma certa diversidade de correntes políticas sindicais: os Anarquistas, as trade unions, o sindicalismo cristão, democratas radicais, republicanos, Proudonianos, Lassalianos, blanquistas e comunistas.

Um movimento que globalizou o movimento sindical, que organizou a maior estrutura unitária de todos os tempos, mais de 150 mil membros da Europa e dos Estados Unidos, perpassou lutas de libertação nacional, a Comuna de Paris em mais de 10 anos de existência, em 1871, baseada nos princípios da Primeira Internacional dos Trabalhadores, em defesa do trabalho, da solidariedade e contra a opressão de classe e de governo. Experimentou o primeiro grande racha, com a expulsão de Bakunin e seus aliados em 1872 da Internacional, no congresso de Haia, ou seja, a retirada dos anarquistas.

Segue a formação desse espectro ideológico, mesmo com o predomínio dos sociais democratas e comunistas na IIª Internacional (1889) no final do século XIX. A partir da segunda guerra mundial, aumentou ainda mais a diversidade ideológica, temos grandes sindicatos (Confederados) na Alemanha, Inglaterra, Europa como um todo, EUA, Canadá, Itália, França, Japão. África e América Latina. No legado, uma grande história de lutas, de disputas ideológicas, principalmente no pós-guerra, onde o movimento sindical se dividiu, em função das influências, do campo socialista e capitalista. Com o fim da bipolaridade, (disputa entre os campos: capitalista e socialista) nos anos 90, queda do muro de Berlim, crise do socialismo os campos ideológicos se espriam com a multipolaridade, a e metabolizam a formação de novos mercados BRICS, (Brasil, Rússia, Índia e China, África do Sul, etc.). Europa, EUA, Canadá e México. Aumentando a disputa pela hegemonia. Entretanto, em função da capilarização das empresas transnacionais, os sindicatos perdem força por um lado, mas por outro em função da fusão de empresas, vão fundindo a sua base, para não perder o poder de fogo. E nesta trajetória vão se aproximando para enfrentar o capital. Obviamente na dinâmica das transformações do capital, os sindicatos sofrem profundas mudanças em suas dinâmicas existenciais.

Comunistas, anarquistas, sindicalismo cristão, democratas, radicais, socialistas, proudonianos, etc., que se constituíram nas primeiras correntes ideológicas atuantes no movimento sindical mundial, que estiveram presentes na Iª Internacional (1864).

Atualmente, encontramos uma diversidade enorme de correntes de opinião que centram seus conhecimentos nos clássicos, Comunistas, Socialistas, Sociais democratas, Trotskistas, Anarquistas, trabalhistas, cristão, entre outros. A grande contribuição destas correntes de opinião é justamente em expor, sua concepção ideológica, seus métodos e propostas para a disputa do espaço institucional e econômico. Cada corrente expressa uma visão de mundo, portanto norteia a luta de classes, e retrata por meio de suas “práxis” o conjunto de proposições para a solução de problemas que se defronta a classe trabalhadora. Não pode existir formação sindical, escola sindical sem a compreensão da ideologia que estas correntes de opinião manifestam. É a partir da interpretação da realidade que emerge estas ideias e que assegurado

o debate democrático, servem de guia para a ação dos trabalhadores na suas lutas e embates cotidianos contra o capital.

Aqui tratamos da escola de socialismo. Nos dias atuais, a partir dos anos noventa, vivenciamos o maior ataque neoliberal aos trabalhadores, o capitalismo em profundas transformações, impulsionados pela crise do pós-segunda guerra, revolução técnico-científica, (quarta geração da revolução técnico-científica), sociedade do conhecimento, fim da bipolaridade, um mundo multipolar, mercados comuns em crise (Inglaterra), guerras permanentes, ameaças constantes de uma terceira guerra mundial, partilha por mercados, sob a liberalização do capital e hegemonia do sistema financeiro mundial. Onde o custo maior, patrocinados por regimes autoritários cujo o objetivo de curto prazo é liquidar com a liberdade, a democracia, direitos trabalhistas, previdenciários, sindicais e políticas sociais de reversão de desigualdades. O Brasil operado pelo novo modelo neoliberal com o projeto “Um salto para o futuro”, exigindo um maior conhecimento para a superação da exploração capitalista.

Os clássicos das correntes de opinião, podem iluminar a estrada para a busca de alternativas para a solução de crises permanentes do capitalismo, muito já foi pensado, é preciso \ eles para orientar a luta contra o capital.

O campo socialista, fundamentalmente a matriz do marxismo, temperada na luta contra o capital, fornece as melhores referencias para o movimento sindical dos trabalhadores. a escola marxista contemporânea do pensamento histórico-crítico, ou seja, do materialismo dialético desenvolvido por Demerval Saviani e outros. Tem resgatado o pensamento marxista de forma mais ampla não só didaticamente, a partir de autores como MARX, LENIN, KRUPSKAIA, LUNASTCHASKY, GRAMSCI, entre outros. Entretanto, dado a importância da teoria da libertação e da autonomia pedagógica de Paulo Freire, agrego duas frentes do saber educacional desenvolvidas em terras brasileiras, com as características de ciências necessárias as transformações requeridas, para atuação sindical revolucionaria.

Duas visões de mundo contextualizadas na vida humana, na luta social, que clama por liberdade, na luta de classes como instrumento de libertação, na humanidade que constrói a sociedade. Na construção da nova sociedade socialista.

“Diferente dos animais, os homens precisam trabalhar para sobreviver, transformando a natureza, para buscar sua existência, sua sobrevivência. Então tem que estar umbilicalmente envolvido com a natureza para existir. Para tanto, em lugar dele se adaptar a natureza, ele tem de transformá-la, criando sua sociedade, podendo criar a sociedade mais avançada, livre da exploração do trabalho. Da alienação do trabalho. ...se a educação não se reduz ao ensino, é

certo, entretanto, que ensino é educação, e, como tal, participa da natureza do próprio fenômeno educativo” (SAVIANI, p. 12).

Pensava uma escola integrada, de caráter nacional. No modelo de escola única de (GRAMSCI, 2011, p. 220), discernia “Nas escolas primárias, dois elementos se prestavam a formação e a educação das crianças: as primeiras noções dos direitos e deveres do cidadão. As noções científicas deviam servir para introduzir a criança na “*societas rerum*”; os direitos e deveres, na vida estatal e na sociedade civil. As noções científicas entravam em luta com a concepção mágica do mundo e da natureza, que a criança absorve do ambiente impregnado de folclore, enquanto as noções de direitos e deveres entram em luta com as tendências à barbárie individualista e localista. “Defesa da visão crítica. Segue ...” a lei civil e estatal organiza os homens do modo historicamente mais adequado a dominar as leis da natureza... Pode-se dizer, por isso, que o princípio educativo no qual se baseavam as escolas primárias era o conceito de produtividade sem um conhecimento exato e realista das leis naturais e sem uma ordem legal que regule organicamente a vida dos homens entre si, ordem que deve ser respeitada por convicção espontânea e não apenas por imposição externa, por necessidade reconhecida e proposta a si mesmo como liberdade e não por simples coerção. O conceito e o fato do trabalho (da atividade teórico-prática) é o princípio educativo imanente à escola primária, já que a ordem social e estatal (direitos e deveres) é introduzida e identificada na ordem natural do trabalho. Mais adiante Gramsci define o conceito de equilíbrio entre ordem social e ordem social. “com base no trabalho cria os elementos de uma intuição do mundo liberta de toda magia e bruxaria, e fornece o ponto de partida para o posterior desenvolvimento de uma concepção histórica, dialética, do mundo, para a compreensão do movimento e do devir, para avaliação da soma de esforços e de sacrifícios que o presente custou ao passado e que o futuro custa ao presente, para a concepção da atualidade como síntese do passado, de toda as gerações passadas, que se projeta no futuro” (GRAMSCI, 2011, p. 220).

Lenin afirmava que o ensino não se desliga da política: a diferença é que o ensino predominante na educação burguesa esconde sua política e o caráter de classe da escola capitalista... Na URSS, ela cumpre o duplo papel de construção do socialismo, seus principais problemas são despertar o interesse pela ciência, ensinar a pesquisar, tratar a vida, o trabalho e o estudo de forma integrada, formar conhecimentos e hábitos adequados aos princípios e necessidades da nova sociedade que se quer edificar (SAVIANI, 2017. p. 94).

Escola Única, (SAVIANI, 2017, p. 94) pelo seu caráter unitário, não de uniformidade, mas de unidade na diversidade, não várias escolas, instituições independentes e isoladas, mas uma escola articulada em seus vários níveis, graus, modalidades, instâncias de decisão e de

realização. Nada tem a ver com a “escola única” da proposta liberal-burguesa, ou seja, sua versão recomposta de “escola única diferenciada” e muito menos da proposta fascista do governo Temer de “escola sem partido”.

Uma escola que tenha o trabalho como matéria de estudo (ação humana na produção da existência mediada por técnicas e instrumentos cada vez mais desenvolvidos) e como meio de educação coletiva, consciente, disciplinada, organizada (SAVIANI, 2017, p. 94).

Para coordenar a política educacional, o Comissariado do Povo tinha a função de instruir as massas trabalhadoras, sob o que havia de mais avançado na produção humana ajudando a superar os problemas herdados do capitalismo e a construir a nova sociedade.

Desenvolvendo o raciocínio sobre a escola educativa, Gramsci questionava a escola de reprodução tradicional do modo de vida concluindo que “os programas e currículos significasse menos do que nada.” Contribuindo para a exclusão do aluno na escola viva, “que a participação ativa do aluno na escola, só poderia existir se a escola for ligada à vida”. Os novos programas, quanto mais afirmar e teoriza sobre a atividade o discente e sobre sua operosa colaboração com o trabalho docente, tanto mais são elaborados como se o discente fosse uma mera passividade.

Na escola, em função da crise profunda da tradição cultural, da difusão do ensino de uma só ideologia fascista de um tipo de concepção autoritária da vida e do homem, por exemplo... Gramsci já destacava a degenerescência do ensino onde as escolas de tipo profissional, isto é preocupada em satisfazer interesses práticos imediatos, predominam sobre a escola formativa, imediatamente desinteressada. O aspecto mais paradoxal reside em que este novo tipo de escola aparece e é louvada como democrática, quando, na realidade, não só é destinada a perpetuar as diferenças sociais, como ainda a cristalizá-las.

Traduzir estes princípios das diversas escolas do marxismo, significa o resgate da matriz teórica essencial para a formação da escola sindical necessária. O grande desafio colocado, para superação do atraso na formação política educacional dos servidores, estimula a construção de modelos que incorpore a estratégia da contra hegemonia na luta de ideias no campo da política educacional e da cultura como um todo. Na mesma perspectiva destes valiosos clássicos “combater o capitalismo e construir a nova sociedade”.

A formação sindical contemporânea na fase de quarta revolução técnico-científica (Anexo 1) Aconselha-se a formação e o processo educativo, crítico e histórico, verdadeiramente democrático e orientado para o cotidiano metabolizado com a práxis. Contextualizado na disputa pela hegemonia da sociedade.

Para sobreviver, o homem necessita extrair da natureza, ativa e intencionalmente, os meios de sua subsistência. Ao fazer isso, ele inicia o processo de transformação da natureza, criando um mundo humano (o mundo da cultura) (SAVIANI, 1984, p. 11).

Por meio do processo do trabalho é que o homem produz a sua subsistência. “Trabalho material”, “Entretanto, para produzir materialmente, o homem necessita antecipar em ideias os objetivos da ação, o que significa que ele representa materialmente os objetivos reais. Para Saviani, essa representação inclui o aspecto de conhecimento das propriedades do mundo real (ciência), de valorização (ética) e de simbolização (arte). Trabalho não material. Com duas categorias a primeira que o produto se separa do produtor, a exemplo de livros e objetos artísticos. A segunda diz respeito às atividades em que o produto não se separa do ato de produção e o ato de consumo (SAVIANI, 1984, p. 14).

Compreendida a natureza da educação, podemos avançar em direção à compreensão de uma especificidade. Com efeito, se a educação, pertencendo ao âmbito do trabalho não material, tem a ver com ideias, conceitos, valores, símbolos, hábitos, atitudes, habilidades, tais elementos, entretanto, não lhe interessam em si mesmos, como algo exterior ao homem (SAVIANI, 1984, p. 14).

A escola socialista é democrática, busca a superação da exploração do trabalho, da alienação da riqueza, implementada pelo capital, objetivando a construção da nova sociedade. Ela é uma tarefa do mundo do trabalho, para superar as condições escravas do capital.

Entretanto, sua força política segue a síntese de Gramsci da disputa hegemônica, que em determinados momentos, temos um exemplo curioso ocorrido no início de 2017, em Brasília o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), por meio de nota de sua direção, cobra ao movimento sindical atitude de forção de quadros e dirigentes sindicais necessários para a elevação do nível de consciência, para o enfrentamento ao governo golpista de Temer (Anexo 2).

Marx, já na segunda metade do século XIX, distinguia na vida de escolarização dos trabalhadores, o papel que pode jogar os sindicatos, que ele identificava como a escola da contraguerrilha ao capital, escolas de aprendizagem e combate a alienação do capital sobre o trabalho, escolas de socialismo. Saviani, um dos defensores marxistas da atualidade, face a ofensiva privatizante do capital, defende a escola pública como uma das estratégias de defesa da classe trabalhadora no processo da luta pelo socialismo.

Neste trabalho, tratamos sucintamente da formação sindical, obviamente, de um ponto de vista histórico crítico, reconhecendo o papel dos trabalhadores(as) ao longo do desenvolvimento do capitalismo, com um olhar ampliado ao longo da formação da classe

trabalhadora, mas com foco no Brasil, em época recente da formação dos servidores das universidades brasileiras, onde sob o guarda-chuva da Fasubra Sindical, entidade que escolariza essa grande categoria de trabalhadores em educação há 39 anos, que registra um legado de lutas em defesa do serviço público e do ensino superior público e gratuito. Em defesa das Instituições públicas de ensino superior.

Uma escola da luta pelo socialismo, se faz compreendendo o papel que é legado aos trabalhadores, a de construção da nova sociedade o socialismo.

A formação sindical dos trabalhadores coincide com a história do sindicalismo e a partir da segunda metade do século XIX, ganha projeção a partir de 1864, com o maior evento da época para o mundo sindical dos trabalhadores. Representando sindicatos europeus e norte-americanos que foi a 1ª INTERNACIONAL (1864 – 1872), realizada em Genebra na Europa no ano de 1864. Em 1870 já reunia mais de 150.000 trabalhadores de todo o mundo. Reuniu todas as concepções e correntes ideológicas até 1872 quando houve a primeira grande cisão no sindicalismo mundial.

A primeira sistematização foi realizada por Karl Marx, um dos dirigentes deste evento, que traduz nas resoluções finais da Internacional as orientações e a compreensão do sindicalismo classista, suas contribuições do passado, do presente e perspectivas futuras. Ali, Marx já debatia as principais polêmicas no campo da economia, da luta de classes, das questões filosóficas, políticas e morais, organizacionais e orientava as tarefas da luta sindical de sua época para a construção da sociedade socialista (LOSOVSKY, 1989, p. 7). E centrava seu pensamento na tipificação da formação sindical, compreendendo-a como uma escola do socialismo, mais adiante em 1869, no congresso da Internacional, em seu terceiro evento, sintetizava que a escolarização dos conhecimentos objetivos e subjetivos era papel do ensino formal, mas, cabia aos sindicatos a formação política e ideológica, era papel da classe trabalhadora construir seu processo de emancipação. Ter uma consciência para si, superar a exploração do capitalismo e construir a sociedade da classe trabalhadora, o socialismo (LOSOVSKY, 1989, p. 9).

Em 1872, ocorre a primeira divisão do movimento sindical mundial. Os anarcosindicalista, revolucionários, concentravam sua estratégia, na solidariedade internacionalista, na ação direta, na autossuficiência organizativa, e abominavam o estado negando a disputa política e a disputa partidária.

A concepção marxista se irmanava no internacionalismo proletário, na luta de classes, na disputa pela conquista do aparelho de Estado, e pela construção da sociedade socialista, admitia as lutas como processo de acumulação de forças na luta revolucionária. A luta contra

as ideias anarcosindicalista, já comandada por Marx, leva a expulsão de Bakunin e de grande parte dos sindicatos, seguidores desta e de outras correntes ideológicas contrárias as ideias marxistas. Neste campo, setores de vinculação religiosas corporativas, contribuem para este fracionamento. Já no final do século XIX, um novo reencontro dos trabalhadores de todo o mundo na segunda Internacional, (1889)³ esta já sob influência dos socialistas europeus, com estratégias de reestruturar o sindicalismo no mundo, minimizando as posições de radicalidade marxista e anarquistas, gerando uma linha de convivência harmônica com o capitalismo, de colaboração de classes de forma propositiva. Privilegiando a disputa política democrática (LOSOVSKY, 1989, p. 10).

O sindicalismo socialista europeu ganhou fôlego acompanhou suas burguesias na primeira guerra mundial, combatendo o sindicalismo comunista russo e italiano, que eram contra a guerra e a colaboração de classes, realinhando duas grandes correntes hegemônicas a socialista e a comunista. As outras correntes de maior expressão, as católicas e evangélicas se mantiveram não alinhadas, em função de divergências táticas e de unir questões econômicas com a política partidária.

Na Rússia revolucionária, uma referência marcante, foi o debate sobre a educação dos pioneiros construtores da educação socialista em 1917, onde N.K. Krupskaya; A.V. Lunacharsky e P.N. Lepeshinsky, secundados por M.M. Pistrak e V. N. Shulein, “compartilham a ideia de que a educação era fundamental na construção da nova sociedade sem classes. Ensino baseado na “práxis, escola e trabalho”. Krupskaya defendia que o magistério criasse, pela sua prática uma escola destinada a formar lutadores e construtores deste futuro aberto pela revolução Russa” (FREITAS, 2017, p. 18).

Em Marx, esses princípios adquirem maior complexidade e importância justamente porque para compor o quadro de análise crítica do trabalho alienado/estranhado, da coisificação, da desumanização do homem da exploração econômica e da degradação do trabalho (SOUSA JUNIOR, 2010, p. 40).

Entretanto esta experiência Russa, só foi possível a uma outra grande divisão do movimento sindical europeu. Os sindicatos bolcheviques não adotaram a estratégia de aliança com a burguesia local, optou pela paz e contra a primeira guerra mundial. Os sindicalistas

³**Internacional Operária ou Internacional Socialista:**foi uma organização dos partidos socialistas e operários criada principalmente por iniciativa de Friedrich Engels, por ocasião do Congresso Internacional de Paris, em 14 de julho de 1889. Do congresso participaram delegações de vinte países

sociais-democratas europeus, optaram pela participação na primeira guerra e viveram a experiência de alianças nacionais com o capital, as burguesias nacionais.

Construíram centrais em toda Europa dividida por países, tiveram ganhos de filiação no pós-primeira guerra, com a crise de 29, perderam filiados. A burguesia europeia, descambou para os regimes autoritários do Nazismo e do Fascismo, tiveram oposição sindical em toda Europa, menos Alemanha e Áustria. Os trabalhadores foram perdendo terreno, até que no pós segunda guerra ressurgiu uma nova pactuação tripartite, um processo de recuperação do pós guerra, que melhorou substantivamente a mediação de conflitos, com a adoção da contratação coletiva de trabalho, direito de greve, de sindicalização e órgãos de fomento a exemplo da OIT, Banco Mundial, para garantir o (Plano Marchal) a política e as adoções de todos os países neste novo regime, pós-guerra. Na Europa, a primeira consequência foi a melhoria geral da sociedade e a conquista do estado de bem-estar social. Fortalecendo aí a formação sindical de colaboração tripartite (SCHUTTE, 2000, p. 13-15).

As crises do capitalismo no pós-guerra se manifestaram no aumento da competitividade internacional, na guerra fria, numa maior concentração de rendas na Europa e nos Estados Unidos, em maior controle das matrizes energéticas, de outro lado na maior influência da Rússia, China, Cuba e demais bandeiras comunistas, criando dois campos ideológicos, a bipolaridade, o capitalista tendo a hegemonia Norte-americana, Europa e Japão, e o socialista por outro lado compondo Rússia, China, Coreia do Norte, Vietnam e Cuba.

Com o fim da guerra fria, e a formação dos mercados comuns, e a quebra da bipolaridade, temos um novo realinhamento e uma forte tendência a um cenário de multipolaridade. Na atual conjuntura, predomina o mercado Norte-Americano, Mercado Comum Europeu e Japão e por outro lado, China, Rússia, África do Sul e Brasil os mais hegemônicos. Formando os Brics que atualmente detém mais de 42% da mão de obra e o maior potencial de comandites e perspectivas de superação de hegemonia econômica, mundial nestes próximos 30 a 40 anos. Atualmente a China já aparece como a maior potência econômica mundial.

Essas mudanças no mundo capitalista também modificam a organização dos trabalhadores. Na primeira Internacional já se debatia a formação política como levar a luta para repercutir no parlamento, mas só a partir da segunda internacional forma-se partidos mais estruturados que referenciaram até a própria burguesia na estruturação de partidos. Com a proposta leninista de partido de novo tipo, e a revolução na Rússia de 1917. O Partido bolchevique, passou a comandar a primeira revolução socialista e a construir um novo tipo de Estado.

Ao longo do século XX formaram-se grandes e históricos partidos socialdemocratas, comunistas, socialistas, democratas cristãos, trabalhistas. O anarquismo perdeu força no movimento sindical e não se organizou em partidos. A sociedade se divide em polos; em esquerda e direita, centro esquerda e centro direita, Nazistas e Fascistas versos democratas e comunistas e socialistas. No movimento sindical de trabalhadores predomina os socialistas, sociais democráticos, trabalhistas, comunistas e uma nova esquerda (terceira via), e outros de menor porte trotskistas, maoístas, zapatistas, mas sem grandes perspectivas hegemônicas.

Na organização sindical temos mudanças substantivas, apesar da quebra da unicidade sindical, ou seja, um sindicato representado por trabalhadores em uma só base sindical, e da existência de várias centrais sindicais em um só país. Temos uma única representação de uma só central sindical europeia formada a partir do Mercado Comum Europeu, a Central Sindical Europeia (CES), debate que estimulou em outras formações de mercado comum, a criação de apenas uma só central.

A classe trabalhadora, contribuiu, com a construção do Estado no Brasil, principalmente durante estes dois últimos séculos. A partir da República, em um primeiro momento com as ideias libertárias, já antes com a luta contra a escravidão, as primeiras organizações operárias, a luta sindical de influência anarquista, socialista e comunista. Em um segundo momento com as mudanças estruturais da economia brasileira, pós regime escravocrata, economia primária exportadora (República do Café com Leite) e a transição do modelo exportador da economia primária para uma transição industrial. E no terceiro momento na transição da economia primária para a industrialização, e a política de substituição de importações. Primeiro momento, com o Getúlio a legislação trabalhista, o trabalhismo em um segundo momento. A estrutura sindical e de direitos sociais, direitos a educação e a saúde, direitos previdenciários todos com o crivo e a participação da classe proletária. Claro sobre a hegemonia (GRAMSCI), das classes possidentes, mas com protagonismo dos trabalhadores e da sociedade progressista. Embora o processo democrático no país, tenha sido de intermitências, sua maior vigência em regimes autoritários e ditatoriais, os hiatos de democracia, possibilitou a estruturação de uma malha protetora de direitos constitucionais. Tendo como referência as Constituições de 1934, 1946(1) e a de 1988.

A busca da competitividade internacional, da lucratividade, como forma de enfrentar a crise que assolou as economias capitalistas na década de 1970, levou a uma reestruturação produtiva, assentada na adoção de novas tecnologias e técnicas de gerenciamento poupadoras de mão de obra. O paradigma deste novo modelo foi, sem dúvida, o toyotismo (acumulação flexível, Just in time, Kanbam, etc.).

O fordismo e o taylorismo tendiam à homogeneização dos trabalhadores fabris, à utilização de tecnologias mais rígidas, assentadas na linha de montagem, com máquinas especializadas que utilizavam um trabalho padronizado e menos qualificado. Assim, criaram-se condições mais favoráveis à construção de grandes sindicatos por ramos industriais que podiam negociar condições de trabalho e salários, mais ou menos uniformes. Lembramos que a implantação desse modelo foi responsável, nas primeiras décadas do século 20, pela crise de uma forma determinada de sindicalismo, assentado nas profissões – os chamados sindicatos de ofício.

O novo modelo (toyotista) que passou a se expandir reverteu a tendência, iniciada com a revolução industrial e impulsionada pela indústria fordista, de concentração de operários em grandes unidades produtivas e em determinadas regiões. Ocorreu então a ampliação de políticas industriais desconcentradas da produção que contribuíam para a redução, diversificação e fragmentação da classe operária tradicional.

A reestruturação capitalista foi responsável pela expansão do desemprego estrutural, e por uma alteração substancial no mercado de trabalho. Houve um crescimento, sem precedente, do chamado trabalho precário (por tempo parcial e determinado, terceirizados, informal etc.), e do emprego nos setores de serviços. Segundo Gorz, o número de operários industriais na Europa Ocidental reduziu-se de 40% para 30% entre os anos 1970 e 1980. Número que despencou nas décadas seguintes (6).

A queda do número de operários no conjunto da população dos países capitalistas desenvolvidos se deve ao aumento da competição internacional e à consequente introdução de novas tecnologias. Entre 1981 e 1990, as 500 maiores corporações industriais estadunidenses eliminaram cerca de 3,7 milhões de empregos. Nos primeiros anos da década de 1990 outro 1,1 milhão de postos de trabalho desapareceu apenas nos EUA (7). Desapareceram para nunca mais voltar, pelo menos na grande indústria.

2.1 FASUBRA-SINDICAL, UMA HISTÓRIA DA LUTA DE CLASSES

O estudo tem origem na formação e história da Fasubra sindical, fundada em dezembro de 1978, em João Pessoa-PB, que na época reuniu mais de 23 associações de servidores das universidades brasileiras. Hoje compondo mais de 66 entidades, reconhecida como uma das federações de grande história e resistência na luta em defesa das questões salariais, fortalecimento da carreira e da garantia do ensino público gratuito. Em defesa do sistema

público das universidades públicas brasileiras nos níveis da federação; União, Estaduais e municipais.

A narrativa histórica discorre sobre o desenvolvimento sindical dos servidores da Universidade Federal da Paraíba – UFPB que da início com a fundação da Associação dos Funcionários da Universidade Federal da Paraíba – AFUF PB, João Pessoa, em dezembro de 1979, com o objetivo de representar sindicalmente os servidores da universidade que, neste período, em conjunto com os servidores públicos, reivindicava o direito à sindicalização, o direito de greve, negociação salarial, liberdade política e democracia, enfim a superação da ditadura militar (GT da Fasubra – 30 anos).

O final dos anos 70, e a década seguinte foram marcados por resistência dos trabalhadores e reorganização do movimento sindical brasileiro. Neste período, assistimos a grandes greves operárias, Anistia Política restrita no início dos anos 80, grandes encontros da classe trabalhadora, primeira Congresso Nacional da Classe Trabalhadora – Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras – CONCLAT, fundação do Partido dos Trabalhadores PT, da Central Única dos Trabalhadores CUT e Central Geral dos Trabalhadores CGT, fim do Regime Militar, mudança de regime pelo colégio eleitoral, eleições de Tancredo Neves e posse de José Sarney. Liberdade para o partido Partido Comunista do Brasil PC do B, convocação da Constituinte de 1988, momentos de grandes avanços e de esperanças de superação da fase autoritária e reestabelecimento de um regime democrático no Brasil.

Com a Constituinte cidadã,⁴(1988), os servidores conquistaram o direito de greve e de formar sindicatos, mas não o direito à negociação em lei. Entretanto, durante a gestão neoliberal (1995-2003), os direitos conquistados foram restritos, sem efetividade. Após as conquistas democráticas, no final dos anos 80, com a vitória de Collor de Melo, desenvolve-se uma fase de retrocesso, de privatização, demissões de servidores, arrocho salarial, e planos econômicos mirabolantes a exemplo do Plano Collor I e II. Nesta gestão começa a se desenhar o período de ascenso do neoliberalismo que segue com as limitações de Itamar Franco que ensaiava uma postura democrática, mas, sedendo ao ciclo Neoliberal comandada por Fernando Henrique Cardoso, que reuniu as condições de restabelecer o regime austero e privatista iniciado por Collor, FHC adquiriu apoio parlamentar, da mídia e da burguesia nacional com feição inovadora.

⁴O então presidente da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães, declarou em 27 de julho de 1988 (foto) a entrada em vigor da nova **Constituição** Federal – apropriadamente batizada de **Constituição Cidadã** porque era o Brasil, nessa época, um país recém-saído da ditadura militar na qual os princípios constitucionais foram reestabelecidos.

FHC enfrentou quase uma década de profunda crise, até o término do seu segundo mandato em 2002, quando encerra o período neoliberal mais escancarado com esgotamento do modelo que abriu a possibilidade a um novo ciclo de superação, alvissareiro, iniciado pelo Presidente Luis Inácio Lula da Silva, mesmo com as restrições da “Carta aos brasileiros” assinada pelo Presidente eleito de manutenção dos dispositivos macroeconômicos; de juros altos, superavit primários e dólar flutuante, liberdade para o Banco Central, formando o tripé exigido pelo mercado financeiro. Mesmo assim, com a eleição de Lula seus dois mandatos e mais os dois mandatos da Presidenta Dilma, o Brasil vivenciou uma reanimação econômica, com gestão democrática, distribuição de renda, liberdade de ação das lutas sociais, dos trabalhadores e em particular dos servidores públicos.

O período que vai dos anos 90 a 2002 ciclo Collor – FHC e de 2003 -2015 ao ciclo Lula Dilma, se constituiu em duas grandes fases com características distintas das ações do modelo neoliberal. Na primeira deste primeiro ciclo Color-FHC, tivemos mudanças nas relações com os servidores das universidades, no primeiro momento o debate sobre Regime Jurídico Único e ainda no governo Itamar o debate sobre a agenda Autonomia Universitária, onde oportuniza a Fasubra Sindical apresentar o “Projeto de Autonomia Universitária” Uma Universidade para os Trabalhadores”, e na segunda fase de FHC o congelamento do diálogo, com o movimento sindical da área da educação.

Fase com características de austeridade, ajustes estruturais, ausência de mediação de conflitos com o movimento sindical e assim predomina até o fim do governo de FHC. A crise neoliberal recua e o governo Lula em situação favorável que o oposto, ajusta o modelo em condições de uma nova governabilidade que caracteriza a segunda fase em um governo democrático e popular, com mediação de conflito com o movimento social e sindical, em resposta ao desenvolvimento ativo e propositivo dos sindicatos, liberdade de manifestação e de participação nas agendas governamentais

Esta última fase favoreceu a formação sindical que se orientou para a formação do mundo do trabalho, estimulada com recursos do Fundo de Aperfeiçoamento do Trabalhador FAT, que vem da política do governo FHC, com aliança com a Força Sindial, talhada para aliança com o modelo neoliberal elemento que despertou as centrais sindicais, que de forma geral priorizou a formação para o trabalho, secundarizando a formação sindical, deste modo, contribuindo com a baixa qualificação da formação sindical e da formação de novas lideranças, da falta de renovação de dirigentes de um modo geral, e em particular, dos servidores públicos.

Contraditoriamente aos avanços do sindicalismo com o período de resistência nestes últimos 20 anos, e o registro de crescimento de escolas sindicais cutistas, ctbistas, etc. A

formação sindical deixou a desejar, ficou a cargo das correntes de opinião secundarizadas, com poucos recursos, contribuindo cada vez mais para a divisão dos trabalhadores. não cresceu sequer se estruturou nas universidades, seja na academia ou nas instituições sindicais. Prova cabal é que tanto o movimento docente por meio de suas duas entidades representativas nacionais não estruturaram escola, o mesmo por outro lado nem Fasubra Sindical e o Sinasefe o fizeram.

O aprendizado de militância tem formado grandes lideranças, políticas oriundas dos movimentos sociais e sindical, que ocuparam cargos eletivos e de de um modo geral. A universidade cumpriu um papel democratizante na formação política geral. Neste processo, arejou, contribuiu para o desenvolvimento nacional e local, fundamentalmente para o acesso de estudantes de origem pobre, cotas para negros, índios, discriminados, assegurando políticas de inclusão. Vários quadros puderam ascender em cargos de poder com ações dentro e fora do campi universitário. Chefias, pró-reitores, Vereadores, Deputados, Governador de Estado e Presidente da República. Tendo como exemplos o próprio Presidente Lula, uma legião de ex-sindicalistas Ministros, no caso da Paraíba o Governador Ricardo Coutinho filiado ao SINTESPB. Essa experiência acumulada forjou um legado extraordinário de experiências vivenciadas na formação sindical em várias lideranças, que se consolidaram e que poderão transmitir este legado às novas gerações. A criação de uma Escola Sindical tem grande necessidade para melhorar os conhecimentos sobre o movimento sindical como um todo, e de perceber a importância da mediação de conflitos, da solução de conflitos por meio da negociação coletiva até para consolidar o direito a sindicalização e o direito de greve, já conquistados na Constituição Federal de 1988. O desenvolvimento econômico e as políticas públicas, contracíclicas, o papel do sindicalismo no desenvolvimento geral da humanidade. No caso específico dos servidores das universidades o papel do servidor, enquanto trabalhador sua história e seus desafios. A oportunidade que se teve no segundo ciclo – Lula - Dilma para avançar na mediação de conflitos e a corresponsabilidade social. E o enfrentamento ao novo avanço neoliberal de desmonte do estado nacional, dos direitos trabalhistas, das políticas públicas e da previdência social. O que aparentemente se conquistou na “república sindicalista”⁵ vai de água abaixo, nivelada a qualidade de vida geral da nação. Nos escobros do

⁵**ALOÍSIO DE TOLEDO CÉSAR.** Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo. E-mail: aloisio.parana@gmail.com, O Estado de S. Paulo. 04 Agosto 2012 | 03h08. Agora, curiosamente, neste clima de liberdades meio sem limites que estamos vivendo, parecemos estar repetindo aqueles tempos tormentosos. Realmente, observa-se nos dias presentes um fortalecimento com pouca maturidade dos sindicatos e das centrais sindicais, clara consequência de uma diretriz de governo traçada pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

período anterior e no descalabro do projeto “Ponte para o futuro”⁶ a nova faceta neoliberal. A contra hegemonia precisa de que a formação sindical retome sua estratégia superando a preparação política sindical para este novo enfrentamento.

O estudo tem origem na formação e história da Fasubra sindical, fundada em dezembro de 1978, em João Pessoa-PB, que na época reuniu mais de 23 associações de servidores das universidades brasileiras. Hoje compondo mais de 66 entidades, reconhecida como uma das federações de grande história e resistência na luta em defesa das questões salariais, fortalecimento da carreira e da garantia do ensino público gratuito. Em defesa do sistema público das universidades públicas brasileiras nos níveis da federação; União, Estaduais e municipais.

Em 2016, o país sofre uma de suas maiores mudanças políticas, mais uma transição de governo sem o voto popular, com a democracia, mais uma vez atacada, com o apoio da mídia, do congresso e da justiça por meio do Impeachment da Presidente Dilma, assume o Presidente Temer, afetando mais uma vez as relações com o movimento sindical e popular. Sob os escombros, ressurgem uma oposição forte a tomada de poder. Forças de Centro e de esquerda, se articulam na Frente Brasil Popular, na Frente Povo sem Medo, nos movimentos sociais, Movimento dos Sem Terra (MST), Confederação Nacional da Moradia (CONAM), União Nacional dos Estudantes (UNE), União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) entre outros, tendo como referência o legado do governo democrático e popular recente de mais de 13 anos, o governo Lula e Dilma não tem paralelos na História, e já demonstraram que democracia é melhor do que autoritarismo, que distribuição de renda com crescimento econômico é melhor do que recessão, que mais direitos sociais é melhor do que retrocesso, e que soberania nacional e o caminho para o fortalecimento da pátria. Resta melhorar a organização social, partidária e as demais instituições sociais e sindicais, para fortalecer a representação política e tirar da direita e da classe média conservadora o mando de campo. A nova esquerda é hegemônica no mundo, e agora vai enfrentar a direita fascista de Trump e cia. Cabe uma leitura mais real desta quadra internacional, os desafios do impacto do fim da uni polaridade, estamos em um mundo multipolar sem perspectiva de retrocesso no campo de uma nova globalização possível, para sedimentar as bases sustentáveis de uma nova política, internacional que favoreça, fortaleça e gere um novo programa para o Brasil, com as características de um governo democrático e popular referenciado na trajetória recente liderada por Lula e Dilma.

⁶Uma Ponte para o Futuro, Programa do PMDB publicado em 29 de outubro de 2015.

Nesse contexto, é que se apresentou no campo da formação sindical, um plano de escolarização que valorize a prática sindical, o aprendizado valioso, já distinguido pelo marxismo como escolas de socialismo, onde a classe trabalhadora e a ampla maioria da sociedade, encontra as melhores ideias para o desenvolvimento de toda a sociedade.

Surgem novos atores na arena sindical com força a partir da luta pelo fim do regime militar dos anos 80, pela liberdade, democracia, com as grandes conquistas em 1988, de uma nova Constituição Federal. Regime Jurídico Único para os servidores públicos, direito a planos de carreira, sindicalização, direito de greve, ou seja, uma perspectiva cidadã. Os servidores públicos em todos os níveis, aumentaram sobremaneira a quantidade de trabalhadores organizados, sindicalizados, ingressando na luta sindical com força de ação mais combativa e radical.

Com a perspectiva de reformas ultraconservadoras neoliberais de Temer, os riscos são para todos os trabalhadores, para o setor privado, bem como para os servidores públicos, com impactos mais danosos para as mulheres, e os mais discriminados e despreparados para o mercado de trabalho. Tudo leva a crer pelos projetos de reformas que circulam no congresso nacional a proposta é de zerar o século XX, sepultando a CLT, a Constituição de 1988, substituindo todo o marco regulatória das leis trabalhistas e sindicais pela negociação direta entre patrão e empregado, fracionando o movimento sindical com o fim do imposto sindical, ou seja, um rapa geral nos direitos trabalhistas e sindicais.

A formação sindical ganhou força a partir da luta contra o regime militar nos anos 80, agigantou-se com os direitos sindicais e trabalhistas, pós constituição de 1988. Profundidade para enfrentar o neoliberalismo de Fernando Henrique Cardoso, momento de flexão onde a formação sindical foi secundarizada para a formação para a capacitação para o trabalho com recursos do FAT em grande disputa com a Força Sindical que surge nos anos 90, para formar o braço auxiliar ao neoliberalismo.

Com a retomada do ambiente democrático e a nova constituição, o sindicalismo ganhou mais projeção e começou a estruturar escolas em torno das novas centrais sindicais que surgiam, estímulos da formação para o trabalho, da escolarização de jovens e adultos, educação popular em massa, para os sem-terra, sem tetos, dos movimentos sociais em geral, uma grande demanda de formação para o direito à cidadania. Direitos de multidiversidades, grande expansão do ensino formal, principalmente, no fundamental e médio. Expansão do ensino superior no governo Lula e ganhos concretos de planos de cargos, salários e carreira, nesta geração mudancista de Lula e Dilma.

A tônica da formação sindical foi desenhada em duas grandes concepções, a primeira liderada pela CUT, uma formação classista, ampla, democrática, hegemônica por ideias petistas de cunho socialista, social democrática, comunista e trotskistas, por outro lado, a Força Sindical com ideias predominantemente neoliberais. As demais centrais sindicais variavam da social democracia, ao sindicalismo cristão e pequenos grupos trotskistas no serviço público.

Com as mudanças de rumo, inerente ao desenvolvimento da própria sociedade, não muda apenas a organização sindical e os partidos, mas, essencialmente uma nova plataforma educativa de ensino, fundamenta a visão hegemônica da sociedade hegemônica (Gramsci) e nos sindicatos as adequações são produzidas dado os níveis de enfrentamento ao capital, táticas e estratégias para assegurar a luta sindical para superar os níveis alienantes das políticas salariais e de outras reivindicações por bem estar social e mediação de conflitos.

Com uma maior divisão, entre as centrais sindicais; socialistas, petistas e comunistas foram formar a Central dos Trabalhadores e Trabalhadores do Brasil (CTB), petistas, socialistas e sociais democratas consolidaram a Central Única dos Trabalhadores (CUT), Intersindical Central (IC) compostas de neoliberais e sociais democratas, Força Sindical (FS) permanece, essencialmente neoliberal, a Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST) sociais democratas e cristãos, as centrais esquerdistas, Central Sindical Popular Conlutas (CSPConlutas) e Intersindical (I), ambas formadas por trotsquistas, petistas e socialistas, e assim verificamos uma pulverização rica ideologicamente que predomina atualmente no ideário da classe trabalhadora.

O movimento sindical brasileiro, enfrenta junto com toda sociedade brasileira uma ameaça contida na reforma ultra neoliberal do ensino formal secundário e médio. Que sofre profundas transformações tendo agora a proposta da “Escola sem Partido”, uma provocação desrespeitosa a educação brasileira.

O legado que registro da luta dos servidores técnico-administrativos, se inicia na Paraíba, terra onde se fundou a FASUBRA. Esta federação à época, dos idos anos de 1978, nasceu com o caráter de clube social e foi conquistada pelos préstimos dos serviços da área de Recursos Humanos das universidades brasileiras. Contraditoriamente, pela subordinação da ASSUFEP entidade que fundou e hospedou a fundação da federação tinha a época a ideologia dominante no setor de RHs e a fidelidade a clube recreativo, apesar de ser fundadora da FASUBRA. Criaram a Associação dos Funcionários da UFPB (AFUFPB) em dezembro de 1979, com o objetivo de representação sindical. Para se consolidar, sindicalmente, nos anos 80, liderando a primeira greve de servidores públicos em 1982. Foi uma luta intensa, sem conflito com a ASSUFEP e aos poucos esta entidade se aproximou da Fasubra e a CUT e ativamente

contribuiu com a reconstrução do movimento sindical regionalmente e brasileiro. Participou do Iº Congresso das Classes Trabalhadoras (Conclat) em 1981, da fundação da CUT em 1983, da CGT (1984), da unificação da Corrente Sindical Classista a CUT em 1986 um processo de reaproximação de comunistas e petistas. E em 1985 em Natal RN do terceiro congresso da Fasubra Sindical onde ajudou a tomar a direção e o rumo da direção nacional de que a federação teria caráter sindical e não mais federação de clubes recreativos.

A formação desses novos dirigentes sindicais fora feita pela CUT e pela Corrente Sindical Classista. Majoritariamente, Petistas, sociais democrática, socialistas e comunistas O sindicato ainda desenvolveu uma formação mais específica, coordenada por Ruam Doyling (Argentino) de influência do anarco sindicalismo, um dos principais quadros da corrente de opinião denominada de “TRIBO”, junto com Edvaldo Rosas, Simão de Almeida Neto, Agamenon Travassos Sarinho, José Waltécio Brandão (in memoriam), Francisco Ramalho, Luciana Rangel, Rosa Virginia entre outros componentes da Tribo e da Corrente Sindical Classista, um agrupamento de sindicalista que tinham hegemonia cutista, petista, comunista mais de caráter plural. No entanto, a formação não foi consolidada, se desestruturou sem continuidade.

Nesse contexto de ataques ultraneoliberal, a formação sindical, tem de ser centrada nas ideias dos clássicos; Karl Marx, Lenin, Gramsci e na grande contribuição de Demerval Saviani, Paulo Freire e outros autores contemporâneos que se sustentam em referenciais confiáveis a uma análise da luta de classes comprometidos com a luta pelo socialismo, tendo como base, o estudo da longa experiência da luta de classes no mundo e no Brasil. Neste processo deve ser incrementado as experiências de resistência e de luta pela liberdade, as concepções pedagógicas que vai de Paulo Freire, a teoria histórica crítica de Demerval Saviani.

A Fasubra Sindical, enquanto espaço de aprendizado e escolarização, despertou a trajetória de luta, de centenas de militantes e ativistas sindicais da base dos servidores das universidades federais e estaduais públicas, não apenas para a luta econômicas -salariais. Ampliou-se a visão de mundo, entrou em sena a questão Estado e Universidade Pública, a conjuntura do protagonismo da federação não foi casual e despreziosa. A Fasubra vem discutindo a formação sindical desde os anos 80, formou o GT memória e tem a preocupação com este debate, recentemente em Plenária Nacional em Recife, em setembro de 2017 aprovou a convocação do GT Memória para retomar o debate.

2.2 CONSTRUINDO UMA ESCOLA SINDICAL CLASSISTA

O método que se apresenta como o caminho de construção da escola, tem sua base em experiências concretas já realizadas, na história das lutas sociais no Brasil e no mundo, A experiência realizada pelo SINTESPB neste período de 2016-2017 centra em duas visões ideológicas de dois grandes educadores brasileiros Paulo Freire e Demerval Saviani, que dialogam no campo da política educacional e da filosofia com forte influência no movimento popular e social que pode contribuir e se pretende aproximar em um diálogo sem maiores pretensões, sem ferir pruridos, pois trata-se de agrupar o debate de visão de mundo apoiados em duas concepções científicas tanto no campo do marxismo, como da fenomenologia contemporânea. Unir o útil ao agradável, harmonizando visões distintas, mas não antagônicas, divergências, que metaboliza a busca de novos conhecimentos na luta pela emancipação da sociedade como um todo. Entre estas duas correntes de opinião, com certeza teremos bons frutos que possam orientar a luta social, formando um novo campo de aproximação, necessário ao fortalecimento da luta. E a partir daí construir uma nova proposta de escolarização sindical, mais plural, mais dialógica, mais necessária aos dias atuais.

Primeiro, iniciamos a partir de Paulo Freire, desenvolvendo o seu campo ideológico no campo da educação popular a crítica necessária para fundamentar a opção metodológica, sem rodeio, por outro lado, agrega-se o saber acumulado do campo marxista, sistematizado no pensamento histórico crítico em Demerval Saviani, a fundamentação da luta por um sistema educacional brasileiro, e a defesa da universidade pública, progressista e neste confronto ideológico de duas correntes de pensamento gigantes com a prática sindical na universidade.

Dois tempos, o primeiro será estruturado no espaço-tempo da experiência sindical vivida; o segundo no espaço de construção desta proposta para atender as exigências do mestrado. Tempo de abstração e de formulação, se considerar, a experiência vivida nestas três últimas décadas, da fundação da AFUFPB ao SINTESPB e da FASUBRA, (Anexo 3) dos idos anos de 1979 para os dias atuais. Neste interregno, o mundo deu muitas voltas, saímos de um regime de ditadura militar que tinha um projeto nacional, entramos em uma transição democrática, perpassamos a experiência da redemocratização, do neoliberalismo, da terceira via e agora estamos imersos em uma nova ofensiva de direita, com a possibilidade do desmonte da soberania nacional, do estado industrial, do retorno ao império de mercado, sob domínio da financeirização da economia da implantação de um programa ultra neoliberal, conservador. O tempo desta abstração se dá na passagem do trágico ano de 2016 para 2017, a partir do golpe.

Para tanto, não se pode afastar de uma análise da crise do sistema capitalista e de seus impactos em nosso país. Claro que a política é superior a qualquer crise sistêmica, mesmo apostando que as soluções políticas são pilares da solução de crise de qualquer sistema econômico, mesmo em uma situação de crise prolongada como esta atual, que sistematizaremos mais adiante. Mas o centro desta questão está na política, e é daí que vamos analisar a política brasileira, o que passou neste período, o debate atual e perspectivas. Me referencio, nas concepções de um campo ideológico, marxista que perpassou todo este período, com claras posições para enfrentar os tantos desafios, na luta por um Brasil democrático, soberano e popular. E que se referência na correlação de forças das lutas sociais de uma forma concreta. No atual contexto no processo de acumulação de forças as universidades públicas podem jogar papel mudancista e o movimento sindical de servidores o eu protagonismo. Na luta por um novo programa.

Dentre o programa pátrio, a questão da universidade brasileira, seu papel, sua função, sua importância para o mundo. A luta pela educação pública e gratuita e as respostas dos trabalhadores, e sua efervescência sindical. É neste espaço, tempo de resistência, de fases também propositivas que o movimento sindical gerou suas escolas, e nesta questão, sistematizo experiências, não todas, mas o suficiente, para a formulação necessária para fundamentar o nosso projeto de escola sindical classista Demerval Saviani & Paulo Freire.

2.3 APRENDIZADO E ESCOLARIZAÇÃO NA FORMAÇÃO SINDICAL

Compreende-se a educação como um conjunto agregado de conhecimentos adquiridos que são produzidos e disponibilizados. E na visão de Saviani, Aprendizado, escolarização são componentes deste processo, e nesta soma dicotômica que vou discorrer minha visão de formação sindical, à luz do nosso processo de aprendizado na luta sindical e política vivenciada a partir de 1979, quando ingressamos na luta sindical, ajudando a criar a AFUF-PB Associação de Funcionários da UFPB, em um contexto de grandes lutas sindicais e sociais pela liberdade e pela democracia no Brasil. Esta luta compunha a defesa da Anistia Ampla Geral e Irrestrita, de uma nova Constituinte, Soberana e democrática, de uma nova política econômica e social e a defesa da Universidade Pública, Autônoma e democrática. Em geral, o movimento sindical se reorganizava, e no vácuo da reorganização do sindicalismo docente, os servidores públicos das universidades.

Consideramos aprendizado o conjunto de ações, atividades e participações que no dia a dia, vamos vivenciando na vida sindical e de militância política. O aprendizado vai moldando uma visão de mundo, formando opinião, acumulando saberes que contribuem sobremaneira com a capacitação do indivíduo para sua “práxis” seu ativismo. Entretanto, o conhecimento adquirido é um conhecimento assistemático, disperso, desorganizado que contribui para uma formação deficiente, inapropriada para nortear o saber político na orientação militante. O saber necessário é o saber científico, elaborado, estudado, aquele capaz de abstrair a realidade, de assimilar novo conhecimento, a partir do entendimento da realidade (SAVIANI) o concreto pensado, a partir da realidade concreta se abstrair o concreto pensado. Daí a necessidade de abstrair o senso comum e desenvolver o pensamento filosófico. Temos o aprendizado como uma experiência concreta e o processo de escolarização como uma metodologia de aquisição de conhecimentos necessários, sistematizados e estudados como processo de realização do concreto pensado.

A necessidade da escola sindical, surge com o marxismo no século XIX, Marx, formula as principais concepções na compreensão de que o sindicalismo era uma escola para a emancipação dos trabalhadores (vide participação na primeira Internacional). Percebendo a necessidade da luta contra o capitalismo e a necessidade de abolir este sistema, o idealizador do socialismo científico, via nos sindicatos já o embrião da nova sociedade e a necessidade da luta de classes para superar o capital. Este legado influenciou Lenin, Gramsci e outros marxistas a estruturarem esta corrente de opinião que influenciou o movimento sindical mundial, na construção do debate democrático sobre os caminhos a serem seguidos. Compreendia Marx e todos os seus seguidores que a classe trabalhadora para cumprir sua tarefa de construção da nova sociedade socialista, tinha que sair do senso comum, da situação de classe em si, para a nova situação de classe para si. Consciente capacitada para esta grande tarefa. Era nos sindicatos que Marx depositava a sua visão de escolas de socialismo, mesmo nas condições da época, de sindicalismo emergente, de grande atraso, mas portador de futuro.

A partir dos anos de 1880, a divisão do movimento sindical, foi-se consolidando com a expulsão dos anarquistas da Internacional, daí o surgimento de dois campos influenciado pela liderança marxista de um lado e dos anarquistas de outro, e estas duas correntes de opinião liderando um conjunto de outras forças políticas dividindo o movimento sindical mundial. Os anarquistas por ausência de uma proposta cientificamente estudada, perde espaço para os socialistas e comunistas e outros na transição do século XIX ao século XX. Perdendo completamente a sua hegemonia a partir dos anos vinte do século XX. Restando poucos países, onde ainda mantinham hegemonia a exemplo da Espanha.

Embora a diversidade de correntes de opinião permeie a sociedade como um todo, não podemos confundir a formação sindical com a formação popular, há setores do sindicalismo que adotam alianças e parcerias com os movimentos sociais, a educação popular comporta outras categorias, que priorizam determinado conhecimento, específicos em geral, não tão abrangentes como o do conflito entre capital e trabalho.

A centralidade da formação sindical, surge do conflito entre capital e trabalho, é compreendendo a natureza deste conflito que a classe trabalhadora, terá capacidade de emancipação, tornando-se classe para si. A formação sindical, adquire esta totalidade, própria do marxismo. Seu método, portanto, é materialista e dialético, sua concepção é historicista, fundado nas “práxis”, ou seja, no materialismo histórico. A capacidade de sua visão de mundo se dá na interpretação correta da realidade, e sua ação concreta se desenvolve a partir do concreto pensado, ou seja, da antítese. Superando a visão do senso comum para uma visão filosófica mais avançada.

No contexto atual, na educação, tem as características dos fundamentos da Terceira Via, que defende o mercado como alternativa de serviços prestados por meio de Organizações Sociais públicas, mas de direito privado. São reformas que enfraquecem o modelo democrático, que impõe alienação “Escola sem partido”, mais restrição na participação, e estímulo a privatização. A pretexto de antecipar a formação profissional no ensino fundamental e médio público, torna optativa um conjunto de saberes necessários ao processo civilizatório humanizado. Discriminatórios socialmente, desumanizados em relação a diversidade multicultural brasileira. Boaventura registrando as consequências da ascensão da direita na Europa: afirma que” a agressividade da direita (tanto nacional quanto a que veste a pele das “instituições europeias” no poder nos últimos cinco anos foi tão devastadora para os direitos de cidadania e para a credibilidade do regime democrático que as forças de esquerda começam a se convencer de que as novas ditaduras o século XXI vão surgir sob a forma de democracias de baixíssima intensidade (ditamoles ou democraduras) (BOAVENTURA, p. 41).

A terceira via coerente aqui no Brasil, temos o Bresser Pereira, que apoiou o governo Dilma divergindo do PSDB, FHC e cia. Elogiando as medidas conservadoras no início de seu governo que foi motivo de maiores desgastes e de perda de apoio dos trabalhadores. Recompor a oposição ao projeto golpista passa hoje por uma nova tática de acumulação de forças que deve crescer em oposição firme ao golpe. Se houver diluição em função da unidade golpista comprometida por interesses diversos inconfessáveis, pois é um antro de golpistas corruptos sem exceção. Seria o adiamento de mudanças sustentáveis e que merecesse o mínimo de credibilidade.

Sob os escombros, cremos que o legado do governo democrático e popular é inesquecível, o governo Lula e Dilma não têm paralelos na História, mais de 40 milhões de pessoas ascenderam à classe média e, pelas recentes pesquisas de opinião que indicam a liderança de Lula para as eleições de 2018, já sinalizaram que democracia é melhor do que autoritarismo, que distribuição de renda com crescimento econômico é melhor do que recessão, que mais direitos sociais é melhor do que retrocesso, e que soberania nacional e o caminho para o fortalecimento da pátria. Este negócio de ser mais competente do que a direita para gerir a globalização é conversa para boi dormir.

Resta melhorar a organização social, partidária e as demais instituições sociais e sindicais, para fortalecer a representação política e tirar da direita e da classe média conservadora o mando de campo. (Hegemonia). A nova esquerda tem sua hegemonia no mundo contestada e agora vai enfrentar a direita fascista de Trump e Cia. Cabe uma leitura mais real desta quadra internacional, os desafios do impacto com o fim da uni polaridade, estamos em um mundo multipolar sem perspectiva de retrocesso no campo de uma nova globalização possível, para sedimentar as bases sustentáveis de uma nova política, internacional que favoreça, fortaleça e gere um novo programa para o Brasil, com as características de um governo democrático e popular referenciado na trajetória recente liderada por Lula e Dilma.

Quanto à frente de esquerda, terceira via, esquerda volver. É preciso evitar uma experiência de novo fascismo e não é preciso esperar para ver. Obama já orientou seu eleitorado “vamos a rua conversar com o povo”.

Neste contexto, é que apresentamos no campo da formação sindical, um plano de escolarização que valorize a prática sindical, progressista, o aprendizado valioso, já distinguido pelo marxismo como escolas de socialismo, onde a classe trabalhadora e a ampla maioria da sociedade, encontra as melhores ideias para o desenvolvimento de toda a sociedade.

Nas sociedades em processos democráticos evoluídos o debate na construção do “currículo escolar” ganha significado por meio de um debate permanente, dialético sobre conteúdo e forma. “Processo democrático, em que os educadores, organizados em suas entidades científicas e sindicais, tomem para si a tarefa de elaborar as referências curriculares básicas, uma base comum nacional para o currículo de ensino fundamental, pensando em unidade com educação infantil, ensino médio e o superior” (SAVIANI, Prefácio art. 1999, 1004, p. 28).

Na base sindical da FASUBRA, as crises internas se resolvem no debate político e organizativo em um processo que a depender pode terminar em congresso, cultura que já avança a mais de 38 anos e que neste ano teremos mais uma edição desta fase rica, que será o congresso

da Federação (XXIII CONFASUBRA). Momento ímpar de metabolismo que se “pactua” as diversas posições da categoria para o próximo período.

Obviamente, momento que nos oferece as bases curriculares para um programa de formação deste movimento sindical que se situa na fronteira dos embates contra o projeto neoliberal, não poderia buscar outra referência, não a experiência da luta sindical dos educadores brasileiros. Buscar no resgate das suas lideranças o papel de referências sindicais formadoras. A principal tarefa de traduzir os conhecimentos adquiridos e o legado histórico em matéria do curriculum escolar. Os ensinamentos dos educadores brasileiros, referenciam a modelagem deste processo.

O debate de conteúdo é fundamental, nele se encontra o referencial teórico, de todas as correntes de opinião que dinamizam a disputa política da categoria. No ambiente universitário se encontra o apoio necessário a busca de outros conhecimentos que podem ser pinçados mediante os interesses. Entretanto o debate de conteúdo vai discernir a relação entre o sindicato e a sociedade, entre sindicato e governo, entre sindicato e instituição universitária, e outros aspectos implicados na dialética do processo pedagógico. Há que se superar as visões dicotômicas entre conteúdo e método.

O método é o caminho deste processo complexo, entretanto, no rigor de seu planejamento e aplicação as questões técnicas e políticas se confrontam em uma relação dialética, que se mal compreendida, explode a função educativa.

Um dos elementos clássicos desta visão é a que “estas atividades não têm nada a ver com política é meramente técnica.” quando estão intimamente contrárias formando um par dialético de unidade dos contrários. Por outro lado, há autores que valorizam mais os aspectos técnicos desvalorizando as questões de conteúdo. “Vários são os estudos que explicita ou implicitamente, analisam o papel do conteúdo do ensino: ora valorizando como fim em si mesmo, acima do método, ora subordinando a relação professor – aluno, às técnicas, aos procedimentos, em alguns casos desacreditando ou aceito tão somente quando a serviço da conscientização em outros fatores de instrumentalização para fins de participação social” (SAVIANI, 1994, p. 5).

“Distinguem-se: os que tomam o conteúdo como fim em si mesmo; os que o tornam como pretexto (para a sociabilidade, para a integração do meio, para a conscientização); e os que o tomam como instrumento de participação social”

Outro elemento fundante neste debate pedagógico é a questão da dicotomização (técnico e político) da função educativa. “Embora a tônica dos discursos esteja na preocupação com a qualidade do ensino (com o intuito de garantir” que o aluno realmente aprenda”). O conteúdo

é, em geral, subordinado ao método e esse restrito a técnicas procedimentais, recursos. Concluir pela necessidade do método e esse restrito a técnicas procedimentais, recursos. Concluir pela necessidade de superar essa dicotomização meios versus fins (técnico versus político) que implica a superação da dissociação conteúdo versus método (SAVIANI, 1994, p. 05).

Mas, afinal, o que devemos conceber por conteúdo e método de ensino? Como estes elementos se relacionam (ou devem relacionar-se)? Em que consiste e o que se deve ser seu tratamento dicotomizados. O que deve ser considerado, a autora Nereide Saviani eleva esta questão para o campo da perspectiva, de tratá-los em unidade.

Nesta perspectiva, os conteúdos da base da federação, ficam restritos aos temas – itens do programa de disciplinas ou áreas de estudos e o método restrito a técnicas, procedimentos e recursos.

Para tanto, uma escola não deve ter apenas uma configuração de escola, ela deve ser uma escola de sindicalismo, tem que dispor os elementos de conteúdo e de método, com todas as suas dimensões qualificadas e reconhecidas por meio do processo dialético que um sindicalismo avançado pode dispor. Formando em suas estruturas a logística fundamental para sua execução. Cumprir a tarefa de formar dirigentes em um ambiente escolar, com todas as competências aprovadas em seus órgãos dirigentes. Desta resultante dirigente sindicais mais qualificados para o exercício de uma tarefa de grande relevância para a construção de uma sociedade, pós capitalistas, nesta perspectiva sugerimos o debate político de duas referências críticas do capitalismo como debate para o processo pedagógico que contribuirá para a formulação deste modelo de escolarização. Temos em Paulo Freire uma experiência sistematizada de grandes ensinamentos na educação popular e em Demerval Saviani toda uma construção política histórico crítica, baseada no materialismo histórico-dialético, nas referências de Marx, Engels, Gramsci, e marxistas contemporâneos.

Em Paulo Freire, relemos “A sombra desta mangueira”, o pensamento contextualizado em seus últimos anos de vida, que traduz a visão política mais geral da sua vivência de educador-gestor, posicionado politicamente no campo de esquerda.

Segue um resumo de sua contribuição a educação e a política no Brasil.

A vida de Paulo Freire começa em 1921, em Recife/PE, no contexto de pós -primeira guerra, (1914) da Revolução Russa de 1917, de um Brasil sobre governo da oligarquia do café com leite. Viveu a segunda guerra já adentrando a fase adulta 1940-1945, e já como educador nos finais dos anos de 1950 e começo dos anos de 1960, revolução cubana e movimentos de cultura popular no Brasil, o golpe militar de 1964. Exílio de 15 anos – A partir do Chile da Aliança Popular e, depois de um outro golpe militar de um segundo exílio na sua vida, a breve

estadia na Bolívia e nos Estados Unidos. A convite do Conselho Mundial de Igrejas e a longa vivência na Europa. Uma vivência de cidadão do mundo em seu trabalho de educador. Se envolveu com países pobres da África, em luta contra o colonialismo, o retorno ao Brasil, a experiência de Secretário de educação de São Paulo, vínculo com o Partido dos Trabalhadores e com o MST. Nos deixou em 1997.

“O método Paulo Freire” foi pensado e desenvolvido no Nordeste do Brasil – Um método dirigido a pessoas adultas analfabetas cuja vocação era a de ensinar a “ler palavras” aprendendo a ler de uma maneira crítica, criativa e autônoma o próprio mundo social que as gerou, e as fez serem como são e a dizerem, ou mentirem, o que, o que dizem ou mentem (BRANDÃO, p. 13).

Dois anos antes de sua partida nos deixa um legado na obra “A sombra desta mangueira”, onde, percorre a sua trajetória de vida refletindo tempo-espço, a influência cultural de suas raízes e experiências em uma elaboração educadora e de militância política, refletindo os desafios para um novo porvir, com um novo protagonismo desejado por ele para as forças do seu campo ideológico (esquerda) enfrentarem o campo opositor da direita, do neoliberalismo, que impunha um modelo de atraso e sofrimento para todo o mundo e em particular para o Brasil.

Seu legado pedagógico, surge nos idos anos de 40 a 60 do século passado, contextualizando uma sociedade em fase de profundas transformações, com um processo de industrialização, assim percebida em “descompasso” com o desenvolvimento da educação. “Desenvolveu a teoria do “Transito” – analisando premissas de uma sociedade fechada de “inexperiência democrática”, mostrando a partir de elementos histórico-antropológico, as raízes de nossa experiência democrática. (SAVIANI, p. 324).

Faz-se a crítica da educação dominante, marcada pelo “gesto da palavra oca” perdida num “estéril bacharelismo” (FREIRE, 1974, p. 93). “Assistencializadora” que não comunica, mas faz comunicados. Para evitar o risco da massificação, postula a necessidade de uma educação voltada para passagem da transitividade ingênua à transitividade crítica: “uma educação para a decisão, para a responsabilidade social e política” (idem p. 88), “que possibilitasse ao homem a discussão corajosa de sua problemática” e o interesse nessa problemática (idem, p. 89) (SAVIANI, p. 324).

Consolida sua matriz pedagógica em “Educação e conscientização” evidenciando suas fases e a execução prática. “Método ativo, dialogal, crítico e criticizador” que propiciasse a “modificação do conteúdo programático da educação “com base” no uso de técnicas como a da redução e da codificação (Idem, p. 107).

Seu ponto de partida é o entendimento do homem como ser de relações que se afirma como sujeito de sua existência com os outros homens, o que o define como um ser dialogal e crítico. Mas est “vocação ontológica de ser sujeito” esbarra numa realidade social que a contradiz, já que ás forças dominantes interessa manter a maioria dos homens em situação de alienação e dominação (SAVIANI, p. 333).

“À sombra desta Mangueira traz, talvez mais do que outras obras de Paulo Freire, uma visão explícita do mundo, da política, dos valores. A obra “tateia”, no melhor dos sentidos, construindo pontes e caminhos entre cheiros e sabores da infância, a educação formadora e transformadora, as dinâmicas tecnológicas do mundo moderno, as injustiças e absurdos econômicos, a busca das alternativas políticas, e os compromissos pessoais que estas alternativas implicam, voltando à mangueira como âncora da identidade que se reencontra e se recria” (DOWBOR, p. 12).

O contexto presente na sombra desta Mangueira “ O resultado dessa sociedade que se transforma seguindo ritmos diferentes é que o ser humano maneja hoje tecnologias incomparavelmente mais avançadas do que sua maturidade política, isto pode ser constatado através da destruição da vida nos rios e nos mares, da erosão da camada de ozônio, do aquecimento global, das chuvas ácidas, da erosão do solo, da expansão do consumo de drogas, de sistemas sofisticados de destruição à disposição de qualquer candidato a terrorista. A humanidade não poderá sobreviver sem formas mais avançadas de organização social, capazes de ultrapassar esse caos articulado de interesses corporativo. Que nos acostumamos a chamar de neoliberalismo, e que maneja técnicas de impacto universal e irreversível (DOWBOR, p. 9).

Solidão – comunhão

Em Solidão – comunhão, enfatiza a necessidade de estar com. viver em comunhão e reflexão coletiva, de forma crítica, recusando a convivência com “gente que quanto mais tem, mais quer, não importam os meios de que se serve” (FREIRE, p. 18). Recusa a certo tipo de crítica cientificista que insinua falta de rigor no modo como discuto os problemas e na linguagem demasiado afetiva que uso. (p. 18). Discerne a contradição entre educação da resposta de educação da pergunta “a educação da resposta não ajuda em nada a curiosidade indispensável ao processo cognitivo. Ao contrário, ela enfatiza a memorização mecânica de conteúdo, só uma educação da pergunta aguça, estimula e reforma a curiosidade” (FREIRE p. 19). Neste aspecto, a solidão inimiga da comunhão necessária no movimento sindical que se alimenta da comunicação e da interação de objetivos.

Neste momento, Freire, centraliza na ética sua visão de mundo, analisando a categoria contradição, demarcando campo comportamental quando escolhe com quem se relaciona e opta pelo conviver. Obviamente este é o campo da sua ação política educativa e partidária. Comprometida com determinados segmentos sociais.

Sua formação política começa em Pernambuco, e em intenso debate político e ideológico, ainda no governo de Miguel Arraes, e na militância do movimento social e popular, onde jogou papel chave na construção da educação com um novo método de educação de adultos por meio da alfabetização de adultos e de conscientização política.

Freire vai buscar em Hegel e na Fenomenologia, a fundamentação política e ideológica de sua ação político-educativa. Associando no legado de sua trajetória de vida o pensamento adquirido no movimento popular pernambucano e nas demais experiências, desde o exílio e as experiências junto ao concílio católico.

A história é tão vir-a-ser e quanto nós, seres limitados e condicionados, e quando o conhecimento que produzimos. Nada por nós engendrado, vivido, pensado e explicitado se dá fora do tempo, da história, ter certeza, estar em dúvida, são formas históricas de estar sendo (FREIRE, p. 19).

É necessário estar sempre à espera de que um novo conhecimento surja, superando outro que, já tendo sido novo, envelheceu (FREIRE, p. 19). Aqui, a atenção ao conjunto de fatos objetivos que ocorrem e marcam a existência do sindicalista, deve não apenas ser observado, mas estudado absorvido, concretamente pensado.

Já aqui desenvolve os fundamentos filosóficos dialéticos fenomenológicos sobre as formas da consciência do objeto, da crítica cientificista. “As formas ou modos da consciência discutidos por Hegel são consciência (do objeto), autoconsciência e razão. Onde “conhecer” deveria ser concebido com “apreensão da realidade”. “No caso, se encontram juntas a um determinado tempo em um local no espaço, pois o objeto é a unidade dessas determinações” (ROD, p. 362). O referencial do sujeito é ele mesmo, ou seja, ele se torna autoconsciente.

No tocante ao conceito de vir a ser. “Ser” é o conceito mais geral, na ciência da lógica hegeliana, ou seja, o conceito de maior abrangência que por causa da reciprocidade entre abrangência e conteúdo do conceito é aquele de conteúdo mais pobre. Por não conter marcas diferenciadoras ele não é conceito de nada. Por isso não é válido somente dizer: o ser é ser, mas também: o ser é nada (o não ser). Essa é uma contradição, e uma contradição pode ser suspensa. No caso em que se apresenta a suspensão, esta acontece quando da transição para o conceito de vir-a-ser no qual “ser” e “não-ser” são suspensos:

O que se diz aqui pode ser esclarecido da seguinte maneira: assumamos que uma característica de uma coisa (como, por exemplo, a cor de um pedaço de cartolina) – que poderia se chamar A – se altera continuamente ao longo de um intervalo de tempo. Então, a coisa que é A no início do intervalo já é B no seu fim (e, portanto, não A). Imagine-se um intervalo de tempo e a coisa já não terá seu começo a característica A' de maneira semelhante, no final do intervalo, não haverá mais B, mas sim B' (ou não A'). Imagine-se agora que o intervalo de tempo em questão é pequeno e atravessará um ponto em que a característica A*, que possui neste momento, coincidirá com não-A*. A coisa compreendida em ininterruptas transformações terá e não terá a cada instante uma característica, ela será e não será algo: ser e não ser coincidem e são suspensos no conceito do vir-a-ser. (ROD, p. 369).

Para Hegel a (verdadeira filosofia) o filósofo individual não pensa, é o absoluto quem pensa no filósofo. Portanto, a (verdadeira) filosofia é a revelação do absoluto, manifestação da ideia absoluta na consciência finita. É difícil conceber uma justificativa mais radical para a pretensão à verdade de uma filosofia; a concepção de Hegel atinge uma apoteose de seu pensamento na verdadeira filosofia não pensa o filósofo, pensa Deus (ROD, p. 370).

Numerosos argumentos foram empregados contra a dialética hegeliana e contra os representantes do materialismo dialético ligados a Hegel. Um desses argumentos concerne o ponto de vista segundo o qual contrastariam o vir-a-ser e a realidade em transformação, por coincidirem ser e não-ser ao vir-a-ser. Aqui se deve perguntar pela maneira como deve ser compreendida a discussão sobre os momentos, nos quais devem aparecer juntos ser e não-ser de uma característica. Se “momento” significa um pequeno recorte de tempo, as características, que se transformam ininterruptamente, encontram-se separadas pelo tempo entre o começo e seu fim, mesmo que a diferença seja tão pequena; pense-se com isso, contudo, em um ponto no tempo, que não pode ser estendido temporalmente, trata-se então de um limite imaginado entre recortes de tempo e não mais de um pequeno recorte de tempo que se esvai, de maneira que o argumento apresentado a favor da consciência do ser e não ser não pode mais ser utilizado. Essa crítica alcança também a suposição de que a própria realidade social seria contraditória, a partir da qual Marx e seus seguidores acreditavam em poder concluir que a ordem social estabelecida (a ordem burguesa) deveria ruir ante suas contradições. Outro argumento a se considerar seriamente diz que de contradições só se pode falar em relação a proposições e não a coisas e características. Há na realidade tendências contrárias, tensões, conflitos, etc.; chamá-los de contradições, no entanto é abuso de linguagem (ROD, p. 371).

Harvey (2014, p. 15), trabalhando a categoria do conceito de contradição, resgata Marx “É nas crises do mercado mundial que se revelam notavelmente as contradições e os antagonismos da produção burguesa. Em vez de investigar a natureza dos elementos

conflituosos que entram em erupção na catástrofe, os apologistas se contentam em negar a catástrofe e insistir, em face de sua recorrência regular e periódica, que se a produção fosse realizada de acordo com os manuais, crises jamais aconteceriam. (KARL MARX, *Theories of Surplus Value*, Part 2, p. 500).

Contradições não são todas ruins e não é intenção de Harvey intuir ou insinuar conotações automaticamente negativas. “Elas podem ser uma fonte fecunda de mudanças pessoais e sociais, da qual saímos muito melhores. Nem sempre sucumbimos a eles e nos perdemos nelas. Podemos usá-las de forma criativa. Inovar é uma das maneiras de sair de uma contradição. Podemos adaptar nossas ideias e práticas às novas circunstâncias e aprender, com a experiência, a ser pessoas melhores e mis tolerantes” (HARVEY, 2014, p. 17).

Nesta análise sobre “contradições” me apoio a genialidade de Gramsci, para esclarecimentos necessários a distinção de posicionamentos ontológicos.

A questão é sempre a mesma: o que é o homem? O que é a natureza humana? Se se define o homem como indivíduo, psicológica e especulativamente, estes problemas do progresso e do devir são insolúveis ou puramente verbais. Se se concebe o homem como o conjunto das relações sociais, entretanto, revela-se que toda comparação no tempo entre homens é impossível, já que se trata de coisas diversas, se não mesmo heterogêneas. Por outro lado, dado que o homem é também o conjunto das suas condições de vida, pode-se medir quantitativamente a diferença entre o passado e o presente, já que é possível a medida em que o homem domina a natureza e o acaso. A possibilidade não é a realidade, mas é, também ela, uma realidade: que o homem possa ou não possa fazer determinada coisa tem importância na avaliação daquilo que realmente se faz. Possibilidade quer dizer “liberdade”. A medida das liberdades entra no conceito de homem. Que existam as possibilidades objetivas de não se morrer de fome e que, mesmo assim, se morre de fome, é algo que, ao que parece, tem sua importância. Mas a existência das condições objetivas – ou possibilidade ou liberdade – ainda não é suficiente: é necessário “conhecê-las” e saber utilizá-las. Querer utilizá-las. O homem neste sentido é vontade concreta, isto é aplicação efetiva do querer abstrato ou do impulso vital aos meios concretos que realizam esta vontade. Cria-se a própria personalidade: 1) dando uma direção determinada e concreta (“racional”) ao próprio impulso vital ou vontade; 2) identificando os meios que tornam esta vontade concreta e determinada e não arbitrária; 3) contribuindo para modificar o conjunto das condições concretas que realizam esta vontade, na medida de suas próprias forças e da maneira mais frutífera (GRAMSCI, p. 158).

Suporte e mundo

- Não podemos sobreviver a morte da história que, por nós feita, nos faz e refaz. O que ocorre é a superação de uma fase por outra, o que não elimina a continuidade da história interior da mudança (FREIRE, p. 20).

- Um mundo plano, horizontal, sem tempo. Algo assim é até compatível com a vida animal, mas incompatível com a existência humana. Nesse sentido, o animal se adapta a seu suporte, enquanto o ser humano, integrando-se a seu contexto, por nele intervir, o transforma em mundo. Por isso podemos contar a história do que ocorre no suporte, falamos das várias formas de vida que nele se realizam, ao passo que a história que se processa no mundo é aquela feita pelos seres humanos (FREIRE, p. 20).

Saviani, trabalha esta questão com uma visão materialista dialética; a visão Histórico crítica de que no mundo dos animais sua subsistência já é dada, o homem se diferencia porque precisa modificar a natureza cotidianamente e ininterruptamente para sobreviver, e por meio do trabalho desenvolve a sociedade humana, portanto a sociedade humana é produzida pelo ser humano e nela que se desenvolve (citar SAVIANI).

Se a comunicação e a intercomunicação são processos que se verificam na vida sobre o suporte, na experiência existencial, elas ganham uma cotação especial. Aqui, a comunicação é a intercomunicação envolvem a compreensão do mundo (FREIRE, p. 20),

Esta ideia, propriamente não reflete uma visão materialista da história, e nem dialética. O desenvolvimento humano vem do trabalho no metabolismo social em luta com a natureza pela sua subsistência e não apenas da comunicação, claro que a comunicação contribui sobremaneira para a tessitura da sociedade humana.

- Estar no mundo implica necessariamente estar com o mundo e com os outros. (FREIRE, p. 20) este compromisso ético, de percepção do compromisso com toda humanidade, não discerne as contradições da sociedade capitalista, entretanto subjaz a categoria “trabalho”, sem as categorias fundantes da alienação e da luta de classes. Freire conceitua:

- Neste sentido a passagem de suporte à mundo implica a intensão de técnicas e instrumentos que tornam mais fácil a intervenção no mundo. Uma vez inventadas e aplicadas, homens e mulheres não param de reinventá-las e de criar novas técnicas com as quais aperfeiçoam sua presença no mundo... A rigorosidade do método científico provoca uma maior exatidão das descobertas (FREIRE, p. 20).

- O período de tempo entre mudanças significativas diminui cada vez mais, em certas áreas da ciência e tecnologia atual alguns meses são suficientes para envelhecer um procedimento. Às vezes, razões puramente econômicas retardam este “envelhecimento”. Os recursos gastos na criação de algum procedimento ou instrumento tecnológico ainda não foram recuperando e ele já está obsoleto, embora se mantenha eficaz (FREIRE, p. 21).

- Refletir, avaliar, programar, investigar, transformar são especificidades dos seres humanos no e com o mundo. A vida torna-se existência e o suporte mundo, quando a

consciência do mundo, que implica a consciência de mim, ao emergir já se acha em relação dialética com o mundo. A questão da tensão consciência/mundo, que envolve suas relações mutuas levou Sartre a dizer que “consciência e mundo se dão ao mesmo tempo”. As relações entre ambos são naturalmente dialéticas não importa a escola filosófica de quem estuda. Se mecanicistas ou idealistas não podem alterar a dialética consciência/mundo e subjetividade/objetividade, isso não significa que nossa prática idealista ou mecanicista esteja eximida de seu erro fundamental. Abraçaram rotundo fracasso os planos de ação que se fundam na concepção da consciência como fazedora arbitrária do mundo e defendem que mudar o mundo demanda antes “purificar” a consciência moral. Da mesma forma, projetos baseados na visão mecanicista, segundo a qual a consciência é puro reflexo da materialidade objetiva não escapam à punição da história (FREIRE, p. 21).

- Não sou um ser no suporte mas um ser no mundo, com o mundo e com os outros; um ser que faz coisas, sabe e ignora, fala, teme e se aventura, sonha e ama, tem raiva e se encanta. Um ser que se recusa a aceitar a condição de mero objeto; que não baixar a cabeça diante do indiscutível poder acumulado pela tecnologia porque, sabendo -se produção humana, não aceita que ela seja, em si, má. Sou um ser que rejeita pensa-la como se fosse obra do demônio para botar a perder a obra de Deus (FREIRE, p. 22).

- O Estado não pode ser tão liberal quanto os neoliberais gostariam que ele fosse. Cabe os partidos progressistas lutam a favor do desenvolvimento econômico, da limitação do tamanho do Estado. Este nem pode ser um senhor todo-poderoso, nem um lacaios cumpridor das ordens dos que vivem bem. Os projetos de desenvolvimento econômico não podem excluir mulheres e homens da história em nome de nenhum fatalismo (FREIRE, p. 22).

O poder dos poderosos sempre procurou esmagar os sem poder mas, ao lado do poder material houve sempre uma outra força. A ideologia material também, reforçando aquele poder. O avanço tecnológico propicia com enorme eficácia o suporte ideológico ao poder material (FREIRE, p. 23).

Uma das tarefas mais importantes para os intelectuais progressistas é desmitologizar discursos pós-modernos sobre a irresponsabilidade desta situação. Recursos veementemente tal imobilização da história, o fatalismo (FREIRE, p. 23).

Se o poder econômico e político dos poderosos desaloja os fracos dos mínimos espaços de sobrevivência, não é porque assim devia ser; é preciso que a fraqueza dos fracos se torne uma força capaz de inaugurar a justiça. Para isso, é necessária uma pesquisa definitiva do fatalismo. Somos seres da transformação e não da adaptação. Não podemos renunciar a luta pelo exercício de uma capacidade e de novo direito de decidir e de romper, sem o que não

reinventaremos o mundo. Neste sentido insisto em que a história é possibilidade e não determinismo. Somos seres condicionados, mas não determinados. É impossível entender a história como tempo de possibilidade se não reconhecermos o ser humano como sem da decisão, da ruptura. Sem esse exercício não há como falamos em ética (FREIRE, p. 23).

O quintal de minha infância vem como que se desdobrando em tantos outros espaços, não necessariamente outros quintais. Sítios em que este homem de hoje, vendo em si aquele menino de ontem, aprende por ver melhor o antes visto. Rever o antes visto quase sempre implica vem ângulos não percebidos, a leitura posterior do mundo pode constituir-se de forma mais crítica, menos ingênua, mais rigorosa. (Genebra). (FREIRE, p. 24).

Quando digo “sou brasileiro”, sinto que sou algo mais do que quando digo “sou recifense”. Mas sei também que não poderia me sentir tão internamente brasileiro se não tivesse o Recife, meu marco original, em que se gera minha brasilidade... O professor que na universidade discute a educação e a pós-modernidade. É o mesmo que convive com a dura realidade de dezenas de milhões de homens e de mulheres que morrem de fome (FREIRE, p. 26).

Estando a favor de algo e de alguém, me acho necessariamente contra alguém, “com quem estou? Contra que e quem estou?...”

Servir a ordem dominante é o que fazem hoje intelectuais, ontem progressistas, que negando à prática educativa qualquer intenção desveladora, reduzem-na a pura transferência de conteúdos “suficientes” para a vida feliz das gentes. Consideram feliz a vida que se vive na adaptação ao mundo sem raivas, sem protestos, sem sonhos de transformação. O irônico nessa adesão, às vezes, entusiástica de antigos militantes progressistas, ao pragmatismo, está em que, acolhendo o que lhes parece novo, reencarnaram fórmulas velhas, necessários para preservar fórmulas velhas, necessárias para preservar poder das classes dominantes (FREIRE, p. 27).

E o fazem, com ares de quem se acha atualizado, de quem, supera “velharias ideológicas”, falam da imperiosidade necessária de programas pedagógicos profissionalizantes, mas desde que esvaziados de qualquer tentativa de compreensão crítica da sociedade. Esse discurso é feito em nome de posição progressistas. Contudo, ele é tão conservador quando é falsamente progressista a prática educativa que nega o preparo técnico ao educando e trabalha apenas a politicidade da educação. O domínio técnico é tão importante para o profissional quanto a compreensão política o é para o cidadão. Não é possível separá-los (FREIRE, p. 27).

Esperança

- “Eu sou camponês, doutor, não tenho amanhã diferente de hoje. Que também não é diferente de ontem. (Zona da Mata de Pernambuco) (FREIRE, p. 28).

- Se tiver passado pelas ligas – superação do fatalismo descobrirá que tem futuro.

- Percebemos, assim, a problematização do futuro e não sua inexorabilidade.

- Camponês tão fatalista quanto intelectual mecanicista, ante dialético, para quem o futuro inexorável. Ou tão fatalista quanto o intelectual da pós-modernidade que descrevendo os obstáculos que o novo tempo coloca à libertação, proclama-os, insuperáveis.

- Para esses intelectuais fatalistas já não há inéditos viáveis (PF, *Pedagogia da Esperança*, Paz e Terra, RJ. 1922).

- Critica os pragmáticos e os neoliberais.

Um educador alemão, amigo de PF, disse-lhe na Baviera:

“Paulo freire já não tem sentido. A educação de que se precisa hoje não tem nada que ver com sonho, utopias, conscientização e sim com a formação técnica, científica, profissional do educando. “(Despolitização da educação). “leitura da palavra – leitura do texto – leitura do contexto – leitura do mundo (FREIRE, p. 29).

Esperança que tem sua matriz na natureza do ser humano. Sendo inconcluso e consciente de sua inclusão ou, como diz François Jacob, “programado para aprender”, ele não poderia ser sem mover-se na esperança (FREIRE, p. 30).

- A esperança é exigência ontológica dos seres humanos, mas à medida que mulheres e homens se tornaram seres de relações com o mundo e com os outros, sua natureza histórica se acha condicionada à possibilidade de concretizar-se, ou não (FREIRE, p. 30).

- A esperança na liberdade não significa já, a libertação é preciso lutar por ela. Dentro de condições historicamente favoráveis. Se elas não existem, temos de pelejar esperançadamente para criá-las. A libertação é possibilidade, não sina, nem destino, nem fado. Nesse contexto, se percebe a importância da educação da decisão, da ruptura, da opção, da ética, afinal.

- A perspectiva neoliberal reforça a pseudoneutralidade da prática educativa, reduzindo-a a transferência de conteúdos aos educandos, a quem não se exige que os aprendam para que o aprendam. Essa “neutralidade fundamenta a redução da formação do torneiro em simples treino de técnicas e procedimentos no domínio do torno. Toda prática educativa que vá além disso, que evita a dicotomia leitura do mundo / leitura da palavra, leitura do texto/ leitura do contexto (FREIRE, p. 32).

- Perde o aval da pedagogia e se transformar em mera ideologia, mais ainda: em palavra inadequada ao momento atual, sem classes sociais, sem conflitos, sem sonhos, sem utopia.

- Curiosidade epistemológica dos educandos.

- Por isso, ao aceitar mais educação para a classe trabalhadora, a classe dominante esbarra em seu limite. Por mais progressista e democrático... a história ainda não registrou nenhum suicídio de classe.

Discurso neoliberal – morte da história, das ideologias, das utopias e do desaparecimento das classes sociais, (fatalismo a posteriori) (domesticação do futuro).

- Os mecanicistas de origem marxista desproblematizaram o Futuro e o reduziram a um tempo perfeito, pré-sabido; os que agora defendem o fim da história, saúdam o “novo tempo”, o da vitória definitiva do capitalismo como futuro que tardou, mas chegou.

Eles passam uma esponja em sessenta anos de que –fazer humano considerando-os um erro da história, que finalmente se corrige. Esses discursos afirmam que, tendo alcançado os níveis que alcançou, ao criar as classes sociais na sociedade moderna o sistema capitalista tivesse incumbência maior do que a atribuída por mais a classe trabalhadora – a de ser coveira da classe dominante. Ao constituir-se, o sistema capitalista estava fadado a acabar com a própria história.

Bruxelas

Falamos do dogmatismo do socialismo autoritário, de sua rigidez, da desproblematização do futuro, portanto de sua domesticação, o futuro como tempo já sabido, como dado e não como dando-se.

- Nenhum dos relatos de quem vem se descartando do mundo capitalista revelou saudade da experiência autoritária, burocrática, asfixiante do “socialismo realista” e, porque não acredito que o autoritarismo stalinista faça parte da natureza do socialismo, não tenho razão para admitir que um socialismo realmente democrático seja impossível (FREIRE, p. 35).

Recuso-me a aceitar que a presença do autoritarismo no socialismo se deva a uma incompatibilidade ontológica entre ser humano e a essência do socialismo. É como se disséssemos: “A natureza humana É de tal maneira refratária as virtudes fundamentais do socialismo que sob coação é possível fazê-lo funcionar”. O que a ontologia humana recusa, pelo contrário. É o autoritarismo, não importa qual atributo receba (FREIRE, p. 35).

- Conflitos de interesses entre dominados e dominantes. A partir da realidade concreta com que as novas gerações se defrontam e que se torna possível articular sonhos de recriação da sociedade.

- Fracasso da luta de classes
- A superação desses horrores implica decisão política, mobilização popular, organização, intervenção política e liderança lúcida, democracia, esperançosa coerente, tolerante.
- A tolerância é a maneira abeta, pós-modernamente progressista que, enquanto convivo com o diferente, me faz aprender com ele a lutar melhor contra o antagonico. Desprotegida da coerência, porém, a tolerância corre o risco de perder-se. A coerência entre o que dizemos e o que fazemos estabelecer limites. À tolerância e impede que ela descambe em convivência. Por exemplo, convivendo com neoliberais, posso discutir nossas posições. Mas não posso firmar acordos de que decorram concessões que deterioremeu sonho estratégico. Nesse caso, não seria tolerância e sim conivente com a poluição de meu sonho.

Limite da direita

Não aceitar “que seu voto seja transformado em favor, um elemento de troca” (FREIRE, p. 37).

- A unidade na diversidade se impõe as esquerdas (plural) para vencer a direita (singular) e, assim, democratizar a nossa sociedade. Centro –sempre a direita (FREIRE, p. 37).

Pragmáticos e centristas – esquerda – desmoroamento do mundo socialista.

- Os partidos de esquerda, convertendo-se à democracia e deixando de ser partido de quadros, têm de tornar-se verdadeiros organismos pedagógicos, partidos à altura do seu tempo, capazes de inventar canais de comunicação com os explorados e com quem a eles adere (FREIRE, p. 38).

- O estilo democrático de fazer política, sobretudo em sociedades de fortes tradições autoritárias, demanda assumir concretamente o gosto pela liberdade, pelo compromisso com respeito ao direito dos outros, pela tolerância como regra de vida. Os partidos de esquerda que se autenticam no espaço de desocultação de verdades não podem renunciar à sua tarefa fundamental, que é educativo-crítica (FREIRE, p. 38).

- Em lugar de converter-me ao centro e eventualmente ganhar o poder, como progressista prefiro abraçar a pedagogia democrática e, sem saber quando, com as classes populares alcançar o poder para reinventá-lo (FREIRE, p. 38).

Sempre insuportável nas esquerdas foi seu sectarismo e dogmatismo, que as fazia quase “religiosas”, ancorando-se em donos da verdade, seu excesso de certezas, seu autoritarismo, sua compreensão mecanicista da história e da consciência. Daí resultavam a

desproblematização do futuro e a redução da consciência a reflexão da realidade exterior (FREIRE, p. 38).

Na compreensão da história como possibilidade, o amanhã é problemático. Para que ele venha é preciso que o continuemos mediante a transformação do hoje (FREIRE, p. 40).

- O problema fundamental – decidir em favor da verdade dos fortes e opressores, negando a verdade dos fracos (FREIRE, p. 40).

Neoliberais e progressistas

As questões sociais e político-ideológicas não integram o horizonte de preocupações da prática educativa considerada neutra por essência.

- Qualificação para o mundo da produção
- Divergências frontais na resposta pedagógica -positiva a ser dada.
- O intelectual brasileiro que afirma que o tema fundamental de hoje já não é o trabalho mais o lazer, lida com uma realidade em que 33 milhões dos 150 milhões de brasileiros e brasileira morem de fome.

- A revolução permanente e cada vez mais rápida da tecnologia, baluarte do capitalismo contra o socialismo, altera a realidade socioeconômicas e exige novas formas de compreensão dos fatos sobre os quais se deve fundar nova ação política.

- Entendendo obstáculos como desafios, a tarefa destes é buscar respostas adequada.
- E que dizer das facilidades de transferir a fabricação de certo produto de uma área para outra do mundo, deixando mais vulneráveis os operários, sua vulnerabilidade diminui a disposição para a luta. É possível que com a crescente globalização da economia, em breve as greves em determinados setores da produção percam eficiência (FREIRE, p. 42).

Gestão democrática

- Lula sabe agora muito mais do que a média de lideranças de esquerda de ontem e do que representantes de certa esquerda ultrapassada de hoje – que há uma linguagem da possibilidade histórica, nem aquém nem além dos limites (FREIRE, p. 44).

Lições do Exílio

- Somos moços ou velhos se nos incluirmos ou não a aceitar a mudança como sinal de vida e não a paralisação como sinal de morte.

- O melhor tempo para o jovem de 22 ou de 70 anos é o tempo que se vive. É vivendo o tempo como melhor, que o vivo jovem

- Somos falsamente jovens quando assumimos uma postura irresponsável em face do risco. Quando nos arriscamos pelo puro gosto do risco. O risco só tem sentido quando ocorre por uma razão valiosa, um ideal, um sonho mais além do risco mesmo.

Por tudo isso é que se insisto e reinsisto numa educação crítica, desveladora. Não me convence o argumento de que o ensino de conteúdos depositados no educando cedo ou tarde provocará a percepção crítica da realidade. Na perspectiva progressista o processo de ensinar – no qual o ensinante desafia o educando a apreender o objeto para aprendê-lo em suas relações – implica o exercício da percepção crítica, de suas razões de ser. Implica o argumento da curiosidade epistemológica do educando que não pode satisfazer-se com a mera descrição do conceito do objeto. Não devo deixar para um amanhã aleatório algo que faz parte agora de minha tarefa de educador progressista: a leitura crítica do mundo, ao lado da leitura crítica da palavra. “Quanto mais depositemos conteúdos, os mais diversificados, na mente dos educandos tanto mais possibilidade terão de, cedo ou tarde, despertar criticamente, decidir, romper” (FREIRE, p. 53).

Esquerda e Direita

A prática política, pedagógica dos educadores progressistas ocorre numa sociedade desafiada pela globalização da economia, pela fome, pela pobreza, pela tradicionalidade pela modernidade e até pós-modernidade, pelo autoritarismo, pela democracia, pela violência, pela impunidade, pelo cinismo, pela apatia, pela desesperança, mas também pela esperança (p. 59).

Se há três ou quatro tendências no corpo de um partido de esquerda, cada uma delas se considera a única realmente progressista e todas se digladiam entre si. Militantes realmente de esquerda são tratados como a “direita do partido” ou como administradores da crise capitalista (FREIRE, p. 59).

Um partido de esquerda que preserve seu discurso numa sociedade tão internamente contraditória quanto a nossa, que pretenda alcançar o poder sem o qual não consegue mudar o país, tem de aprender a reler nossa realidade. A aprendizagem da releitura implica o aprendizado da linguagem. Não posso reler o mundo se não melhorou os velhos instrumentos, se não os reinvento, se não aprendo a lidar com as parcialidades que se relacionam na totalidade que cindi para conhecer (FREIRE, p. 60).

Um partido de esquerda não pode dialogar com as classes populares usando linguagens ultrapassada, ao revelar otimismo, tem de ser crítico; sua esperança não pode ser a de um aventureiro irresponsável (FREIRE, p. 61).

Na busca de sua renovação o partido de esquerda precisa perder qualquer ranço do vanguardismo. De liderança que se decreta a si mesma como tal, que se reserva a última palavra necessariamente vem de fora do corpo das classes populares. A passagem de partido vanguardista para partido de massa altera não só a compreensão do seu papel na história da luta política, mas também os métodos e a concepção da organização de um centralismo manhosamente denominado democrático, para uma descentralização realmente democrática (FREIRE, p. 61).

Uma coisa é o papel da militância num partido autoritário, de quadros, e outra é sua tarefa num partido democrático. No primeiro caso, o discurso do militante, enquanto quadro vem enquadrado pela liderança igualmente enquadrada à sua ortodoxia, mitos e verdades absolutas. No segundo caso, a militância em sua prática político-pedagógica está demasiado longe de qualquer sonho salvador das “incultas massas”. Seu discurso esperançoso não é o de quem se pensa libertando os outros, mas de quem convida outros para libertarem-se juntos. Na prática autoritária as atividades buscam alinhar as massas populares e conduzi-las para um futuro domesticado; na prática democrática, expondo sua leitura do mundo aos grupos populares, os militantes aprendem com eles como povo conhece (FREIRE, p. 61).

Sobre FHC

Por isso é que a direita não encontrou outro espaço visível no processo eleitoral de 1994 senão decretando como seu limite um homem fora de seus quadros com um passado político que ela havia condenado. Se, ao tê-lo como seu limite possível, o fez conceder mais do que devia, foi forçada a caminhar alguns passos além do seu marco natural. Se tivesse escolhido um candidato no interior de seus quadros enquanto as esquerdas estivessem unidas, não teria avançado e possivelmente perderia a eleição (FREIRE, p. 64).

Nesse sentido, a vitória de FHC se deve tanto ao Plano Real quanto à luta das esquerdas brasileiras, PT incluído. Logicamente, a tudo isso se junta a pessoa do presidente, sua habilidade política e competência (FREIRE, p. 65).

É preciso acima de tudo que as próprias esquerdas enfrentamos algumas das enfermidades mais daninhas: o sectarismo raivoso, o messianismo autoritário e a arrogância transbordante (FREIRE, p. 65).

Não há partido de esquerda que permaneça fiel a seu sonho democrático se vier cair na tentação das palavras de ordem, dos slogans, das prescrições, da indoutrinação, do poder intocável das lideranças. Tentações essas inibidoras do desenvolvimento da tolerância sem a qual é inviável a democracia (FREIRE, p. 65).

O partido de esquerda que pretende pôr-se à altura de seu tempo precisa superar velhos preconceitos contra tudo que parece concessão burguesa. Seja capaz de perceber que, em dias tão carentes de humanização, lutar pela solidariedade diante da negação de mínimos direitos da maioria vale incansavelmente mais do que discursos burocráticos, de sabor ultra esquerdista (FREIRE, p. 66).

Não há como negar certo otimismo pelas reais mudanças que a sociedade brasileira poderá viver daqui para a frente. Há uma atmosfera geral de esperança. Uma espécie de cansaço em última instância – somado à indignação contra o assalto aos cofres públicos, a impunidade e a política do “toma lá, dá cá”, uma das sem-vergonhices mais renitentes do país (FREIRE, p. 66).

No meu entender, o papel da esquerda que continua a considerar-se como tal, que não tem vergonha de ser esquerda, não é apostar no êxito da direita, mas é minar sua importância e seu poder nas decisões governamentais. O papel da esquerda crítica é perceber que, já superada a fase da transição democrática estamos iniciando outra, na intimidade da democracia. Até agora atravessamos a rua do autoritarismo para a democracia. Até agora, já na democracia, precisamos, de um lado, reforçá-la e, de outro, avançar no plano social. Fosse o de Lula, ou seja, o de FHC, o governo encarna esse movimento (FREIRE, p. 67).

Quando digo unidade na diversidade é porque, mesmo reconhecendo que as diferenças entre pessoas, grupos, etnias, possam dificultar um trabalho de unidade, ela é possível. Mais: é necessária, considerando-se a coincidência dos objetivos pode viabilizar a unidade na diferença. A falta de unidade entre os diferentes conciliáveis ajuda a hegemonia do diferente antagônico. O importante é a luta contra o inimigo principal (FREIRE, p. 68).

A nossa luta contra as discriminações, contra a negação de nosso ser só levará à vitória se realizarmos o óbvio: a unidade a diversidade. Unidade de diferentes conciliáveis e não de diferentes antagônicos. Entre estes, no processo da luta, pode haver um pacto em função de objetivos circunstanciais que servem aos dois polos. Entre aqueles, a unidade se baseia em objetivos estratégicos e não só táticos (FREIRE, p. 70).

Sociedade e alegria.

Educação para contribuir no processo de democratização da sociedade. – o papel do educador exemplar.

Dialogicidade

Por questão de método, jamais oriento diretamente minha atenção ao objeto que me desafia no processo do conhecimento. Pelo contrário, tomando distância epistemológica do objeto, faço minha aproximação cercand-o. “Tomar distância epistemológica” significa tomar o objeto em nossas mãos para conhecê-lo no “cerco epistemológico”, para melhor me apropriar da substantividade do objeto, procuro decifrar algumas de suas razões de ser. No cerco epistemológico não pretendo isolar o objeto para apreendê-lo em si; nessa operação procuro compreender o objeto o interior de suas relações com outros (FREIRE, p. 74).

Não há comunicação sem dialogicidade e a comunicação está no núcleo do fenômeno vital. Nesse sentido, a comunicação é vida e fator de mais –vida. Mas, se a comunicação e a informação ocorrem ao nível da vida sobre o suporte, imaginemos sua importância e, portanto, a da dialogicidade, na existência humana no mundo. Nesse nível, a comunicação e a informação se servem de sofisticadas e de instrumentos tecnológicos que “encurtam” o espaço e o tempo. A produção social da linguagem e de instrumentos com os seres humanos melhor interferem no mundo anuncia o que será a tecnologia (FREIRE, p. 74).

No contexto teórico tomamos distância do contexto concreto para, objetivando-o, examinar criticamente o que nele se realiza (FREIRE, p. 77).

No contexto concreto existe a possibilidade de assunção por parte dos sujeitos de uma posição reflexivo-crítica; nele, a curiosidade espontânea pode vir a se tornar epistemológica (FREIRE, p. 78).

Não é a curiosidade espontânea que viabiliza a tomada de distância epistemológica. Essa tarefa cabe à curiosidade epistemológica – superando a curiosidade ingênua, ela se faz mais metodicamente rigorosa. Essa rigorosidade metódica é que faz a passagem do conhecimento o nível do sensu comum para o conhecimento científico que é rigoroso. A rigorosidade se acha no método de aproximação do objeto. A rigorosidade nos possibilita maior ou menor exatidão no conhecimento produzido ou no achado de nossa busca (FREIRE, p. 78).

Os regimes autoritários são inimigos da curiosidade. Punem os cidadãos por ela. O poder autoritário é bisbilhoteiro e não curioso, indagador. Já dialogicidade é cheia de curiosidade, de inquietação. De respeito mútuo entre os sujeitos que dialogam. A dialogicidade supõe

maturidade, aventura do espírito, segurança ao perguntar, seriedade na resposta. No clima da dialogicidade, o sujeito que pergunta, sabe a razão porque o faz. Não pergunta por puro perguntar ou para dar a impressão, a quem houve, de que está vivo (FREIRE, p. 80).

Preocupa-me a crescente distância entre a prática educativa e o exercício da curiosidade epistemológica. Temo que a curiosidade alcançada por uma prática educativa reduzida à pura técnica seja uma curiosidade castrada, que não ultrapassa uma posição cientificista diante do mundo (FREIRE, p. 81).

Treiná-los e não formá-los, para que se adaptem sem protestar. Protestos agitam, sublevam, torcem a verdade, desassossegam e se movem contra a ordem, contra o silêncio necessário a quem produz (FREIRE, p. 81).

Recuso esse fatalismo em nome de minha compreensão do ser humano e da história, do seu ponto de vista ético e porque não posso negar minha fé (FREIRE, p. 81).

Minha fé e esperança

O impeachment, por exemplo, de um presidente não teria sido possível se o país não tivesse alcançado o nível que alcançou de maturidade político-democrática. Só o aperfeiçoamento da democracia, que implica a superação de injustiças sociais, demonstra o quanto valeu a esperança com que lutamos (FREIRE, p. 88).

Na verdade, regime de exceção nunca foi introdução à democracia. No tempo transcorrido desde que começamos a transição do autoritarismo à democracia, nos obstáculos enfrentados, sentíamos o risco de a esperança se esvaír. Transição que agora termina e a partir de agora já temos é que consolidar a democracia, respaldar suas instituições, assegurar o retorno do país ao desenvolvimento, ao equilíbrio da economia com que enfrentamos os problemas sociais que nos afligem (FREIRE, p. 88).

CAPITULO III

O CAPITALISMO DO SÉCULO XXI E O MOVIMENTO SINDICAL

O ambiente político externo em determinados momentos contribuiu para os momentos de avanço, assim se deu com a abolição de escravos, com os contratos de trabalho, direitos de férias remuneradas, entre outros. E sempre que se instala uma crise externa, as repercussões se manifestam, devido ao caráter dependente de nossa herança econômica. Nossa legislação trabalhista ganha ordenamento a partir de 1930 e 1934 e se consolida em 1943 com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) Ora dependências coloniais, clássicas, hora da nova dependência da era imperialista. A legislação trabalhista no Brasil de antes da segunda guerra, começa a sofrer pressões da mudanças do pós-segunda guerra mundial, e com os avanços dos resultados provenientes do modelo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e gestão tripartite entre capital e trabalho, espaço socialista na Europa e Ásia, uma sociedade do bem estar social, floresce na Europa, sobre a influência Keynesiana e de sociais-democratas, que durou por mais de trinta anos no pós-guerra, centrada nas políticas do Plano Marchal, de tripartimos, (mediação sindical e trabalhista com atores representantes do Estado, Patrões e trabalhadores, e organismos como a OIT.

Só então, a partir dos anos 1960, o sistema socialista inicia uma crise interna do Estado de bem-estar social. Somada as profundas transformações com o avanço da ciência e da tecnologia (revolução técnico-científica), modificações importantes foram impactando o “chão de fábrica”, e por vias de consequência a produção em toda sociedade. No campo democrático, alterações significativas, além da crise socialista, a crise capitalista de mercado e a partir de então a crise de Estado (Bresser Pereira). Em resumo tivemos uma forte influência liberal nos anos 70 – 80. Descenso do Estado de bem-estar, nos anos 80-90. Influência de contestação ao estado liberal, novas forças no campo da esquerda europeia e norte americana denominadas, terceira via, e nos anos 90 e virada do século uma nova influencia liberal, desta feita denominada de neoliberalismo e agora ultra neoliberalismo sob domínio do capital financeiro sobrepondo o capital industrial e mudanças significativas no chão de fábrica com a “Pejotização”,⁷ precarização das relações de trabalho e desmantelamento e superação do Estado da Revolução industrial pelo Estado “regressivo” sob domínio do capital financeiro.

⁷A denominação “pejotização” tem sido utilizada pela jurisprudência para se referir à contratação de serviços pessoais, exercidos por pessoas físicas, de modo subordinado, não eventual e oneroso, realizada por meio de pessoa jurídica constituída especialmente para esse fim, na tentativa de disfarçar eventuais relações de emprego que evidentemente seriam existentes, fomentando a ilegalidade e burlando direitos trabalhistas. Publicado

No Brasil, a terceira via, tem relevância com FHC, em meados dos anos 1990, com a reforma administrativa, idealizada por Bresser Pereira. O governo investiu em uma Reforma de Estado, seguindo ideias da terceira via, de influência inglesa. Mais adiante trataremos do caráter destas reformas, que na sequência desandou para uma plataforma neoliberal, mais clara. Entretanto, a terceira via retorna com as eleições de Lula a Presidente da República, permanecendo, os acordos de remuneração do capital, feitos por FHC, juros altos, taxa de câmbio e superávit primário para o pagamento da dívida externa. Em uma análise breve sobre a trajetória Lula-Dilma, em aproximação com Bresser, a experiência de terceira via se consolidou com esta segunda experiência e fracassou redondamente com FHC, na disputa de legados e de espólio. Do lado de FHC o processo de direitização conservadora, e do outro, um governo democrático e popular. Na segunda experiência, embora ela se distinga da terceira via, de Bill Clinton, Obama e cia. Mas tendo um caráter popular e democrático, que se aproximava das ideias classistas dos trabalhadores organizados do país.

Com o governo Lula, o Brasil recuperou a capacidade de planejamento a longo prazo. O Estado brasileiro assumiu o papel de indutor do crescimento. O País cresceu com redução de desigualdades sociais e regionais históricas. Em consequência, 28 milhões de pessoas deixaram a pobreza absoluta, enquanto 36 milhões ingressaram na classe média (BELCHIOR, 2012. p. 13). Esses milhões de brasileiros e brasileiras, cujas vidas mudaram para melhor, devem muito de suas conquistas à competência e à dedicação dos servidores públicos que, a partir de 2003, passaram a ter seu valor devidamente reconhecido pelo Estado (União).

O aumento da capacidade do Estado Brasileiro de oferecer serviços públicos de qualidade deve muito à democratização das relações de trabalho. Que evoluiu na administração pública federal com a instauração da Mesa Nacional de Negociação Permanente.

A experiência de negociação coletiva foi um processo de aprendizado intenso, tanto para o governo quanto para as entidades sindicais. Além das repercussões salariais, a negociação coletiva resultou em avanços históricos para os servidores e o Estado brasileiro, tais como a criação de novas carreiras, a estruturação já existente, a instituição de planos de capacitação e a implementação de inovadora sistemática de avaliação de desempenho (BELCHIOR, 2012, p. 14).

por **Katy Brianezi** - Mestre em Direito da Sociedade da Informação pela UNIFMU (2012). Especialista em direito do trabalho (UVA - 2009) e em interesses difusos e coletivos (UNAMA - 2006). Professora dos cursos de Graduação em Direito e em Serviço Social da Universidade Bandeirante de São Paulo. Professora de cursos preparatórios para concursos

Em uma análise sobre uma “Agenda para o desenvolvimento no século XXI – (Joseph Stiglitz), ex dirigente do Banco Mundial, e na mesma ótica de sua representação pretérita, em meio à maior crise do capitalismo mundial, (2008) afirma que a “época é empolgante” a promoção do crescimento econômico, com redução de pobreza e com sustentação da reforma política nos países em desenvolvimento ou em processo de transição para a economia de mercado. A América Latina, a crise da dívida e a estagnação do crescimento a que ela deu origem, pareceu ter ficado para trás. Esta síntese não combina com as reformas do atual governo golpista ultra neoliberal de Temer. Pois todo ajuste fiscal, e contração econômica para os próximos vinte anos, desloca recursos públicos para prover o pagamento da dívida externa. Apesar do otimismo de Joseph, a crise mundial afoga o mundo em recessão, e tudo indica que será uma fase prolongada.

Os elementos considerados empolgantes por Stiglitz, são emblemáticos: “Colapso da economia socialista, o sucesso da economia do leste asiático e a globalização da economia mundial, que em tese uniu mercados e levou a uma crise de Estado, fracassando as economias com predomínio de Estado de um lado e de outro lado os Estados que predominavam mercado. A solução seria efetivada com mais eficiência em um novo modelo de estado que gerenciasse a crise. Nem tanto ao mercado, nem tanto estado. Terceira via.

Na sua defesa Bresser, endossa: “Os capitalistas só investirão se puderem esperar razoável e relativamente seguras taxas de retorno sobre seus investimentos. Ou como “a nova esquerda apreende bem, não há governo viável se os capitalistas não estão investindo” (BRESSER, p. 516).

Sobre Terceira via, ela surge na Europa, inicialmente nas ideias sociais democráticas e Fabianas⁸ do trabalhismo inglês, do socialismo francês de Jospin, na Alemanha, Itália, EUA com Bill Clinton, é uma corrente de opinião que resistiu ao neoliberalismo de Thatcher e Reagan, formou-se em oposição ao conservadorismo, mas adotou a estratégia da globalização econômica, das reformas no aparelho de estado com a convicção de que é preciso ser mais competente que os conservadores para gerenciar o capitalismo por meio do aparelho de estado, como indutor gerente da economia. E no campo ideológico e doutrinário, tenta substituir na esquerda, o que eles consideram a velha esquerda “que não está preparada para aceitar uma tal definição de socialismo, assim, embora não tendo uma alternativa e uma definição viável, está

⁸O **fabianismo**, é um movimento político-social britânico nascido no fim do século XIX, encabeçado pela **Sociedade Fabiana**. Esta associação foi fundada em Londres no dia 4 de janeiro de 1884, e propunha, como finalidade institucional, o desenvolvimento da classe operária para torná-la apta a assumir o controle dos meios de produção.¹¹

sempre pronta para falar em traição das ideias socialistas”. Fato que destaca a transição ao neoliberalismo Bresser, considera que nas democracias liberais avançadas, a direita, foi a primeira a mudar, nos anos 70 e 80. Rejeitando a tradição e o nacionalismo e partindo abertamente para uma abordagem libertária ou neoliberal.

A esquerda também mudou nos anos 80 e 90, rejeitando o nacionalismo e o planejamento, e afirmando o papel do Estado no campo econômico, de complementar o mercado na coordenação do sistema econômico, e defendendo a sua reconstrução e legitimação (BRESSER, p. 517).

Bresser enfatiza o papel do centro nesta disputa “A partir da “crise de mercado”, dos anos 30, o centro voltou-se para o regime de políticas públicas, tornou-se keynesiano. A partir da “crise de Estado “dos anos 70, deslocou-se para a direita neoliberal.” Tanto que a estratégia eleitoral nos regimes democráticos da “Nova esquerda é de se distanciar da velha esquerda, assegurar o centro por meio de um programa sintonizado com os interesses da economia globalizada, eficiência de estado e eficácia nas políticas públicas.

“A nova esquerda particularmente quanto ao governo, é pragmática, preocupada mais em fazer um trabalho superior ao dos conservadores do que em debater ideias abstratas” (BRESSER, p. 516). O desafio dos novos socialdemocratas é governar o capitalismo de modo mais eficiente e de forma mais justa que os capitalistas (BRESSER, p. 516). A utopia neoliberal, foi traduzida, praticamente sem análise crítica das contradições do sistema capitalista “Não é suficiente reduzir a injustiça embutida no capitalismo, nem apenas promover a democracia, que não é condição necessária do capitalismo, nem protege efetivamente o meio ambiente, e de modo mais amplo, o patrimônio público, o qual é frequentemente apropriado para fins privados por capitalistas e burocratas. Além disso tudo, a nova socialdemocracia deve gerenciar bem a economia, regular os mercados de forma competente. Alcançar a estabilidade macroeconômica e o crescimento econômico. Em outras palavras, espera-se que seja eficiente e efetiva ainda mais do que os capitalistas, ou a direita conservadora (BRESSER p. 516).

“A nova esquerda apoia os sindicatos e reconhece o direito a greve, mas está inteirada de que em algumas ocasiões os sindicatos são apenas instrumentos para a introdução do monopólio de mercado de trabalho e a conservação de privilégios indevidos. Mais importante do que isso, eles eliminaram de seu vocabulário a “luta de classes”. Não porque ela tenha terminado, mas porque perdem grande parte de sua relevância política e atrativo eleitoral, como a classe média cresceu enormemente a parte expressiva da classe trabalhadora adotou padrões de consumo de classe média, o clássico modelo de luta de classes, que coloca as classes capitalistas e trabalhadoras em oposição direta, perdeu poder explicativo. Por outro lado,

partidos políticos de esquerda agora têm que ter um discurso que, além de fazer sentido para os trabalhadores, faça também sentido para a classe média. Rute Levitas observa de modo crítico que os novos líderes trabalhistas “trabalham para erradicar a imagem de partido trabalhista como partido da classe trabalhadora organizada, rejeitando a análise de classe da sociedade como um todo em favor de um modelo pluralista. O fato é que o Partido Trabalhista era o partido da classe trabalhadora. Hoje como qualquer partido da nova esquerda, é ou tem de ser muito mais do que isso, caso queira ganhar as eleições” (BRESSER, p. 518). O partido nesta visão de terceira via se traduz em um apêndice, eleitoral, desvincula-se de outros campos da batalha da luta de classes, para além da luta eleitoral burguesa, a batalha da luta de ideias, e da acumulação de força nos movimentos sociais e eleitoral.

Verificamos contradições antagônicas entre os discursos apresentados no campo da construção da terceira via. Primeiro, há uma crise profunda no capitalismo mundial, há elementos, de disputa de mercados, que desafia a globalização econômica neoliberal, traduzida na formação dos BRICs, com países que tem formação diferente tanto no Estado quanto na sociedade, das experiências liberais europeias, norte americanas e japonesas. A China, Rússia, Índia e mesmo Brasil, não tem a mesma experiência e tradição e os mesmos objetivos. A política externa do Governo Lula-Dilma, por exemplo revitalizava a soberania nacional e buscava novas orientações fora do guarda-chuva norte americano, oposição a Alca, integração latino-americana, BRICs, comercio exterior. Na Europa, aprofunda-se uma crise, com perda de terreno político da terceira via para a direita fascista e nazista. A esquerda marxista, não encontra alternativa a não ser permanecer no debate acadêmico sem maiores consequências. Nos EUA a vitória da Direita com Donald Trump, que com certeza deve fortalecer a estratégia belicista americana, confrontando a hegemonia da terceira via norte americana e mundial.

Portanto somos levados a compreender que o mundo não está fácil, pode ter um ambiente para negócios, com certeza com grande propensão para os negócios de guerra e de nova territorialização, onde deve prosperar a expansão de estados dominados pelo capital financeiro internacional.

O programa “Um salto para o futuro” imposto pelo governo Temer no Brasil, modificou radicalmente a agenda de um governo democrático e popular, legitimamente eleito. Que altera o rumo, com o fim de políticas públicas de distribuição de renda, fortalecimento da soberania nacional, programa desenvolvimentista, crescimento econômico, mesmo enfrentando a crise, o governo popular e democrático encontrava apoio político para levar adiante as mudanças exigidas pela maioria da sociedade. Até quando altera a correlação de forças, no cenário nacional. A vitória obtida pela Presidente Dilma de centro esquerda não se refletiu na mesma

composição ideológica no Congresso Nacional, foram eleitos uma composição majoritária de direita conservadora impregnados parlamentares denunciados em esquemas de propina na operação “Lava a jato” sob o comando do PMDB, PSDB, DEM, PP e outros da base do Deputado Eduardo Cunha e do Vice-Presidente Michel Temer que conseguiu facilmente o apoio de uma base que lhe assegura a maioria. Para operar o Impeachment da Presidenta Dilma, teve apoio da mídia, sob liderança da Rede Globo, do judiciário, e da polícia federal. Em meio a tropeços na construção do seu governo, os novos ocupantes do Palácio do Planalto encontraram apoio no centro (classe média) o ambiente adequado para sua empreitada. O golpe teve apoio dos EUA, que de forma oportunista, recompõe o espaço perdido nas relações com o Brasil, que de certa forma foram operadas durante a política externa do governo de Lula e Dilma perdendo terreno hegemônico na América Latina com a política de governos populares, colaborou com sua estratégia de combate a corrupção, já que neste hemisfério não podia atacar o terrorismo na estratégia americana de demolir, governos e empresas concorrentes. No Brasil não só o governo, também as empresas privadas da indústria da construção civil, e a Petrobras, na disputa para enfraquecer os BRICs e vulnerabilizar a economia nacional, em suma destruir a política externa e de soberania nacional desenvolvida pelo ciclo Lula-Dilma.

O objetivo do programa implantado vem dos cérebros da equipe econômica, pro-sistema financeiro, coordenados por Meirelles, representante do Banco Boston e do consorcio de banqueiros no país. “Uma Ponte para o Futuro” é uma agenda regressiva, para ser executada em 20 anos, com paralisia de investimento públicos, com entrega da riqueza nacional, de grandes áreas protegidas na Amazônia, fim do desenvolvimentismo, descaracterização dos direitos trabalhistas, e privatização da previdência social. Na educação, reformas que enfraquecem o modelo democrático, que impõe alienação “Escola sem partido”, mais restrição na participação, e estímulo a privatização. A pretexto de antecipar a formação profissional no ensino fundamental e médio público, torna optativa um conjunto de saberes necessários ao processo civilizatório humanizado. Discriminatórios socialmente, desumanizados em relação a diversidade multicultural brasileira.

O governo Temer, teve apoio da Terceira via de direita (PSDB de FHC), e enquanto terceira via coerente aqui no Brasil, Bresser Pereira, que apoiou o governo Dilma e as medidas conservadoras no início de seu governo. Oposição ao governo Temer, com uma recomposição a esquerda, dialogando um amplo projeto para tirar o país da crise política e de desenvolvimento.

Mas busca insistentemente recompor a “Terceira Via”, revertendo os desgastes da social democracia PSDBista de direita motivo de maiores desgastes e de perda de apoio dos

trabalhadores. Recompôr a oposição ao projeto golpista passa hoje por uma nova tática de acumulação de forças que deve crescer em oposição firme ao golpe. Se houver diluição em função da unidade golpista comprometida por interesses diversos inconfessáveis, pois é um antro de golpistas corruptos. Seria o adiamento de mudanças sustentáveis e que merecesse o mínimo de credibilidade.

A crise do capitalismo já despachou duas décadas perdidas, a previsão de aprofundamento da crise para estes próximos 40 anos, se se mantiver a ofensiva neoliberal, Paul Mason em sua tese de “Pós Capitalismo um guia para o nosso futuro” desenvolve cenários que diagnosticando o esgotamento do capitalismo prevê um desfecho para menos de 50 anos a frente. “há, ao menos que parece, dois desfechos possíveis. No primeiro cenário, a elite se segura impondo o custo da crise aos trabalhadores, pensionistas e pobres pelos próximos dez ou vinte anos. A ordem global – tal como imposta pelo FMI, pelo Banco Mundial e pela Organização Mundial do Comercio – sobrevive, mas de forma enfraquecida. O custo de salvar a globalização é arcado por gente comum do mundo desenvolvido. Mas o crescimento fica estagnado.

No segundo cenário, rompe-se o consenso. Partidos de extrema direita e de esquerda chegam ao poder, uma vez as pessoas comuns se recusam a pagar o preço da austeridade. Em vez disso, os Estados tentam então impor uns aos outros os custos da crise> A globalização desmorona, as instituições globais tornam-se impotentes e no processo os conflitos que inflamaram os últimos vinte anos – guerras do narcotráfico, nacionalismo pós-soviético, jihadismo, migração descontrolada e resistência a ela – acedem uma fogueira no centro do sistema. Neste cenário, a obediência fingida a leis internacionais evapora; tortura, censura, detenções arbitrárias e vigilância em massa tornam-se os instrumentos da governança. Esta é uma variante do que acontece aos anos de 1930 e não há garantia de que possa voltar a ocorrer (MASON, 2017, p. 11).

Em uma série de estudos sob o sindicalismo internacional a revista Debate Sindical, já vinha monitorando o comportamento do sindicalismo em todo o mundo e em um artigo sobre “Crise do sindicalismo no início do século XXI” publicada em 1996. Já no final do século passado todos os dados estatísticos apontavam uma tendência acentuada à redução do número de sindicalizados e a uma queda não menos drástica no número de movimentos coletivos de contestação, especialmente greves. A crise também poderia ser mensurada pelo enxugamento da quantidade de votos recebidos pelos partidos operários tradicionais, socialdemocratas e comunistas.

“Segundo J. Visser, entre 1980 e 1990 o índice de sindicalizados na Europa Ocidental (excluídos Espanha, Portugal e Grécia) se reduziu de 41% para 34%. No Japão a taxa de sindicalização caiu de 30% e 25%, e nos Estados Unidos de 23% para 16%”. Entre 1979 e 1985, o Trade Union Congress (TUC), a principal central sindical inglesa, perdeu quase três milhões de aderentes, o que representou uma queda de aproximadamente 25% do total de membros. Nos EUA, segundo Kin Mood, "a representação dos sindicatos decaiu de 17,7 milhões membros, em 1983, para 16,6 milhões, em 1993. Enquanto parcela da força de trabalho, o quadro sindical diminuiu de 33%, em 1953 (o ponto alto), para 20%, em 1983; indo para menos de 15% em 1993. No setor privado, essa taxa declinou de 16,8% em 1983, para 11,2%, dez anos depois – o mais baixo nível desde o começo dos anos 30". Situação que se agravaria muito nos anos seguintes.”

Tabela nº 2 – Assenso e descenso de filiações sindicais entre 1955-1989 nos EUA, Japão, Alemanha e Grã-Bretanha.

	1955	1970	1980	1989
EUA	31	30	22	16
Japão	36	35	31	26
Alemanha	44	33	36	33
Grã-Bretanha	46	45	51	41

Revista Debate Sindical 1996.

O índice de desindicalização só não foi maior graças à incorporação dos "assalariados médios" (servidores públicos, trabalhadores administrativos e em serviços). A queda da sindicalização entre a classe operária tradicional e o aumento da sindicalização nesses "setores médios" levaram a uma alteração substancial no perfil do sindicalismo nesses países. Nos EUA aproximadamente 42% dos sindicalizados eram ligados ao setor público e apenas 22% à indústria. Na Alemanha 1/3 dos sindicalizados era de "classe média" (BUONICORE, Debate Sindical 1995. Vermelho).

Foi justamente – e não por acaso – nos ramos industriais onde os sindicatos eram mais fortes que a reestruturação causou os maiores estragos, a exemplo das indústrias de transformação, nas atividades ligadas à mineração, a portuários etc. Nos EUA, entre 1973 e

1983, o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Aço perdeu mais de 1 milhão de membros, metade de seus associados. A mesma coisa aconteceu com o Sindicato dos Mineiros que viu reduzidos os seus efetivos em 50%. Fenômeno que se repetiu na Grã-Bretanha. Não se trata aqui de um desemprego conjuntural causado pela recessão, mas de um desemprego estrutural; ou seja, são vagas que não serão novamente ocupadas.

O desemprego conjuntural, causado pela recessão que atingiu os países capitalistas centrais na década de 1970 e o desemprego estrutural que se desenvolveu na década de 1980 diminuíram drasticamente o poder de barganha dos sindicatos nas negociações coletivas, e os condenou a terem posições cada vez mais defensivas, aumentando suas concessões ao capital. A maioria dos sindicatos aceitou negociar redução de salários, flexibilização de direitos e condições de trabalho. Tais atitudes ajudaram a agravar ainda mais a sua situação diante de suas bases (BUONICORE, Debate Sindical 1995. Vermelho).

Thatcher e Reagan quebraram a coluna dos grandes sindicatos no início dos anos 1980, tornando-se os protagonistas da ofensiva neoliberal contra os trabalhadores

A crise do movimento sindical foi agravada ainda mais pelas condições políticas que se formaram com o declínio acentuado da socialdemocracia europeia e do chamado Socialismo Real. Nos fins da década de 1970 os setores de esquerda foram eleitoralmente derrotados nos principais países capitalistas. Na onda conservadora elegeram-se Ronald Reagan nos EUA, Margareth Thatcher na Grã-Bretanha e Helmut Kohl na Alemanha Ocidental.

A derrota político-eleitoral ajudou a precipitar a crise dos sindicatos. A manutenção de governos nas mãos de partidos socialdemocratas ou menos reacionários não teria debelado a crise, mas poderia ter minimizado o seu impacto sobre os trabalhadores. Os novos governos neoliberais, especialmente de Thatcher e de Reagan, foram bastante duros com os sindicatos.

A Grã-Bretanha, além de tratar com mão de ferro a greve dos mineiros, aprovou no parlamento uma série de leis que reduziram o poder das organizações sindicais. Entre elas destacam-se: a Employment Acts (Leis de Emprego) e o Trade Union Act (Lei Sobre os Sindicatos). Através dela acabou-se com os contratos chamados "Closed Shop" que garantiam os acordos coletivos apenas aos sindicalizados, criaram a obrigatoriedade de realização de votação secreta para decretação de greve e deram mais garantias legais aos trabalhadores que se recusavam a aderir às paralisações.

Do outro lado do oceano, nos EUA, durante o primeiro ano do governo Reagan, mais de 12 mil controladores de voo foram sumariamente demitidos em razão de uma greve nacional da categoria. A ação repressiva e as leis antissindicais tiveram um poder inibidor e contribuíram para a diminuição do poder dos sindicatos estadunidenses.

Como é natural a repressão antioperária e antissindical, que recebeu amplo apoio da grande burguesia monopolista e da mídia, foi realizada em nome da necessidade de se aumentar a competitividade das indústrias nacionais diante da concorrência estrangeira, especialmente japonesa. A ação sindical, nesta perspectiva, só poderia ser vista como algo negativo, um empecilho intransponível à superação da crise econômica e a colocação das economias ocidentais em outro patamar na disputa pelos mercados mundiais (BUONICORE, Debate Sindical 1995. Vermelho).

O excesso de regulamentação nas relações de trabalho e os direitos sociais eram responsabilizados pela perda de competitividade das indústrias locais. Essas ideias tiveram ampla repercussão entre as populações desses países, particularmente junto às classes médias. Isso garantiu, e ainda garante, a manutenção de governos e de políticas neoliberais.

A heterogeneização das classes trabalhadoras, o aumento da imigração dos países menos desenvolvidos aos países capitalistas centrais, somado com o fenômeno da alta do desemprego e a falta de uma ideologia socialista que cimentasse uma unidade político-ideológica entre os trabalhadores, ajudaram a quebrar a solidariedade de classe e levaram ao surgimento de sentimentos xenófobos e racistas. Hobsbawm afirmou que "a xenofobia, talvez a principal ideologia das massas neste final do século 20, afeta a classe trabalhadora mais do que qualquer outro grupo social" (BUONICORE, Debate Sindical 1995. Vermelho).

O desenvolvimento de concepções conservadoras – e até reacionária – entre amplas camadas dos trabalhadores é o reflexo destas alterações do mundo da produção e da crise ideológica, ocasionada pelo eclipse dos modelos socialdemocratas e do socialismo real. Mas, isso não é uma fatalidade inscrita de maneira irrevogável na própria estrutura econômica. Esta tendência pode e deve ser superada pela ação consciente das forças interessadas na substituição do capitalismo. Uma estratégia política correta, que caminhe no sentido de incorporar todos esses setores explorados na luta pela superação do capitalismo, poderá reverter a tendência que ainda hoje predomina.

Mesmo com a expansão dos setores de serviços, já apontados anteriormente, não há razões para definir a sociedade atual como sociedade pós-industrial ou sociedade de serviços. Como apontou Robert Kurz no seu *O Colapso da Modernização*, os serviços não são "setores com acumulação de capital autônomos [...]". O setor de serviços permanece dependente da acumulação industrial propriamente dita e, com isso, da capacidade dos industriais de realizar mais-valia nos mercados mundiais. Somente quando esta capacidade se mantém para toda a economia nacional em conjunto, os serviços industriais e não industriais (relativos a pessoas)

poderão sobreviver e expandir-se." A sociedade de serviços moderna só pode se constituir assentada sobre uma sociedade ainda industrial.

Marta Harnecker, na década de 1960, embasada numa leitura correta da obra de Marx, apontava para a necessidade de se adotar uma concepção ampliada da classe operária. Para ela, a mesma distinção existente entre as diversas frações da classe burguesa (burguesias agrária, industrial, comercial e financeira) deveria ser estendida ao proletariado. O operário fabril que produz diretamente a mais-valia seria uma das frações do proletariado ampliado, mas não seria a única e nem necessariamente a mais numerosa. Finalizava dizendo: "da mesma maneira como existe uma burguesia 'não produtiva', isto é, não ligada diretamente à produção da mais-valia – a burguesia comercial e financeira – existiria um proletariado "não produtivo" (de mais-valia) correspondente a cada fração desta burguesia."

O próprio Marx em *O Capital* afirmou: "De um ponto de vista, o obreiro comercial é um obreiro assalariado como qualquer outro. Em primeiro lugar, porque seu trabalho (...) não se compra simplesmente para o serviço privado de quem o adquire, mas com fins de valorização do capital desembolsado. Em segundo lugar porque o valor de sua força de trabalho e, portanto, seu salário, se acha determinado, como nos demais trabalhos obreiros assalariados, pelo custo da produção de sua força de trabalho específica e não pelo produto de seu trabalho."

"Não obstante", segue Marx, "entre ele e os operários empregados diretamente pelo capital industrial tem de mediar, necessariamente, a mesma diferença que entre o capital industrial o capital comercial e a que existe, portanto, entre o capitalista industrial e o comerciante. O comerciante, como mero agente da circulação, não produz valor nem mais-valia [...] razão por que tampouco os obreiros mercantis dedicados por ele às mesmas funções podem criar diretamente mais-valia para ele.". E concluía: "o capitalista aumenta o número destes obreiros (comerciais) quando há mais valor e mais-valia que realizar. Mas o aumento deste trabalho é sempre efeito, nunca a causa, do aumento da mais-valia."

O centro do processo produtivo continua sendo o grupo de trabalhadores industriais. Embora tenda a ser, pela própria dinâmica do capitalismo contemporâneo, um núcleo mais restrito. Em volta deste núcleo formam-se novas e maiores camadas de trabalhadores: precários, contratados por tempo determinado ou parcial, terceirizados etc. que também se constituem enquanto classe operária e são responsáveis pela reprodução do capital. Podemos afirmar que, contraditoriamente, o capitalismo dos fins do século 20 ressuscitou formas mais perversas de extração de mais-valia. O progresso do capitalismo, neste caso, representou um retrocesso na condição social dos operários por todo o mundo. Um retrocesso jamais imaginado pelos líderes

sindicais socialdemocratas nas décadas passadas. Imaginava-se que os “anos gloriosos” continuariam sendo eternamente gloriosos (BUONICORE, Debate Sindical 1995. Vermelho).

O sonho reformista de uma economia capitalista forte que redistribuísse continuamente – e sempre em maior escala – as benesses do desenvolvimento pelo conjunto da sociedade parece ter desmoronado no final do século 20; em seu lugar, esperamos, poderia florescer junto aos trabalhadores outro sonho: o da possibilidade da construção de uma sociedade para além do capitalismo, uma sociedade socialista (BUONICORE, Debate Sindical 1995. Vermelho).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O aumento da capacidade do Estado Brasileiro de oferecer serviços públicos de qualidade deve muito à democratização das relações de trabalho. Que evoluiu na administração pública federal com a instauração da Mesa Nacional de Negociação Permanente em 2003, coordenado pelo Governo Lula.

As transformações orientadas pelo planejamento, com apoio da Escola Nacional do Servidor Público (ENAP), desenvolveu a capacitação de servidores para um processo de transição da gestão burocrática clássica para o modelo de gestão de pessoas, no curso das reformas administrativas a partir de Bresser em 1996.

Instrumentos legais para o programa de capacitação, instituições como ENAP e Escola Fazendária – ESAF, articuladas, modificaram o perfil do servidor público necessário para o corpo de gestão, elevando os Conhecimentos, Atitudes e Habilidades, capacidades táticas e estratégicas para o aperfeiçoamento dos trabalhadores no setor público. Combinados com o aperfeiçoamento em planos de carreira, incrementa-se na formação sindical as questões relacionadas ao mundo do trabalho no serviço público e suas profundas transformações.

A formação sindical, contemporâneo não pode se afastar da centralidade do estudo sobre a categoria trabalho, sobre a defesa intransigente do ensino público e gratuito para todos e das práxis, ou seja, uma fusão de conhecimentos essenciais ao processo de desenvolvimento humano. O sindicato tem seu papel histórico já definido na concepção marxista. É escola de socialismo, espaço de guerrilhas anticapitalistas, lugar do aprendizado político ideológico da formação da nova sociedade pós capitalistas, uma sociedade socialista, uma sociedade sem classes.

A escolarização sindical precisa avançar para sua organização no espaço sindical, além de buscar novos conhecimentos para além do senso comum, é preciso alavancar a práxis, incorporando-a como objeto de estudo, para com métodos científicos de análises, incorporar o metabolismo da práxis consciente na formulação das ações necessárias para aperfeiçoar o caminho da luta política necessária para a emancipação, a consciência necessária para libertar-se do senso comum, da não consciência, para uma nova consciência, da situação de consciência em si, para a consciência para si. Numa visão de mundo, com a concepção de classe de si, para si. A obtenção necessária do conhecimento que impulsionará as ações para uma nova situação qualitativa.

A escola sindical da Fasubra – sindical, já dispõe de apoio institucional, ações como o projeto memória, resgata seu protagonismo, na luta democrática, em defesa da universidade e dos servidores, na defesa do conjunto da sociedade brasileira e em particular da classe, trabalhadora. Um exemplo de sindicalismo avançado, que pode projetar a formação sindical, com um legado e uma concepção revolucionária de orientar o conjunto dos servidores públicos e trabalhadores(as) na luta em defesa do socialismo, de uma sociedade sem a exploração do homem pelo homem.

Para o enfrentamento a crise permanente do modelo neoliberal, é necessário antes de tudo do protagonismo do movimento sindical mundial. Buscar alianças para enfrentar a luta por melhores salários e condições de vida, buscando articular o setor público e em particular da educação, centrais sindicais mundiais. Mapear avanços democráticos, evitando a radicalidade da direita, a ausência de diálogo e mediação de conflitos e defendendo as universidades públicas como estratégia de desenvolvimento nacional e não nacionalista reacionário.

Protagonizar as lutas sociais em defesa da distribuição de renda, do acesso a direitos a educação pública e gratuita, a saúde, a assistência social e a previdência, a moradia condigna, acessibilidade, direitos iguais, respeito as diferenças, direito a cidade, a liberdade e ao emprego. Direito a propriedade, a reforma agrária, as terras ancestrais.

Defesa da ampla liberdade sindical e partidária.

Contrapor ao novo modelo de acumulação capitalista, fortalecido pelas reformas Trabalhista e Previdenciária, congelamento do orçamento público por vinte anos que se gestou deve levar, necessariamente, a uma alteração nos modos de organização dos sindicatos. A burguesia globalizada já tem o seu novo modelo de organização sindical, o sindicato-casa de estilo japonês, integrado ao ideário da empresa.

Esse novo projeto passa pelo rompimento da estrutura corporativa e burocratizada que tem sido a marca do sindicalismo no chamado primeiro mundo, quer os de tipo socialdemocratas da Europa, quer o “sindicalismo de negócios” estadunidense. Passa pela incorporação desta ampla camada de trabalhadores precários, que mantém vínculos frágeis com o mercado de trabalho.

A Fasubra-Sindical deve se horizontalizar a fim de abranger o conjunto da classe trabalhadora, que se encontra numa situação de crescente exploração, e por isso mesmo traz dentro de si um grande potencial anticapitalista. As explosões sociais que vez ou outra eclodem em diversas partes do mundo comprovam isso.

Os modelos sindicais que concentram toda a sua ação nas cúpulas das entidades e Centrais Sindicais em detrimento das organizações de base unificadas – que priorizam as negociações (pelo alto) de acordos nacionais sem ter em conta as particularidades deste novo mundo do trabalho – parecem condenados ao desaparecimento enquanto representação legítima dos trabalhadores. O sindicalismo verticalizado e burocratizado se tornou um sério obstáculo à incorporação destas novas camadas de assalariados em expansão na sociedade capitalista atual. A Fasubra deve desenvolver a noção de contrato coletivo de trabalho nacional e articulado.

Face as ameaças de Pjotização, precarização e terceirização crescente, há que se buscar uma forma mais ampla de sindicalização que agrupe todos da mesma base sindical em uma categoria única. A tarefa de organizar esses novos setores será bastante árdua pela própria relação fluida que eles mantêm com o seu emprego, pois não possuem a mesma afinidade com uma profissão determinada, pela falta de maior homogeneidade nas condições de trabalho, de remuneração e mesmo de ligações culturais (identidades) comuns, a exemplo dos operários europeus em décadas passadas. Seria preciso construir uma nova cultura e identidade entre os assalariados para que eles se sintam pertencentes a uma única e mesma classe social.

Por fim, se existe uma redução da classe operária tradicional, existe também uma expansão do assalariamento nas sociedades modernas. Todos os dados apresentados não apontam para a extinção dos trabalhadores em geral, e nem ao menos da classe operária em particular. Especialmente se tivermos uma concepção ampliada do conceito de classe operária

Não basta a capacitação profissional para deslindar a estratégia da formação para o trabalho, voltamos a Marx, a formação da escola tradicional deve transmitir o ensino, abstrato e concreto, mas a formação política do trabalhador deve ser feita pelo sindicato, na luta de classes concreta. Uma escola sindical no sindicato tem o papel de desenvolver esta profunda transformação na consciência dos trabalhadores e trabalhadoras.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. **Afinidades Seletivas**. Perry Anderson, Seleção e apresentação Emir Sader. São Paulo: BOITEMPO, 2002.

ARAGÃO, Wilson Honorato. **As contradições do cotidiano de um dirigente sindical**/ Wilson Honorato Aragão. – João Pessoa: UFPB, 2007.

BAUMAN, Zygmunt, **Estado de crise**/ Zygmunt Bauman, Carlos Bordini; tradução Renato Aguiar. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

FREITAS, Luiz Carlos e Roseli Salete Caldart, **A Construção da Pedagogia Socialista: escritos selecionados**. /Luiz Carlos de Freitas e Roseli Salete Caldart (orgs.). – 1. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2017.

GIDDENS, Anthony. **O debate global sobre a terceira via**. /Anthony Giddens (org.); tradução de Roger Maioli dos Santos. São Paulo: UNESP, 2007.

GRAMISCI, Antonio. **O leitor de Gramisci: escritos escolhidos 1916-1935**/Carlos Nelson Coutinho, organizador. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Associação_Internacional.

LORENZETTI, Jorge e Odilon Luis Faccio, **O Sindicalismo na Europa, Mercosul e Nafta**/ organização Jorge Lorenzetti e Odilon Luiss Faccio J. – São Paulo: LTr. 2000.

LOSOVSKY. **Marx e os Sindicatos**. O marxismo revolucionário e o movimento sindical./D. Losovsky. São Paulo: Anita Garibaldi, 1989.

MANGABEIRA, Wilma – “**Dilemas do novo sindicalismo: democracia e política em Volta Redonda**”/Wilma Mangabeira; tradução de Vera Pereira; revisão técnica da autora. – Rio de Janeiro: Relume – Dumará : ANPOCS. 1993.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Sociedade e estado em transformação** / Luiz Carlos Bresser Pereira, Jorge Wilhein, Lourdes Sola, organizadores – São Paulo: UNESP; Brasília: ENAP, 1999.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pactos, Constituição e hegemonia**. Carta Capital, dezembro de 2016, Pactos, Constituição e hegemonia.

SAVIANI, Demerval e Newton Duarte, **Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação**/Demerval Saviani e Newton Duarte (orgs.). – Campinas: Autores Associados, 2012.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**/Demerval Saviani – 11. Ed. Ver. – Campinas: Autores Associados, 2013.

SOUZA JUNIOR, Justino de. **Marx e a crítica da educação:** da expansão liberal-democrática à crise regressivo-destrutiva do capital/ Justino de Sousa Junior. Aparecida: Ideias & Letras, 2010.

WIKIPÉDIA– Associação Internacional dos Trabalhadores–internet.

www.diap.org.br. janeiro de 2017. Órgão de assessoria parlamentar dos sindicatos brasileiros.

** Artigo originalmente publicado na revista Debate Sindical, n. 20, dezembro de 1995 a fevereiro de 1996, Centro de Estudos Sindicais.*

*** Augusto César Buonicore é historiador, presidente do Conselho Curador da Fundação Maurício Grabois. E autor dos livros Marxismo, história e revolução brasileira: encontros e desencontros; Meu verbo é lutar: a vida e o pensamento de João Amazonas; e Linhas Vermelhas: marxismo e dilemas da revolução. Todos publicados pela Fundação Maurício Grabois e a Editora Anita Garibaldi.*

APÊNDICE



Universidade Federal da Paraíba
Biblioteca Central
Biblioteca Digital de Teses e Dissertações – BDTD

Termo de Autorização para Publicação Eletrônica na Biblioteca Digital da UFPB

1. Identificação do Material Bibliográfico: () Tese () Dissertação

2. Identificação do trabalho /autor

Programa de Pós-Graduação em: _____

Área de concentração (Tabela CNPQ/CAPES) : _____

Título: _____

Autor: _____ RG: _____ CPF: _____

telefones: _____ e-mail _____

Orientador: _____ CPF: _____ e-mail _____

Co-orientador: _____ CPF: _____ e-mail _____

Total de páginas: _____

Data de defesa: ____/____/____.

Data de entrega da cópia eletrônica do trabalho na versão final, corrigida, à secretaria do Programa: ____/____/____.

O projeto do documento recebeu apoio de agência de financiamento? () sim; () não. Se a resposta for sim, especificar a agência : _____

3. Informações sobre a publicação do trabalho¹:

Esse trabalho é confidencial?: () sim; () não.

Esse trabalho ocasionará registro de patente?: () sim; () não.

Qual é a amplitude da liberação da publicação?: () total; () parcial; () não pode ser publicada, exceto, o sumário.

3.1. Em caso de publicação parcial, assinalar as permissões:

() sumário; () capítulos; especificar: _____; () bibliografia; () outros itens; especificar: _____

3.2. Em caso de publicação parcial, indicar restrições: _____

4. Declaração do autor:

Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação supracitada, de acordo com a Lei nº 9610/98, autorizo à Universidade Federal da Paraíba – UFPB, a disponibilizar gratuitamente sem ressarcimento dos direitos autorais, conforme permissões assinadas acima, do trabalho em meio eletrônico, na Rede Mundial de Computadores, no formato especializado², para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica gerada pela UFPB, a partir desta data.

AUTOR

Assinatura do autor
Local
____/____/____ Data

ANUÊNCIA DO ORIENTADOR

Assinatura do orientador
Local
____/____/____ Data

¹ Esta classificação poderá ser mantida por até um ano a partir da data da defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à Biblioteca Central. Esta classificação também se aplica aos itens 3.1 e 3.2 que trata da publicação parcial dos trabalhos.

² Texto (PDF); Imagem (JPG ou GIF); Som (WAV, MPEG, AIFF, SND); Vídeo (MPEG, AVI, QT); Outros (Específico da área).

ANEXOS

(Anexo 1)

Em janeiro de 2017, reuniu-se em Davos, Suíça o 47º Fórum Econômico Mundial, evento que agrupa as maiores potências econômicas do planeta, onde mais uma vez constatarem o crescimento da pobreza, debateu-se sobre a dinâmica contemporânea do desenvolvimento do capitalismo, centrado em três temas: apoio aos organismos internacionais da Organização Mundial do Comércio (OMC), e ao Fundo Monetário Internacional (FMI); posse de Donald Trump nos EUA, e cenários de instabilidades e a 4ª revolução industrial. De um modo geral a questão “Época de mudanças ou mudança de época” volta ao centro do debate filosófico. Foi publicado uma pesquisa da ONG Oxfam, que mostrava que os 8 homens mais ricos do mundo acumulavam uma riqueza equivalente aos 3,6 bilhões mais pobres da humanidade. (Fórum Econômico Mundial. Davos, 2017).

Admitiram uma grande crise, assim, a questão de fundo são os ajustes táticos e estratégicos demandados ao processo de acumulação. No período que vai de 1988 a 2008... “Os 20% mais pobres não ganharam tanto, os trabalhadores indianos e chineses foram os que mais ganharam e a classe média dos países ricos não ganhou nada. Enquanto o 1º acumulou muita riqueza – e o que aconteceu no topo mexe muito com a média” (Fórum Econômico Mundial, 2017). Dessa maneira, esse debate interessa a classe trabalhadora e aos povos oprimidos do mundo inteiro.

O nosso objeto de estudo é a formação sindical da classe trabalhadora, para tanto, essencial é o aprofundamento deste debate sobre os possíveis impactos das orientações deste Fórum todo poderoso, para formarmos em sentido uma interpretação do contexto analisado que possa contribuir com a formação sindical dos trabalhadores e trabalhadoras impactados(as), contribuindo sobremaneira com ações contra hegemônicas, identificada por Boaventura de Souza Santos em “a difícil democracia” – (“reinventar as esquerdas”- p.18, 2016.).

Vamos aprofundar um pouco as duas teses que norteia o debate filosófico. A primeira, que de fato vivemos uma época de grandes mudanças, e a segunda tese que dialeticamente proporcionada pela primeira, apresenta uma possibilidade de mudança de época. Sintetizando na superação da revolução industrial e do poder da burguesia (em sua fase neoliberal e de quarta revolução tecno-científica) em uma fase de Ultra neoliberalismo e de comando absoluto do sistema financeiro, ou seja, uma transição do capital industrial para o mando do capital financeiro formando o Estado rentista.”Mas as perspectivas de longo prazo para o capitalismo são lúgubres. De acordo com a OCDE(organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), o crescimento do mundo desenvolvido será “fraco” nos próximos cinquenta anos. A desigualdade vai aumentar 40%. Mesmo em desenvolvimento, o atual dinamismo estará exaurido em 2060¹”. (MASON, p.10, 2017).

Estamos na fase de grandes mudanças, em transição para o novo padrão de acumulação e superação do capitalismo industrial pelo poderio exclusivo do capital financeiro. Nesta fase assistimos um dismantelamento total e em todo o mundo capitalista, o fim da história de conquistas da classe trabalhadora. Está se apagando o século XX, desde as conquistas trabalhistas e sindicais, bem como, a seguridade social e demais políticas públicas sociais de reversão de desigualdades sociais, típicas da sociedade industrial. A democracia virou caricatura de mau gosto e a liberdade para o capital uma mordada para os seres humanos. O conhecimento, a principal moeda de troca, leva a um processo acelerado de privatização da educação e distancia cada vez mais, a possibilidade de dias humanizados. Estamos caminhando para a barbárie.

Em todo o mundo, a atual crise do capitalismo ganha contornos inimagináveis, com profundas consequências para os trabalhadores, para a democracia e a liberdade. Uma forte onda conservadora percorre o mundo, destruindo direitos humanos, direitos dos trabalhadores, direitos sociais, com guerras e ameaças à democracia e a soberania dos povos.

Os contornos geopolíticos se traduzem em uma nova configuração, para além do sistema de forças consorciadas entre EUA, Europa e Japão. Iniciando uma transição projetada no pós guerra, que vai da bipolaridade dividida em dois campos Capitalista e o socialista a uni polaridade sobre hegemonia americana e na atualidade um jogo de forças que desenvolve uma nova fase com características de multipolaridade e formação de novos blocos a exemplo dos BRICs, constituído de novas potencias emergentes na Ásia, África e América Latina.

A classe trabalhadora é quem mais sofre com esta crise. O desemprego, mais de 200 milhões de trabalhadores no mundo, segundo estimativas da Organização Internacional do Trabalho. (OIT,2016).

Ao longo da história do capitalismo, o sistema se alimenta de constantes crises, nos ajustes inerentes ao seu desenvolvimento, ocorrem ciclos de desenvolvimento, que tem início e fim. Apresentando fases intermediárias de depressão, crise profunda, reanimação, auge; crise novamente, e retorno a dinâmica em forma de espiral, a um novo ciclo. A burguesia aproveita as crises para reagir sobre os escombros das políticas fracassadas, na busca de oportunidades de novos negócios, que possibilitem a retomada de um novo ciclo.

E para tanto, arrocha salários, desemprega, alonga jornadas de trabalho, desenvolve uma ofensiva reacionária, liquidando conquistas trabalhistas e sociais, favorecendo as forças conservadoras, neutralizando sempre a esquerda, fortalecendo sempre a direita.

O sindicalismo tem tido avanços e recuos, conquistas e retrocessos em todo o mundo, na luta em defesa do trabalho, da solidariedade e no combate aos regimes autoritários. E parte desta história, a luta mais complexa em defesa da sociedade socialista. No que pese a crise mundial do capitalismo, a classe trabalhadora tem uma longa história de resistência e de luta pela superação da exploração do trabalho e pela construção de uma nova sociedade socialista.

Os trabalhadores são protagonistas das lutas sindicais e políticas, solidários e em muitos países experimentaram a construção de rupturas e novos modelos sociais, a exemplo, das revoluções sociais na Rússia em 1917, China, 1945, Cuba, 1959, Vietnam, Coreia,

Angola, África do Sul, Venezuela e tantos outros. Experiências avançadas como o recente círculo progressista na América Latina, especificamente no Brasil, com Lula e Dilma, que deu oportunidade aos BRICs e a multipolaridade. Há muito acompanha a conturbada história das relações da Nossa América com o valentão do Norte, cabendo lembrar neste sentido o papel ativo de Tio Sam nos golpes de 1964 no Brasil, 1973 no Chile, 2009 em Honduras e 2012 no Paraguai, além das iniciativas golpistas na Venezuela em 2002/2003 e 2014 contra os governos Chávez e Maduro, na Bolívia (2008) e Equador (2010). (MARTINS, 2017)

(Anexo 2)

2“Frente à ofensiva dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e do mercado (produtivo e financeiro) sobre os direitos (trabalhistas e previdenciários) dos trabalhadores do setor público e da iniciativa privada, com fortes campanhas na mídia (impressa, radiofônica e televisão, inclusive na internet), é fundamental que o movimento sindical invista na formação de quadros para fazer frente a essa realidade adversa.

A despolitização presente na sociedade, alimentada pela imprensa e reproduzida de forma acrítica nas redes sociais, se não for enfrentada à altura, com contrapontos qualificados e bem fundamentados, além de prejudicar o cidadão em suas variadas dimensões (eleitor, trabalhador, contribuinte, usuário de serviço público, etc), irá fortalecer as teses governamentais e de mercado, que priorizam a competição, a produtividade e o lucro em detrimento do salário.

O debate, em face do processo de impeachment, ficou interditado. Muita gente que apoiou o afastamento da ex-presidente — por assimetria de informação ou por indignação com os rumos que o governo vinha tomando — mesmo não concordando com a agenda do governo Michel Temer, como as reformas trabalhista e previdenciária, não consegue dialogar e somar forças no enfrentamento à agenda do governo com as forças que foram contrárias ao impeachment. É preciso restabelecer o diálogo e a aliança, sob pena de todos perderem nesse processo.

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, em artigo no jornal o Globo de 5/02/16, reconhece que “adotar políticas que favoreçam mais o capital do que o trabalho, ou vice-versa, depende da orientação político do governo”. E o atual governo claramente fez a opção pelo capital, ao congelar, em termos reais os gastos públicos não-financeiros, e ao propor as reformas previdenciária e trabalhista, ambos com supressão de direitos dos segurados e trabalhadores, públicos e privados.

Com a correlação de forças existente no governo e no Parlamento, e com a clareza de há déficit de quadros para fazer esse enfrentamento, se o movimento sindical não fizer um investimento massivo em formação, conscientizando a classe trabalhadora de seus direitos, dificilmente terá condições de travar essa batalha com êxito, e correrá sério risco ou a ameaça concreta de redução ou mesmo extinção de direitos. A formação sindical, nesse contexto, passou a ser indispensável para atrair novos militantes, constituir novas lideranças, resgatar a consciência política, reforçar valores cívicos e éticos e, principalmente, para dar continuidade à luta em defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores, servidores e aposentados e pensionistas.

Nesse ambiente de intolerância e individualismo exacerbado — em que os fatos, a verdade e valores como solidariedade tem ficado em segundo plano — é urgente resgatar o sentido de solidariedade, de tolerância, de consciência política e cidadã, da unidade de ação de todos os que desejam e lutam por um mundo melhor, independentemente de terem divergido no processo de impeachment. E isso só será possível com informação, qualificação e conscientização, portanto, com formação política. Os sindicatos, os movimentos sociais e os partidos comprometidos com o bem-estar dos trabalhadores devem assumir imediatamente esse desafio, sob pena de retrocesso social. Mãos à obra.”(Vermelho, DIAP,2017

(Anexo 3)

(3), estrutura sindical: conformações e tensões. (Marcelo Badaró Matos)

Com o país ingressando na segunda Guerra Mundial em 1942, ao lado dos aliados (EUA, Inglaterra, União Soviética), apesar das oscilações da diplomacia e de declarações simpáticas ao Eixo (Alemanha, Itália e Japão) nos anos anteriores, a ditadura do Estado Novo começaria a passar por um processo de questionamentos mais diretos, que apontavam a necessidade de redemocratização. Demonstrando interesse em controlar o processo, Vargas promoveu uma série de reformas liberalizantes como o reconhecimento de partidos (até o PCB), a anistia dos presos políticos e a convenção de eleições para a Constituinte. As eleições presidenciais, entretanto, seriam questionadas pelo movimento pró-constituente com Getúlio na presidência – o “queremismo”. Nesse quadro, os mesmos militares que foram fiadores do golpe do Estado Novo em 1937 depuseram Vargas em 1945. Dois deles disputaram as eleições: o Brigadeiro Eduardo Gomes, pela UDN, de oposição a Getúlio, e o General Dutra, pelo PSD, partido, criado pelos governistas. O PTB, com o fim da alternativa queremista, apoiou na última hora, por indicação de Getúlio, o general Dutra, o que garantiu sua vitória.

Nos ventos da redemocratização, o recém – organizado PCB teve um desempenho eleitoral surpreendente, com cerca de 5% dos votos para a Constituinte e em torno de 10% dos votos para Presidente da República, fazendo de seu candidato Iedo Fiúza, o 3º mais votado. Um sinal de que os trabalhadores, a redemocratização possuía um sentido bem mais amplo.

Outro sinal seria a retomada efetiva das atividades sindicais na conjuntura do declínio do Estado Novo e de redemocratização. Dados sobre a criação de novos sindicatos e o índice de sindicalização confirmam essa retomada: 873 sindicatos criados até 1945, e em 1946 criaram-se mais de 66. Os trabalhadores filiados, que em 1945, somavam 474.943, passaram a contar 797.691 já em 1946.

Ainda nessa conjuntura, e aproveitando os ventos democratizantes, as lideranças comunistas buscaram aliados fora das fileiras do PCB para criar uma organização intersindical à revelia da legislação. Assim, em abril de 1945, nascia o Movimento de Unificação dos Trabalhadores (MUT). A consigna estampada no primeiro número do jornal do MUT resumia os objetivos da entidade:

A tarefa do MUT é desenvolver a educação democrática do proletariado, lutar pela liberdade sindical, estimular a sindicalização de todos os setores trabalhistas, apoiar as reivindicações gerais da classe operária e, principalmente, fazê-la compreender na prática as vantagens de sua unidade (MUT, nº 1, Rio de Janeiro, 9/8/1945, p. 1. Amorj).

Entre as práticas propostas pelo MUT, estava a criação de organismos intersindicais regionais, como a União Sindical dos Trabalhadores de São Paulo e equivalente carioca. Mas os militantes ligados ao MUT também estimularam uma outra estratégia que, entre algumas categorias, já possuía longa tradição: a criação de comissões de trabalhadores nos locais de trabalho. Tais comissões tiveram papel destacado em boa parte dos movimentos grevistas deflagrados naquele período.

O crescimento do processo de organização levou à convocação, para setembro de 1946, do Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil, realizado no Rio de Janeiro. O grupo de comunistas e militantes ligados ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que já atuava em conjunto no MUT, defendeu nesse congresso a autonomia dos sindicatos. Grupos ministerialistas retiraram-se do evento e exigiram do Ministério o seu fechamento. Ainda assim, com cerca de 2 mil dos 2.400 delegados inicialmente presentes, os trabalhadores continuaram, em outro local, e aprovou-se a criação da Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB). Seguindo formalmente uma linha de defesa da autonomia dos sindicatos frente ao Ministério do Trabalho, mas evitando a ruptura

completa com as regras da CLT, as resoluções do encontro trataram dos mais diversos temas, como: estabilidade; direito de greve; participação nos lucros; segurança no trabalho; trabalho da mulher e do menor; seguro social; delegados sindicais e organizações intersindicais regionais, entre outros. No tema referente a liberdade e autonomia, o congresso aprovou resoluções como as que segue:

“ 1º) que seja permitido às entidades sindicais o direito de elaborarem livremente seus estatutos, nos termos do artigo 510 parágrafo 1º da CLT, cabendo aos associados estabelecerem as normas que lhes convenham de administração, eleições, perda de mandatos e substituição dos diretores, aplicação de rendas e outras atividades correlatas; 2º) fiscalização financeira do Estado apenas do Imposto Sindical; 3º) que o poder público não possa interferir nas entidades salvo no que diz o estatuto; 4º) simplificação dos registros dos sindicatos; 5º) liberdade de sindicalização de todo os assalariados; 6º) princípio de democracia interna nos sindicatos (Resolução do Congresso Sindical dos trabalhadores do Brasil, p. 9. BN).

A história da FASUBRA se confunde com a luta pela redemocratização do país, pela democracia das Universidades, e pela afirmação de uma identidade para os trabalhadores técnico-administrativos. Nossa história está demarcada por conquistas, a partir de muita luta compromissada com a transformação social do país e da classe trabalhadora. (OLIVEIRA, 2015)

O resgate e a preservação da memória de uma entidade como a FASUBRA pressupõem percorrer caminhos de muitas histórias. E histórias. E sonhos, individuais e coletivos. Objetivamente, esta publicação tem a pretensão de, em seus muitos relatos, oferecer às novas – e antigas gerações – o registro da importante atuação de uma grande Federação, referência no movimento sindical brasileiro. Mas a história não se constrói somente com ações objetivas. Ela se define e se delinea primeiramente no plano da subjetividade, no desejo que se manifesta e toma forma nas mentes e, superando a barreira fragmentada dos pensamentos, desemboca na ação e na prática. Os (as) Trabalhadores (as) das instituições universitárias, emergindo do papel secundário que lhes fora destinado por uma estrutura hierárquica onde se refletiam as relações de poder tão bem definidas por Karl Marx em seus vários estudos sobre a luta de classes, ousaram contestar. E entendendo que a contestação pura e simples não seria o suficiente para mudar o status quo de instituições carregadas de valores que não eram os seus, esses Trabalhadores (as) - poucos no início - se unem, definem seus objetivos, criam seus projetos. Pensam as instituições e qual o seu papel nelas. Determinam os seus próprios instrumentos de luta. Nesta publicação está registrado o trabalho de homens e mulheres que compartilharam desejos, angústias, verdades, felicidades, sofrimentos, sonhos e esperanças. As lutas, as derrotas, as vitórias são pontuadas com fidelidade. Cada momento da história da construção cotidiana da FASUBRA se funde com a história do nosso País. No percurso da democracia no Brasil ela se fez presente, e deixou suas marcas. São muitas as participações em momentos singulares visando à transformação das estruturas da sociedade brasileira. As lutas muitas vezes superam o vínculo umbilical e os aspectos meramente corporativos, e se tornam elementos de defesa de direitos fundamentais dos brasileiros e brasileiras. Particularmente nas áreas de educação e saúde a FASUBRA monta a sua principal trincheira. Sua intervenção faz a diferença em muitas situações, como se poderá comprovar nas páginas deste memorial. O que aqui está relembado é apenas parte de uma história que merece ser conhecida e apropriada por todos. (GT Memória, 30 anos)

A Federação das Associações de Trabalhadores (as) das Universidades Brasileiras (FASUBRA), fundada em 19 de dezembro de 1978, em João Pessoa, nasceu em plena ditadura militar, representando os (as) Servidores Técnico Administrativos (as) das

Universidades Brasileiras. Inicialmente sua atuação era meramente assistencialista, não possuindo, naquele momento de sua trajetória, um perfil de ação sindical. Naquela época os Trabalhadores (as) não tinham ainda uma consciência de classe e de identidade profissional. O (a) Técnico Administrativo (a) era considerado um mero coadjuvante do Docente. Naquele período a composição da FASUBRA era feita por votação através do Conselho de Representantes que elegia a diretoria. (GT Memória, 30 anos)

A primeira Direção da FASUBRA (1978- 1979) foi composta por: Francisco de Assis Rocha Cavalcanti (RN), Ronaldo Pedro de Brito (GO), Humberto Renato Dantas (RN), Luiz Carlos Ferreira Castro (PE), Marcos Antônio Torres Pereira (RN), Hamilton Apolônio (SE), Antônio Cunha Neto (PA), Ivan Benigno (RN), Leucito Augusto Pereira de Medeiros (PB). (GT Memória, 30 anos,)

Os anos 80, iniciou-se com o maior evento unitário dos trabalhadores, que foi o Iº CONCLAT (1981) primeiro congresso das classes trabalhadoras. A AFUF-PB participou com sua representação de delegados(as) eleitos no I º Encontro Estadual das Classes Trabalhadoras, Iº ENCLAT – PB, 1981) uma das poucas instituições representativas de servidores públicos em todo o Brasil. Somando força para ampliar a luta em defesa da democratização das universidades públicas e da luta em defesa do direito a sindicalização de servidores, Em 1982 a Fasubra iniciou o debate sobre a participação da federação em eventos sindicais, participação na CONCLAT.

Nesse ano os Trabalhadores(as) das Universidades já se organizavam politicamente, existindo inclusive representações de diversas Universidades que cobravam da FASUBRA uma ação mais efetiva com relação ao Estatuto da Federação. No período de 14 a 16 de julho de 1982, aconteceu o VIII Encontro Nacional da Associação de Servidores nas Universidades, com o objetivo de discutir os seguintes pontos: Reformulação da Universidade definição dos mecanismos de implantação da representação dos (das) Servidores nos colegiados superiores; posição da FASUBRA quanto ao CONCLAT; Campanha Nacional pelo Ensino Público e Gratuito; e a conquista por melhores salários e condições de Trabalho para o conjunto da Categoria. (GT 30 anos,)

“O primeiro teste de mudanças na direção da federação e no movimento sindical de servidores públicos veio com a greve de 1982(GT 30 anos).

O primeiro movimento reivindicatório, ocorrido em novembro de 1982, foi um marco de importância decisiva para o avanço da onda de mudanças que transformou fundamentalmente o caráter da FASUBRA. Por iniciativa da Oposição, inspirada nos êxitos obtidos a partir de 1979, pelo movimento dos docentes do ensino superior, e mobilizada para superar o grave quadro de achatamento das remunerações dos funcionários, o debate sobre reivindicações salariais surge pela primeira vez no âmbito da FASUBRA em seu VII Encontro Nacional, realizado em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, em janeiro de 1982. No VIII Encontro Nacional foi aprovado um cronograma Fonte: Novos atores na cena Universitária Autor: João Eduardo do Nascimento Fonseca p, 94 a 102 Ministério da Educação, o que ocorreu no dia 20 de outubro. Já neste momento o movimento dos (as) Técnico-Administrativos (as) associa reivindicações salariais com questões relativas a sua participa- ção na discussão da Universidade. Diante da conduta evasiva e protelatória do Ministério da Educação, os presidentes da FASUBRA e de dezesseis Associações, reunidos em Minas Gerais, em 25 de novembro, aprovaram a “Declaração de Belo Horizonte” – o primeiro documento de orientação polí- tica de

alcance nacional produzido e encaminhado pela Federação. O cauteloso indicativo de paralisação das atividades técnico-administrativas pelo tempo determinado de 24 h de mobilização que estabelece, entre outras iniciativas, a realização de assembleias gerais em cada uma das Associações de base, cujos resultados seriam apreciados pelo Conselho de Representantes da Federação. Apesar da orientação, apenas duas Entidades cumpriram o compromisso, as Associações de Santa Maria e Pernambuco. Reunido na capital do Rio Grande do Norte, em outubro de 1982, o Conselho de representantes aprova a criação de uma Coordenação Nacional da Campanha Salarial, integrada por representantes das Associações de servidores das Universidades de Federais de Santa Catarina, Paraíba, Minas Gerais e Rio Grande do Norte. Aprova também a entrega da pauta de reivindicações ao encaminhado às Associações de base pela Federação, foi sumariamente transformado, por mais de uma dezena de Assembleias Gerais. O primeiro movimento reivindicatório dos servidores universitários, completamente derrotado em suas pretensões trabalhistas, sai vitorioso por conseguir agrupar diversas lideranças que emergiram nas IFES engajadas na luta salarial. E assim foi-se ampliando e consolidando em definitivo o campo que transformaria o caráter das Entidades de representação dos funcionários Técnicos administrativos das IFEs.” (Fonte: Novos atores na cena Universitária Autor: João Eduardo do Nascimento Fonseca p. 94 a 102).

Movimento exitoso, com dimensão nacional que traduz a maturidade dos servidores das IFEs, e que se referencia como um movimento que espelha para o conjunto dos servidores um novo tipo de ação sindical que rompe definitivamente com o modelo ditado pelo General Garrastazu Médici nos anos de 1970, com um modelo sindical, quando no Brasil a ditadura apelidou de “milagre econômico”. Naquele período, de fato o país cresceu anualmente a taxas superiores a 10% na maior parte entre os anos de 1964-1976, chegando a taxa recorde de 14% de variação anual em 1974. Os trabalhadores, no entanto, nada usufruíam desse crescimento (MATTOS, 2009). Obviamente as razões desse crescimento fundou-se em um endividamento externo que perdeu sua capacidade de administração. Neste período, o “novo modelo de atuação sindical, pautado pela ação exclusivamente assistencial e afinado com ideias de crescimento econômico como pré-requisito para uma posterior política redistributiva. Esse lado assistencial dos sindicatos fortalecido pela injeção de recursos do governo, via financiamentos e doações, e reforçado pela conjuntura de início da saúde pública e fim dos institutos de aposentadoria e pensões (MATTOS, 2009).

Falando aos dirigentes sindicais reunidos no Palácio do planalto, em 21/9/1970, quando do lançamento de um programa que previa novos recursos para a previdência para as atividades assistenciais nos sindicatos, o general/presidente Médici daria o tom dessa nova etapa:

“Lembre-se cada trabalhador de que o seu suor de uma frente não é mais apenas o sinal vivo de uma contribuição para o engrandecimento da pátria. É ainda o penhor de que ele enobrece, a cada jornada de trabalho, como participante do produto nacional, crescendo e subindo na escala, à medida que vai subindo e crescendo o Brasil(...) Assinarei agora(...) um decreto executivo, que se destina a valorizar a ação sindical, combinando-a com a política previdenciária, a fim de dinamizar a assistência ao trabalhador, em todas as suas modalidades. Fixando diretrizes e linhas de ação, que imprimem organicidade e eficiência aos diversos setores do Ministério do Trabalho e

Previdência Social, o decreto disciplinará a aplicação de recursos e meios, de que já dispomos, para proporcionar aos sindicatos uma sede condigna, para o associado e sua família” (Mariz, D.M. Pelo fortalecimento dos sindicatos, p. 13-14).

A Ditadura Militar, fez esta flexão tática aos sindicatos com o objetivo de neutralizar seus dirigentes, e buscar por meio da cooptação a colaboração de classes para impor o “milagre econômico”. Com a expansão das universidades e de associações de servidores, paulatinamente predominou a política de alinhamento com o “regime” e em contrapartida tivemos a maior quantidade de clubes e de belas sedes de associações de servidores, creio que vem daí, esta colaboração inicial dos dirigentes universitários que imprimiu por meio das RHs, os primeiros dirigentes de clubes com este caráter. Os velhos dirigentes foram substituídos pelos novos a partir de 1984 no Congresso da Federação na cidade de Natal/RN (GT 30 anos).

A primeira fase da minha aprendizagem, vai de 1978 a 1984, neste período, vivenciamos a campanha da anistia, campanha em defesa da universidade, o surgimento do novo sindicalismo, a busca da unidade sindical, política de alianças com o sindicalismo tradicional em busca da unidade, em um processo de luta, pela criação de uma só central sindical, reestruturação partidária, com a reorganização na clandestinidade do Partido Comunista do Brasil, Aliança com o PMDB, na formação de uma frente partidária pelo fim da ditadura militar. Na universidade, uma frente política de esquerda, para dirigir a greve de 1982, participar do conselho deliberativo da ASUFEP, participar do Iº ENCLAT-PB, na organização e formulação de propostas sobre educação, universidade, previdência e saúde, apoio aos trabalhadores rurais. Luta pela reforma agrária, e as questões sindicais, novo sindicalismo x unidade sindical, traduzida na luta para criar uma central sindical que defendesse as posições da unidade sindical, a CONCLAT e em seguida a CGT. Experiência que permitiu já contribuir com a construção da corrente marxista na base da Fasubra, que se reuniu pela primeira vez em Natal por ocasião do congresso, e que posteriormente esta corrente de opinião estruturou a Corrente Sindical Classista. (GT 30 anos,)

O primeiro Congresso Nacional da FASUBRA realizado em janeiro, em Natal-RN, é um marco histórico nesta Federação. A partir desse Congresso a FASUBRA passou a ser representada por uma Direção que assegurava a diversidade regional e política do conjunto da Categoria, passando a ter uma atuação classista. Foi neste período que a luta dos Trabalhadores (as) encampou bandeiras como a democracia nas Universidades; a afirmação da identidade para os (as) Trabalhadores (as) Técnico-Administrativos (as); a luta por melhores salários e por condições de trabalho e a defesa de uma sociedade mais justa e igualitária. Nessa mesma década os servidores das Universidades, em sintonia com os avanços da Classe Trabalhadora, juntamente com a representação da nova direção, assumem posição diferenciada, impondo uma mudança de rota rumo à defesa dos seus direitos, rompendo com as ligações umbilicais estabelecidas entre sua direção e as direções das instituições controladas pelo governo (GT Memória).

Caracterizo este momento como uma fase de ruptura, com o modelo da Ditadura Militar, entra em sena com muita força as ideias do “novo sindicalismo”, a influência PTista, abrigando diversas correntes de opinião, e trotskistas. Voltamos a agrupar novamente. Social democracia, comunistas e trotskistas. Obviamente, predominando majoritariamente os sociais democratas do PT. O fato é que esta aliança, se forjou no modelo colegiado adotado pela federação que manteve esta frente de esquerda em aliança até os dias atuais. Sai de sena os dirigentes das RHs, dos assistencialistas, do clube social.

DIREÇÃO 1984-1986: Vânia Galvão de Carvalho - ASSUFBA -BA; Irany Campos - ASSUFEMG - MG, Tânia Regina F.C. Rodrigues - ASUFSCAR - São Carlos - SP, Isabel Piasentim - ABS - Santa Maria -RS- , José Edvaldo Rosas - AFUFPB-PB, Rita Aparecida Januário - ASUFF -RJ, João Recla Ghidetti, AFUFESES, Ricardo Carvalho Cabús - ASUFAL-AL, Marcos Cavalcanti Diniz - ASUFERPE-PE, Alice de Angelo Mac Donaldo Guelfo - ASUFPAR-PR, José Ferreira de Alencar - ASUF-CE, Roberto Rodrigues - ASUFRJ, José Patrocínio P. Landim - ASUPI-PI, Hayde dos Santos Chagas - ASUFRJ, Angela Maria de Donete - AFEPAM, Franciso Celso Medeiros - ASUPI, Marcílio Lourenço Araújo - ASUFRJ, Luiz Araújo da Silva - AFEPAM, Arminda Didierich - ASSUAM-AM, Helio Medeiros - ASUFEPE-PE, Moshélio J.C. Chaves - ASUFF-RJ, Roberto Kugler - ASUFPAR-PR(GT 30 anos,)

O Brasil estava em plena efervescência política e social. A população clamava por DEMOCRACIA, e a campanha das DIRETAS JÁ tomou corpo em todo país. A FASUBRA esteve presente participando desse importante momento na luta contra a ditadura. A campanha das “Diretas já”, em meados de 1984, foi um dos maiores movimentos civis do país, em que a sociedade reivindicava eleições presidenciais diretas. Somente com a aprovação da proposta da Emenda Constitucional Dante de Oliveira, pelo Congresso Nacional, é que se concretizaria a possibilidade de eleições. Agregaram-se à Campanha diversos setores da sociedade brasileira, partidos políticos em oposição ao governo militar, lideranças sindicais, civis, estudantis e jornalísticas, todos unidos pela esperança de eleições diretas para a Presidência da República e a redemocratização do país. (GT 30 anos,)

Educação e Cultura apresentou o Projeto Grupo de Estudo de Reformulação da Educação Superior (GERES), elaborado por um Grupo Executivo, criado com o objetivo de reestruturar a Educação Superior no país. Na chamada “Nova República” o governo tentou utilizar o instrumento de avaliação do desempenho das Universidades, estabelecendo parâmetros para obter benefícios financeiros através da extensão universitária que seria um veículo de transferência de conhecimento a sociedade, através da prestação de serviços pagos. Essa política educacional do governo o desobrigaria de financiar o ensino superior. Os (as) Trabalhadores (as) das Universidades contrários a esse modelo de gestão e financiamento, deflagraram uma GREVE Nacional capitalizando uma importante vitória ao conjunto da Classe Trabalhadora. (GT 30 anos,)

Depois de um novo período de greve dos Trabalhadores das Universidades, entre os meses de abril e maio, o MEC concluiu o processo de

implantação da Isonomia entre autarquias e fundações. Enfim, os (as) Técnico Administrativos (as) alcançaram a sua primeira Carreira, estabelecida pela Lei 7.596/87, de 13 de abril de 1987, que criou o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Emprego (PUCRCE), fruto de uma intensa e longa mobilização dos (as) Trabalhadores (as). A Lei da ISONOMIA concretizou uma luta histórica para a FASUBRA que participou ativamente da construção deste Plano. Nele foi aplicada uma visão orgânica de relações de trabalho nas Universidades Públicas Federais Brasileiras e iniciou-se um movimento de unificação de direitos e benefícios. O PUCRCE concebia a Carreira como instrumento que capacitava e estimulava os (as) Servidores (as), considerava a ascensão funcional e valorizava as instituições e órgãos públicos. Na área da Educação, estabeleceu uma Carreira para Docentes de 1o e 2o Graus, outra para Docentes do Ensino Superior e uma terceira que agrupou os Técnico Administrativos em mais de 350 cargos. Ressalte-se que o PUCRCE estabelecia a isonomia salarial entre as carreiras conforme a titulação dos docentes. (GT 30 anos,)

No período de 06 de julho a 28 de julho, os (as) Trabalhadores (as) das Universidades pararam suas atividades, por tempo indeterminado, em Defesa da Lei e pela efetiva implementação da Isonomia e do Plano de Cargos e Salários conquistado pela Categoria. Uma semana após o dia 6 de julho, os Servidores de mais de 39 Universidades já haviam cruzado os braços, totalizando quase 100 mil grevistas nas Autarquias e Fundações, caracterizando-se no maior e mais amplo movimento grevista da história da Federação. (GT 30 anos,)

A Classe Trabalhadora brasileira no pleno exercício de sua Cidadania atuou ativamente na concepção da Constituição de 1988. A Carta Magna garantiu as instituições democráticas do país; fortaleceu o Poder Legislativo; deu atribuições ao Congresso que equilibraram as forças dos três Poderes; criou normas de descentralização que diminuíram a força excessiva do Poder Executivo Nacional, garantindo direitos para os Cidadãos deste país. O deputado federal Ulysses Guimarães, principal líder da oposição durante o regime autoritário, também liderou o processo de construção Constituinte, que culminou no mais importante instrumento de consolidação da democracia brasileira. Os servidores públicos conseguiram, na nova Constituição Federal, o reconhecimento do direito à sindicalização. A partir desse período iniciou-se mais uma etapa na organização dos (das) Trabalhadores (as) da esfera pública. A FASUBRA esteve presente em todos os momentos históricos e no embate que determinou a concepção cidadã da nova Constituição. Se por um lado os (as) Trabalhadores (as) conseguiram obter avanços significativos na luta pela livre organização, continuaram os ataques aos seus direitos, bem como as amarras na arbitragem do Estado nos conflitos estabelecidos. Tal situação mereceu a continuidade da luta por uma reformulação nos instrumentos que regulam as organizações representativas da Classe Trabalhadora (GT 30 anos).

A FASUBRA Sindical realizou, no dia 06 de setembro, em Belo Horizonte, Minas Gerais, o I Seminário Nacional sobre Sindicalização. A temática amplamente discutida possibilitou o encaminhamento de importantes propostas

para o movimento sindical no âmbito das Universidades Brasileiras. Dentre as propostas ressaltam-se: - Aprovação do princípio da proporcionalidade (garantia das minorias nas instâncias decisórias das entidades); - A realização de dois Fóruns Nacionais sobre Sindicalização, dentre eles um específico para os Servidores Públicos; - Discussão ampla sobre Estrutura Sindical(GT 30 anos,)

Na Ilha do Fundão, no estado do Rio de Janeiro, a ASSUFRJ, sediou, de 20 a 24 de abril, o V Congresso Nacional da Federação dos (as) Trabalhadores (as) das Universidades Brasileiras, com o tema “UNIVERSIDADE PARA OS (AS) TRABALHADORES (AS)”. Este Congresso impulsionou o início de um debate mais sistematizado sobre o Projeto das Universidades a ser construído sob a ótica dos (das) Trabalhadores (as) Técnico Administrativo das Universidades Brasileiras. (GT 30 anos,)

As entidades ASUSP, AFAPUC e AFEPAM sediaram na Universidade de São Paulo, de 18 a 22 de janeiro, o VI Congresso Nacional da Federação dos (as) Trabalhadores (as) das Universidades Brasileiras, que teve como temário central: “TRABALHADORES UNIVERSITÁRIOS RUMO À CONSTRUÇÃO DO SINDICATO”. Nesse Congresso foi aprovado o novo Estatuto da Federação em que foi deliberada a exigência da entidade ser sindicato para se filiar à FASUBRA. (GT 30 anos,)

O governo Collor constituiu-se como um momento de ruptura desconstruindo toda a política negociada no governo anterior, incluindo a política salarial. Foi um período difícil na luta dos (as) Trabalhadores (as) no Serviço Público Federal, demarcado por arrocho salarial, demissões imotivadas e privatização de áreas estratégicas. Mesmo diante de uma conjuntura adversa a FASUBRA continuou firme na defesa dos interesses dos Trabalhadores das IFES, das Universidades Estaduais e no encaminhamento das lutas gerais e específicas.

VI CONFASUBRA

Em março de 1990, aconteceu uma grande Greve Nacional Unificada do Serviço Público Federal, em protesto contra as Demissões do Governo do Presidente Fernando Collor de Mello. Especificamente a FASUBRA incorporou os seguintes eixos: Contra a Redução de salários; pela Reposição Salarial; em defesa da Universidade Pública. (GT 30 anos,)

Em 11 de dezembro, foi aprovada a Lei nº 8.112, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Esta Lei alterou as relações de trabalho em todo Serviço Público, extinguindo-se todos os contratos de trabalho, deixando portanto de existir os servidores celetistas, exceto os casos ressaltados na própria Lei. Na década de 90, processam-se outras alterações como mudanças de classes de alguns cargos, e reestruturação dos grupos de cargos de Nível Superior, de Nível Médio, e de Nível de Apoio. Os Servidores Técnico-Administrativos permaneceram no PUCRECE, porém na estrutura salarial do Plano de Classificação de Cargos (PCC), tabela geral do poder executivo. O enquadramento dos Servidores Técnico Administrativos no PCC foi anunciado pelo governo como parte do processo de

isonomia no executivo. O início da construção desta LEI, foi em 1988 e teve novamente efetiva participação da FASUBRA. (GT 30 anos,)

Em agosto de 1992, durante os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), a população brasileira saiu às ruas para pedir o Impeachment do então presidente Fernando Collor de Mello, acusado de corrupção. O movimento teve a participação de toda a sociedade brasileira, que uniu-se pedindo o afastamento imediato do governante. A FASUBRA esteve mais uma vez presente na luta contra a corrupção no país. (GT 30 anos,)

O primeiro Seminário Nacional da FASUBRA para refletir o “PAPEL DOS HU’S e suas relações com o SUS” foi realizado na Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, de 8 a 12 de dezembro. A FASUBRA Sindical pautou sua visão na defesa do SUS, por ser este um projeto estratégico de inclusão social e universalização de direitos para a cidadania. Manifestou também como questão central a defesa dos HU’s enquanto instituições estratégicas das Universidades comprometidas com o princípio indissociável do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, articulado à assistência através do SUS. (GT 30 anos,)

Em 1994 iniciou-se a implementação da Autonomia nas Universidades Públicas e Federais. O Ministro da Educação, Murilo Hingel, e o Secretário de Educação, Rodolfo Pinto da Luz, instalaram a Agenda Autonomia 94, com a participação de todas as entidades representativas da Comunidade Universitária. O resultado deste trabalho produziu vários instrumentos legais que proporcionaram a operacionalização da Autonomia de Gestão Administrativas e Financeiras nas Universidades superando uma série de entraves burocráticos.

Nos dias 01 e 02 de julho, as entidades UNE, ANDIFES, ANDES, e FASUBRA realizaram Seminário que definiu diretrizes na luta pelo pleno exercício da Autonomia Universitária, assegurada no art.207 da CF/88. O resultado deste Seminário foi apresentado ao Governo através de um documento assinado pelas entidades, que indicavam formas de operacionalização da Autonomia Universitária (GT 30 anos).

O primeiro Fórum Nacional do Trabalho, importante instrumento de discussão de questões relativos ao mundo do trabalho, aconteceu na gestão do Ministro do Trabalho, Walter Barelle.

De 22 a 24 de agosto, a FASUBRA Sindical realizou, em Brasília-DF, com a participação da ANDIFES, representando os Gestores, o primeiro Seminário Nacional sobre Relações de Trabalho e Negociações Coletivas nas IFES. O objetivo central era de experimentar, no âmbito das Universidades, a institucionalização de um sistema de negociação coletiva nacionalmente articulado, que deliberasse políticas gerais inerentes ao cotidiano institucional tais como: relações de trabalho; avaliação e capacitação; democracia interna; condições de trabalho e benefícios (GT 30 anos).

Realizado no período de 12 a 15 de dezembro, o primeiro Fórum Nacional sobre Relações de Trabalho e Negociação Coletiva nas IFES, foi o desdobramento

das discussões anteriores sobre a temática. Neste debate a ANDIFES teve um papel fundamental, participando da construção conjunta com a FASUBRA de diretrizes para o modelo piloto de negociação coletiva no Serviço Público, a partir da experiência das Universidades (GT 30 anos).

Realizado no período de 12 a 15 de dezembro, o primeiro Fórum Nacional sobre Relações de Trabalho e Negociação Coletiva nas IFES, foi o desdobramento das discussões anteriores sobre a temática. Neste debate a ANDIFES teve um papel fundamental, participando da construção conjunta com a FASUBRA de diretrizes para o modelo piloto de negociação coletiva no Serviço Público, a partir da experiência das Universidades (GT 30 anos).

Dentre os temas constantes da Política de Formação da FASUBRA, a temática relativa aos afro-descendentes foi priorizada com a realização do Curso de Formação: “Africanidades Brasileira”, realizado no período de 30 de agosto a 02 de setembro. O curso contou com ampla participação da base da FASUBRA, por ser uma temática relativamente recente no movimento sindical, e de grande importância e contemporaneidade (GT 30 anos).

No dia 10 de novembro, a FASUBRA Sindical promoveu uma reunião sobre Hospitais Universitários, visando aprimorar a discussão que seria levada ao Seminário Nacional sobre a temática (GT 30 anos).

A segunda Reunião de Mulheres da FASUBRA aconteceu no dia 9 de novembro. A temática de gênero, com recorte específico sobre a Mulher Trabalhadora, foi objeto de debate de forma sistematizada, visando a organização de grupo que aprofundasse a discussão do tema.

Os (as) Trabalhadores (as) Técnico-Administrativos, na luta pela democratização do acesso a Universidade Pública, pautaram como estratégia dessa ação a implementação de cotas raciais e sociais para a Educação Superior em nosso país. Nesta perspectiva, foi realizado, no período de 01 a 04 de novembro, o I Encontro Nacional dos Técnico-Administrativos Negros e Militantes anti-racismo da FASUBRA: “Universidade: Relações Raciais no Trabalho e a cor da exclusão”. Este encontro foi um importante salto rumo à definição política da FASUBRA na defesa das cotas nas Universidades. Visando à elaboração de projetos que subsidiassem a FASUBRA na formulação de propostas relativas ao tema, a Federação priorizou discussões sobre esta problemática e o encaminhamento da pauta para o conjunto da categoria e especificamente para debate nas Universidades (GT 30 anos).